



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 630 - DE 7 A 21 DE MARÇO DE 2021 - R\$ 4,00

PANDEMIA

**Está mais do que na hora
da classe operária e demais
explorados saírem às ruas,
em defesa da vacinação universal,
a começar pelos bairros pobres,
favelas e cortiços**

**Unir empregados e desempregados
em defesa dos empregos e salários**

**Que as direções sindicais cumpram o dever classista
de organizar uma frente única por um programa
de emergência dos explorados**

8 de Março – Dia Internacional da Mulher Trabalhadora

**Para acabar com toda forma de opressão, é preciso sepultar
o capitalismo, por meio da revolução e ditadura proletárias**

O POR realizou a Conferência Regional de São Paulo

**102 anos da fundação
da III Internacional**

Que das cinzas do capitalismo, se erga a sociedade sem classes, comunista!



Duas tragédias combinadas

O sentido da luta pela superação da crise de direção

Tudo indica que a pandemia permanecerá por dois anos, na melhor das hipóteses. Depois de um ano, a contaminação e as mortes voltam aos mais altos índices. A mutação do Covid-19 vem causando assombro nos infectologistas. Muito se aprendeu com o enfrentamento à pandemia. Mas, a nova incógnita, quanto à capacidade das vacinas de responderem às variantes do vírus, causa maior imprevisibilidade do futuro.

Essa apreensão ocorre no momento em que se tem a certeza de que a vacinação continuará lenta. Enquanto as potências não derem um salto na imunização, os países semicoloniais continuarão à mercê das indefinições. Está patente que os monopólios farmacêuticos se valem da guerra comercial, impulsionada pelas potências, tendo os Estados Unidos como carro-chefe.

A política burguesa do isolamento social fracassou. Esteve determinada por limites econômicos e pelos conflitos políticos, que se desencadearam no interior dos Estados e governos. Procurou-se ganhar tempo e retardar o colapso do sistema de saúde, à espera das vacinas. Devidamente testadas e aprovadas, os monopólios passaram a ditar o curso do combate à pandemia. As potências se apossaram de quase toda a produção. O restante do mundo permaneceu a descoberto. O vírus se adaptou com mutações, tornou-se mais transmissível e as mortes foram se elevando.

Os pobres e miseráveis, que formam a maioria mundial e nacional, pagaram caro pelo fracasso da política burguesa do isolamento social e, agora, pagam caro por não contarem com a imunização. Os números mudam diariamente. Basta terem chegado a mais de dois milhões e quinhentos mil no mundo, caminhando para três milhões, para se ter a dimensão da tragédia humana. No Brasil, as mortes ultrapassaram a casa dos duzentos e sessenta mil, evoluindo rapidamente para trezentos mil. Em números absolutos, o país está atrás apenas dos Estados Unidos.

Os conflitos entre Bolsonaro e Doria, envolvendo governadores, prefeitos, autoridades judiciais, etc., que pareciam ter arrefecido-se com a flexibilização do isolamento social, e se concentrado na guerra das vacinas, voltaram ainda mais contundentes. O retorno ao fechamento parcial das atividades, diante da falência do sistema hospitalar, e dos corpos que são amontoados em contêineres refrigerados, dá a precisa dimensão de nossa tragédia, que não é da burguesia e de seus governantes, mas da maioria oprimida.

Há uma outra tragédia, que permanece oculta e que poucos veem. A classe operária e demais explorados têm se sujeito às demissões em massa, à redução salarial, à

destruição de direitos e à implantação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. O fechamento de fábricas, comércios e serviços prejudicam os negócios da burguesia, mas quem sofre na carne é o assalariado. A expansão da miséria e fome obrigou os governantes a amenizarem a crise social com o auxílio emergencial, que é uma migalha. As massas sofrem com a pandemia e com as medidas econômicas dos exploradores.

As direções sindicais não cumpriram e não cumprem o dever de organizar os explorados, para se defenderem com suas reivindicações e com o método de luta coletivo. Abraçaram a política burguesa do isolamento social de Doria e companhia, e não se dispuseram a levantar as massas contra o governo Bolsonaro, que menosprezou durante todo o tempo a gravidade da crise sanitária, persistiu na linha das contrarreformas, e se dedicou a proteger o capital financeiro.

A classe operária, desarmada política, ideológica e organizativamente, não teve como reagir ao temor da pandemia, e se lançou à luta em defesa de um programa próprio de emergência, que respondesse à crise sanitária, às demissões e às medidas do governo e Congresso Nacional, como a MP 936.

A crise de direção emergiu da tragédia vivida pelas massas. Essa é a pior das tragédias, uma vez que o capitalismo em decomposição não tem nada de progressivo a oferecer às massas, e resulta em avanço constante da barbárie social. A economia no Brasil sofreu uma queda de 4,1%. Não vai se reabilitar no próximo período. O ano que adentra continuará sendo difícil para os explorados. A luta pela proteção sanitária e pelos empregos é uma exigência da situação.

A vanguarda com consciência de classe deve colocar-se à frente, propagando e agitando o programa de emergência dos explorados. As necessidades prementes da maioria oprimida estão em choque com a política de conciliação de classes das direções. Podem, portanto, se voltar contra os obstáculos políticos e organizativos, que impediram as manifestações coletivas. O avanço na construção do Partido Operário Revolucionário, vinculada à luta do proletariado, é a condição para a superação da crise de direção.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, vivemos duas tragédias: a crise sanitária-econômica, combinada com a crise de direção. É com nosso programa de reivindicações, com nossa organização e com nossas próprias forças, que atravessaremos essa tormenta do capitalismo bárbaro, e sairemos fortalecidos, para lutar pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, coletiva, socialista!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Regional do POR-Ceará

Manifesto do POR sobre o isolamento social rígido (lockdown) decretado por Camilo/PT

3 de março de 2021

O governador Camilo Santana/PT anunciou ontem, em mais uma transmissão ao vivo, junto com o prefeito de Fortaleza, José Sarto/PDT, e o secretário de Saúde do estado, Dr. Cabeto, a adoção do isolamento social rígido (lockdown), que entrará em vigor no próximo dia 05/02. O novo decreto determina o fechamento de todas as atividades consideradas não essenciais, por duas semanas. Os dados, de fato, têm mostrado uma curva acelerada de contaminações. Fortaleza registrou 5 mil novos casos, em apenas uma semana, e já possui 10 hospitais com UTIs ocupadas em 100%. A média de UTIs ocupadas no estado permanece elevada, (91,23%), e o pico de contaminações/óbitos é esperado justamente para meados de março.

Contudo, chama atenção o fato de que além do encontro do comitê que decide ações contra o Covid-19 no Ceará, Camilo se tenha reunido, na mesma noite, com representantes empresariais. As câmaras empresariais mais poderosas impuseram a Camilo que não aceitariam a suspensão de suas atividades, ainda que de forma parcial. O resultado foi que alguns setores tiveram de ser incluídos no rol de serviços *essenciais* e mantidos intocáveis: a indústria, a construção civil, empresas prestadoras de serviços e o transporte aeroviário. Camilo chegou a declarar: “sabemos que não é uma decisão fácil. Sei o quanto isso afeta a economia do estado” (DN, 04/03/21). O vice-presidente da FIEC e ex-presidente do Sinduscon (o sindicato patronal das construtoras), André Montenegro, por sua vez, declarou: “eu acho essa decisão muito radical (o lockdown). Tendo esses cuidados, não há problemas dentro do ambiente de trabalho. A disseminação acontece fora dele, quando as pessoas não têm o menor cuidado”, afirma Montenegro (DN, 03/02/21). Posição similar foi defendida pelo presidente da Fecomércio, Maurício Filizola, na reunião com Camilo. Ele lamentou a decisão do governador, cobrou apoio ao comércio, e concluiu: “se coubesse a nós, empresários, definiríamos a abertura mais extensa, para evitar aglomeração e dar mais proteção aos comerciantes e clientes”. Os empresários do ramo de comércio, assim como bares e restaurantes, exigem, em uníssono, medidas de proteção financeira por parte do governo do estado, usando, como seguro instrumento de barganha, o emprego dos trabalhadores. Os jornais dão como certa a concessão, por parte de Camilo, de um pacote de ajuda ao setor.

Causou surpresa para alguns, que o decreto publicado no DOE cedesse à chantagem dos capitalistas, e até mesmo do setor aeroviário. A pressão combinada das poderosas companhias aéreas, tal como da multinacional alemã que administra o aeroporto (Fraport Brasil), já era esperada, assim como a subserviência de Camilo. Fortaleza teve uma movimentação

de mais de 450 mil passageiros, apenas em janeiro de 2021, entre voos nacionais e internacionais, número inferior à média de 800 mil, em épocas como esta (alta estação), mas suficientemente forte para impulsionar a contaminação. A livre circulação, via transporte aéreo, é uma visível sabotagem que põe mais uma vez, em evidência, as contradições próprias das medidas de “proteção à vida”, adotadas pelos governos burgueses.

A fala do presidente da Fecomércio-CE, de que “estamos pagando por aqueles que não fizeram o papel corretamente”, é um desabafo, que mostra toda a impotência da burguesia e seus representantes em tomar as decisões mais perspicazes; toda sua incapacidade em disciplinar frações capitalistas, no obje-

Ao mesmo tempo em que os grandes grupos empresariais exigem a proteção do governo, os menores têm de ser enviados ao abatedouro. Pequenos e médios capitalistas do setor de comércio (especialmente donos de bares e restaurantes) que só poderão funcionar, por esses dias, com serviços de entrega, tendem a entrar em falência.

tivo de liquidar rapidamente a pandemia. A anarquia do mercado e a luta entre diferentes setores capitalistas para manter seus lucros – uns às custas dos outros – não podiam deixar de se manifestar, mesmo nas condições mais catastróficas da crise sanitária. Filizola não foi capaz, nem poderia, de denunciar o cartel empresarial do Sindionibus, que fez o que quis, com a conivência da Prefeitura, para manter seus lucros, reduzindo a frota de ônibus, e dando sua cota de contribuição para elevação da curva de contaminados. Ou mesmo o que fizeram os empresários de seu próprio setor, ao permitir que todas as aglomerações possíveis fossem feitas em suas lojas, desde que se assegurasse um bom retorno, num ano que prometia magros dividendos.

Ao mesmo tempo em que os grandes grupos empresariais exigem a proteção do governo os menores têm de ser enviados ao abatedouro. Pequenos e médios capitalistas do setor de comércio (especialmente donos de bares e restaurantes) que só poderão funcionar, por esses dias, com serviços de entrega, tendem a entrar em falência. Setores da pequena burguesia arruinada, como feirantes, autônomos etc., que viram sua situação piorar com o decreto anterior, que estabeleceu o toque de recolher e o fim da circulação em ambientes públicos, agora deverão enfrentar o pior dos mundos. As minguadas parcelas do auxílio emergencial, em discussão no Congresso, mal serão capazes de aliviar seu sofrimento. Assim como o dos milhares de jovens e trabalhadores desempregados e subempregados, que terão sorte semelhante ou pior.

Disputas interburguesas e crise federativa

O decreto do governador ocorre no momento em que se dá o primeiro grande embate da oposição bolsonarista, no Ceará, com o bloco Camilo/Ferreira Gomes, após as eleições de novembro. O deputado Federal, Capitão Wagner declarou que não prestará qualquer ajuda em termos de emenda parlamentar à construção de hospital para doentes do Covid-19 que, segundo ele, ficará pronto depois de anos, e servirá apenas de propaganda eleitoral de Camilo. O tosco deputado estadual André Fernandes (Republicanos) atacou o lockdown, por fechar a economia da cidade, e disse que “*Camilo quer o povo na miséria*”. Os presidentes da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal, respectivamente, Evandro Leitão (PDT) e Antônio Henrique (PDT), ressaltaram a importância novo decreto para salvar vidas.

Parte da oposição apoiou as medidas de Camilo. Heitor Férrer (Solidariedade) disse que o lockdown já chegava atrasado, diante da exaustão do sistema de saúde. E Renato Roseno (PSOL) destacou o acerto do governo, defendendo uma renda básica aos mais pobres, como complemento a essa medida. Concluiu que: “*todos devem colaborar com as regras do isolamento e ajudar a salvar vidas*” (O Povo 03/03/21). Por sua vez, o prefeito de Juazeiro do Norte, Gledson Bezerra (Podemos) – também da oposição bolsonarista – rejeitou a orientação de Camilo dada aos prefeitos para a adoção do isolamento social rígido e descartou o lockdown em sua cidade. A vinda de Bolsonaro ao Ceará, dia 26 de fevereiro, para a assinatura de ordem de serviço para obras federais, em Tianguá e Caucaia, mobilizou as magras hostes reacionárias, que aproveitaram para atacar o governador. Camilo Santana recusou-se a encontrar com o Bolsonaro, alegando o “grave equívoco” do presidente em promover aglomerações, em meio à crise sanitária.

Paralelo a isso, ao menos 71 municípios do estado já manifestaram interesse em compor o consórcio organizado pela Federação Nacional de Prefeitos/FNP, para adquirir os imunizantes diretamente com os fabricantes, usando recursos próprios. A movimentação de prefeitos em todo o Brasil, para agir à margem do Ministério da Saúde, expressa mais uma crise

federativa. Em meio ao agravamento da catástrofe sanitária, os prefeitos já não confiam que o governo federal poderá cumprir o Plano Nacional de Imunização, ou mesmo que este terá sucesso na disponibilização das vacinas.

Onde está a saída para os explorados?

A agudização da crise pandêmica é expressão da barbárie capitalista. A experiência de um ano inteiro de pandemia tem mostrado a impotência completa da burguesia e seus governos em conter as mortes e liquidar a contaminação. As mais de 250 mil mortes no Brasil são um atestado macabro de como fracassou

rotundamente a política de isolamento social da burguesia, incapaz de salvar a vida das massas. Além da mortandade, o proletariado teve de arcar com demissões, fechamento de fábricas, desemprego e fome. Todas as sabotagens diretas e indiretas vêm mostrando, claramente, que, sem uma economia planificada (resultado da expropriação da burguesia na revolução proletária), é praticamente impossível aplicar um programa amplo de defesa da vida dos oprimidos em meio à pandemia. As meias medidas já não se comprovaram paliativos seguros. O lockdown fracassará. Os capitalistas tencionarão sempre, para que suas atividades sigam funcionando e os trabalhadores se contaminando. Um ano inteiro de pandemia foi o suficiente para mostrar que os interesses dos capitalistas, a grande

propriedade privada burguesa, e a anarquia de mercado estão em franca contradição com a sobrevivência e a defesa da vida do proletariado e demais oprimidos.

A agudização da crise pandêmica é expressão da barbárie capitalista. A experiência de um ano inteiro de pandemia tem mostrado a impotência completa da burguesia e seus governos em conter as mortes e liquidar a contaminação. As mais de 250 mil mortes no Brasil são um atestado macabro de como fracassou rotundamente a política de isolamento social da burguesia, incapaz de salvar a vida das massas.

Que a burguesia pague a conta da crise capitalista e sanitária! Nenhuma demissão!

Por uma Frente Única de luta em defesa dos empregos, salários e direitos e saúde a todos!

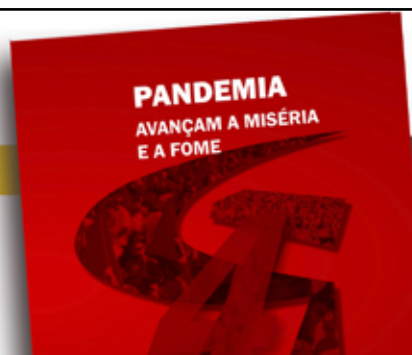
Construir o Partido Operário Revolucionário-POR! Reconstruir a IV Internacional!

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

De joelhos, as direções sindicais acatam o fechamento da Ford

Cabe à vanguarda classista manter no alto a bandeira da luta contra o fechamento de fábricas e em defesa dos empregos

1 de março de 2021

O presidente do Sindicato Metalúrgico de Camaçari, Júlio Bonfim, foi sincero, ao não esconder que se ajoelhou diante da montadora norte-americana. Desde o início, deixou claro que a sua tarefa era a de obter uma indenização, que levasse em consideração o acordo de estabilidade. As manobras políticas em torno a uma transação de venda da planta de Camaçari para uma outra empresa, mediada pelo governo petista, Rui Costa, se esvaziaram rapidamente. O sindicato convenceu os operários de que não havia nada mais a fazer, a não ser contar com a Justiça do Trabalho. E que, nesse sentido, poderia valer-se do Ministério Público. Legalmente, a Ford rompia o recente acordo de estabilidade no trabalho, que ia até 2024. Esse acordo havia sido cantado como uma boa solução, no caso em que a multinacional necessitasse demitir. Bonfim conduziu o conflito, convencendo a assembleia de que devia aceitar o PDV, obtendo em troca a tal da estabilidade. Assim, foram ceifadas centenas de postos de trabalho.

A política de negociar demissões e redução de salários não é de hoje. E vem ocorrendo em todas as montadoras. Tornou-se uma orientação comum entre as direções sindicais, sejam vinculadas à CUT, Força Sindical, CTB e CSP-Conlutas, a aceitação da flexibilização capitalista do trabalho. Em outras palavras, curvaram-se diante do capital monopolista, que se adaptava e se adapta à crise de superprodução, e à tendência de queda da taxa média de lucro, que se verificam em nível mundial, e se refletem drasticamente nas economias semicoloniais, como é o caso do Brasil. As formas de flexibilização capitalista do trabalho – como PDV, Banco de Horas, lay-off – foram adotadas entre os anos de 1997 e 2001. Como se vê, fizeram parte da ofensiva neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso. Os sindicalistas reformistas (PT e PSOL), estalinistas (PCdoB) e centristas (PSTU) se diziam adversários frontais do neoliberalismo. No entanto, foram se adaptando às pressões do capital monopolista, principalmente das montadoras. Chegou-se ao ponto de reconhecerem essas formas como a via de negociação sobre as demissões e quebra de direitos, e como se não houvesse outra forma para enfrentar o avanço da brutal exploração e da crise capitalista.

A indústria automotiva, ao longo do tempo, teve de reduzir a utilização da força de trabalho, em função das mudanças tecnológicas. De forma que impuseram significativas alterações na CLT. A flexibilização capitalista do trabalho, adotada por Fernando Henrique, abriu uma porta para a reforma trabalhista de Temer. Diminuiu a força de trabalho, e reduziu a média salarial. A terceirização, que se abriu ao chamado serviço essencial no governo Dilma, sobreveio como um golpe profundamente destrutivo das relações de trabalho. As direções sindicais seguiram esses passos do grande capital e da burgue-

sia como um todo, como se fossem naturais e, portanto, não passíveis de resistência do movimento operário. É nesse marco que se iniciou um processo de fechamento massivo de fábricas, desde 2015. Assombra a conduta colaboracionista das direções, perante uma destruição tão grande de parte das forças produtivas, sem que se esboçassem respostas em defesa dos empregos e salários.

Em 2019, o fechamento da Ford em São Bernardo do Campo assinalou o início de uma reestruturação, provocada pela crise mundial de superprodução. A direção do Sindicato Metalúrgico do ABC evidenciou seus fortes laços de dependência política com as montadoras. As assembleias foram cercadas de todo o cuidado, para que não houvesse nenhuma manifestação de revolta coletiva dos operários demitidos. E conduziram a resistência passiva para o acordo de indenização. Acordo esse que a Ford já tinha estipulado seus valores. Não foi suficiente se desfazer de uma das plantas mais antigas da montadora. Em

Assombra a conduta colaboracionista das direções, perante uma destruição tão grande de parte das forças produtivas, sem que se esboçassem respostas em defesa dos empregos e salários.

11 de janeiro de 2021, a matriz decidiu pelo fechamento total de suas fábricas no Brasil. A direção do sindicato de Camaçari, vinculada à CTB/PCdoB, se espelhou na conduta da direção de São Bernardo, CUT/PT, procurando fazer menos rodeios em torno a uma solução que evitasse o fechamento, e logo foi à procura das indenizações, que deveriam incorporar a quebra do acordo de estabilidade.

O Sindicato de Taubaté fingiu se diferenciar dessa linha, convencendo as assembleias de que a resistência se concentrava em conseguir a reversão do fechamento da fábrica. O presidente do sindicato, Cláudio Batista, afirmou por várias vezes que não procurava indenizações. Os operários sabiam que não passava de palavreado, mas se encontravam anestesiados para enfrentar uma verdadeira batalha pelos postos de trabalho. Os inúmeros acordos de flexibilização capitalista do trabalho, ao longo dos anos, foram pisoteando o instinto de revolta dos operários, e minando a sua confiança na capacidade de reação coletiva, com os métodos próprios de luta. A farsa da “luta por reverter o fechamento” se desfez, na assembleia de 26 de fevereiro, quando os dirigentes anunciaram que a conversa com o presidente da Ford América do Sul, Lyle Watters, resultou na resposta taxativa de que não tinha intenção de produzir carros, motores ou transmissões no Brasil. Só restou, portanto, “a luta por uma indenização justa”.

A verdade é que não existe indenização justa, diante das demissões em massa. O que a direção sindical entende por justiça vai depender de um acordo de gaveta, já estabelecido na reunião do dia 25, com os executivos de Ford, ou então de um acordo sob a tutela da Justiça do Trabalho, uma vez que a resistência praticamente se dissolveu, no momento em que se aceitou a volta de uma parcela dos demitidos, para trabalhar por algum tempo, produzindo peças de reposição, e se suspendeu a vigília. É esperado que, durante o período em que uma parte dos metalúrgicos foi colocada na condição de licença remunerada, e outra tendo de ir ao trabalho, se resolvam as pendências entre a burocracia sindical e a multinacional.

A conversa do dia 25 fevereiro esteve condicionada, por exigência da Ford, ao sigilo. Evidentemente, os burocratas se valeram do “*termo de sigilosidade*”, para ocultar da assembleia o que tinham a oferecer à Ford, em troca do não fechamento da fábrica, ou então das indenizações. Segundo a direção do sindicato, foi apresentado um estudo, realizado pelo Dieese, “*com alternativas para a Ford manter as atividades no país*”. Tanto a reunião com os executivos deveria ser pública, como a proposta montada pelo Dieese deveria também ter sido apresentada e discutida na assembleia. Esse é um princípio do sindicalismo classista. A aceitação do “*termo de sigilosidade*” é próprio das direções burocráticas e conciliadoras. A transparência da relação entre a direção sindical e os capitalistas é obrigatória em qualquer luta em que estejam em confronto interesses opostos. O que teria o Dieese a oferecer à multinacional? É do interesse dos metalúrgicos demitidos e de toda a classe operária conhecer o seu teor e decidir sobre sua conveniência. É bem provável que tenha sido apresentado um plano de renúncia de direitos e de redução salarial. Essa hipótese é combatível com a trajetória dos acordos de flexibilização capitalista do trabalho.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Horizonte, Ceará, filiado à Força Sindical, permaneceu à margem desse processo. Sabe que a montadora fixou o mês de dezembro, para encerrar a produção do jeep Troller. O governador, Camilo Santana (PT), fez o mesmo que o governador da Bahia. Para lavar as mãos, sondou grupos econômicos, se teriam interesse em adquirir a Ford. O jeep Troller surgiu da iniciativa de empresários cearenses, cujos êxitos não podiam ser mantidos frente aos monopólios da indústria automotiva. A Ford desnacionalizou a Troller. A transação esteve vinculada à montagem da fábrica de Camaçari, em um jogo que envolvia renúncias fiscais e subsídios milionários. Assim, a montadora aproveitou os bons momentos da economia, drenou lucros para a matriz norte-americana e, quando a crise mundial de superprodução a atingiu, abandonou o país, deixando para trás o rastro de demissão em massa. A direção sindical fez de conta que o que se passava em Taubaté e Camaçari não tinha nada a ver com Horizonte. A divisão dos metalúrgicos em três sindicatos e respectivas centrais foi utilizada pela Ford, para evitar um movimento centralizado e combativo.

Com a decisão da direção de Taubaté de negociar as indenizações, tudo se ajustou conforme a multinacional previa. Teria de ir à Justiça do Trabalho, acertar os ponteiros com a violação dos acordos de estabilidade, e arrastar pelo pescoço as dire-

ções sindicais a negociarem as indenizações. As manifestações de indignação, os discursos parlamentares sobre a prepotência da montadora de pegar todo mundo de calças curtas, o palavreado em torno à desindustrialização, os estudos do Dieese sobre as 118 mil demissões e as declarações da CUT sobre a “nacionalização”, não passaram de uma cortina de fumaça, sob a qual os burocratas sindicais conduziram os operários apáticos a colocarem o pescoço no pelourinho, armado pela Ford. O fato concreto é que, de joelhos, as direções acataram o fechamento da Ford.

O fechamento de qualquer fábrica e as demissões em massa são um problema que transcende o contingente de operários diretamente atingidos. Deixa de ser um problema circunstancial, local e isolado, para se tornar um problema da classe operária como um todo. O fechamento de postos de trabalho aumenta o gigantesco número de desempregados e subempregados. En-

fraquece a força de trabalho, que move a produção, nas condições da propriedade privada dos meios de produção e exploração capitalistas. O corporativismo sindical estilha o proletariado e isola cada um em seus locais. Os explorados assistiram ao fatiamento dos operários da Ford e à imposição centralizada do

capital imperialista, de decidir sobre a remoção de seus capitais para outras partes do mundo.

Ao contrário, a luta classista começava por unir os metalúrgicos e organizar uma campanha nacional pela estatização da Ford sem indenização. O primeiro passo classista era o de convocar as assembleias dos metalúrgicos em Camaçari, Taubaté e Horizonte, para pôr em pé uma resistência centralizada. A ocupação das fábricas da Ford e a imposição do controle operário abririam uma trincheira, que poderia ser defendida pelos metalúrgicos em geral e pela classe operária como um todo. Essa trincheira apontaria suas armas contra o fechamento de fábricas, demissões, desemprego e subemprego. A CUT, CTB e Força Sindical, diretamente envolvidas, tinham o dever de movimentar toda sua capacidade de mobilização e organização nacional, pela estatização sem indenização e apoio à ocupação das fábricas. Agiram em sentido contrário ao classismo proletário e revolucionário. A Ford tem muito a agradecer a essas direções corrompidas pela política burguesa. Já fizeram muito pela flexibilização capitalista do trabalho que, como se constatou, tem sido uma peça decisiva do capital imperialista. A probabilidade de outras fábricas da grande produção fecharem é grande.

O POR, com seu Boletim Nossa Classe, lutou para que os operários abrissem os olhos, para a impostura de suas direções e se rebelassem. O controle absoluto das assembleias, por parte da direção sindical, bloqueou a possibilidade de romper a orientação colaboracionista, que levava à derrota da resistência contra o fechamento. Objetivamente, a experiência indica que esse programa da classe operária, nas condições em que a crise estrutural do capitalismo resulta em destruição massiva de forças produtivas, emergiu diante do fechamento da Ford e continuará emergindo, como condição da luta operária pelos empregos e salários. Trata-se da vanguarda com consciência de classe continuar combatendo nesse terreno, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

***O POR, com seu Boletim
Nossa Classe, lutou para que os
operários abrissem os olhos, para
a impostura de suas direções e se
rebelassem.***

Ceará

Boletim Nossa Classe**NOSSA CLASSE**Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

O Boletim Nossa Classe denunciou o aumento dos combustíveis e as consequências para a população. Diz: *Novo aumento no preço dos combustíveis significará redução do poder de compra dos trabalhadores. Levantou as bandeiras: Contra a privatização da Petrobrás! Abaixo a venda das refinarias! Por uma Petrobrás 100% estatal, sob controle operário!* Mostra que os elevados e constantes aumentos impactam no preço dos alimentos, na inflação e reduzem o poder de compra de nossos salários. E quem ganha com esse aumento absurdo são os grandes bancos e ricos acionistas da Petrobrás, que mudaram a política de preços da empresa igualando o preço do barril, produzido dentro do Brasil, aos preços em dólares no mercado internacional. Com o dólar alto e as oscilações constantes, os preços dos combustíveis não param de subir. Conclui: O Boletim Nossa Classe defende a estatização completa da Petrobrás, sob controle operário. Luta contra a venda das refinarias e o desmonte da empresa para atender às multinacionais. Pela redução e congelamento imediato dos preços dos combustíveis/gás de cozinha! Por um plano de investimentos para resgatar, modernizar e ampliar a capacidade de refino do petróleo e

baratear custos, sob controle operário!

O Boletim trouxe também uma parte de formação política, que teve como título: Por que devemos lutar contra o capitalismo e em defesa do socialismo? Destacamos aqui duas passagens: *A sociedade moderna capitalista se vai desagregando e apodrecendo. Todos somos arrastados para a barbárie social. Milhões de desempregados, destruição de direitos (incluindo aposentadoria), superexploração do trabalho, fome, violência, aumento do tráfico de drogas, cracolândias em todo o Brasil, miséria nas favelas, milhares de sem teto, doentes morrendo nas filas dos hospitais, 250 mil mortos na pandemia. Não há perspectivas para os jovens. Não há empregos, e a única solução é sobreviver de bicos (subemprego). Enquanto os trabalhadores pagam o preço da decomposição social, um punhado de grandes empresários e capitalistas ficam cada vez mais ricos. (...) Capitalismo é exploração do trabalho assalariado para gerar lucros aos patrões. É o domínio da grande propriedade privada. Ou os trabalhadores lutam para se libertar, derrubar os capitalistas e criar um governo próprio (operário-camponês) e uma nova sociedade (o socialismo,) ou pagaremos um alto preço na forma de decomposição crescente da sociedade.*

Ceará

Boletim – O Proletário

O Boletim, final de fevereiro, denuncia a miséria de auxílio emergencial, anunciada pelo governo e Congresso Nacional. Diz: *O Congresso discute a Proposta de Emenda à Constituição, PEC 186/19, que visa a retomar o pagamento de um novo auxílio emergencial. O valor, desta vez, seria bem menor que o anterior, sendo de apenas R\$ 250,00 mensais (...). O ministro Paulo Guedes exige que, em troca do pagamento do novo auxílio, seja feito um novo ajuste fiscal, acabando com as vinculações/repasses de dinheiro dos estados e municípios para educação e saúde. Os trabalhadores não podem aceitar a perda de recursos, e não podem satisfazer-se com a migalha de R\$ 250,00. É preciso lutar por emprego, salários, direitos e renda, que cubra as despesas de uma família de 4 pessoas.*

O Boletim mostra a situação do transporte coletivo em Fortaleza, que foram reduzidos. E a população que depende dos ônibus para ir ao trabalho vem sofrendo as consequências. Diz: *“A demora dos ônibus, em alguns horários, chega a ser de quase uma hora, ficando assim, lotado. Os governos são hipócritas. Dizem-se preocupados com a vida, mas não mexem um dedo contra os empresários de ônibus. Em dezembro passado, o MP teve de ir à justiça, para que a frota circulasse com 100% nos horários de pico. A Etufor, autarquia da prefeitura, mantinha apenas 86% da frota circulando (1.500 ônibus), o que quer dizer que, enquanto fazia a vontade dos capitalistas donos das empresas de ônibus, nós, trabalhadores, nos contaminávamos em ônibus lotados! Defende: “Devemos exigir, não apenas a circulação de toda a frota, como a sua ampliação! Pela estatização do sistema de transporte sem indenização, sob controle dos trabalhadores e usuários!”*

Também traz a denúncia dos trabalhadores do supermercado no Aracapé. Mostra que, nos últimos anos, a situação de quem trabalha em supermercado tem piorado. Durante o governo Temer, foi aprovada a reforma trabalhista (2017), que aumentou a superexplora-

ção, com a criação do trabalho intermitente (o patrão só paga as horas trabalhadas e pode contratar pessoas por poucas horas por dia). Nesse mesmo ano, a pedido dos empresários, os supermercados foram incluídos na lista dos chamados “serviços essenciais” pelo governo Temer (decreto 9.127/1). Assim, passaram a funcionar quase obrigatoriamente, aos domingos e feriados. O decreto de Camilo Santana, que restringe o horário do comércio, bares e restaurantes, não afetou os supermercados (por serem serviço essencial), mas os trabalhadores desse setor viram aumentar a intensidade do trabalho, assim como a exposição à contaminação e transmissão do vírus (uma vez que estão diariamente em contato com centenas de consumidores, mercadorias, cartões e dinheiro). O que mudou nesse último período foi apenas o aumento do lucro dos empresários, já que as vendas aumentaram 3,47%, entre janeiro e julho/2020, e a expectativa é de ampliação de 4,5%, este ano”. Concluiu com as bandeiras: *fim da superexploração! Abaixo a reforma trabalhista! Pela retirada dos supermercados do rol de serviços essenciais, manobra dos patrões para forçar o trabalho nos domingos e eliminar os feriados! Pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário!*

O Boletim denuncia também a farsa do decreto governador petista, Camilo Santana (PT), que não é de proteção à maioria explorada do contágio e mortes pelo Covid-19. Afirma que o “retorno da contaminação ocorreu porque jamais houve isolamento social geral. A classe média e os empresários, que podiam se proteger em casa, assim o fizeram. Já os trabalhadores formais e autônomos não tiveram escolha, senão trabalhar, usar o transporte e se contaminar.

O recente decreto de Camilo piora as condições de quem é autônomo, dono de comércio ambulante, feirante, trabalhadores de bares, etc., que estão sem conseguir trabalhar direito. Que o governo arque com a ajuda econômica a estes trabalhadores! Nenhum trabalhador sem salário ou sem renda! Taxar as grandes fortunas! Que os capitalistas paguem a conta da crise!”

Rio Grande do Norte

**Corrente Proletária
NA EDUCAÇÃO**Acesse nosso site:
pormassas.orgFacebook:
fb.com/massas.org

O Boletim da Corrente Proletária na Educação, de março, traz a denúncia do prefeito de São Gonçalo do Amarante, Paulo Emídio, que vem atacando os professores demitidos. Abriu o cadastro reserva, porém, excluindo todos os professores que haviam sido demitidos durante a pandemia. A publicação da prorrogação do processo seletivo de 2018 criou expectativas na categoria, de que poderia ser recontratada, porém, essa expectativa não se transformou em luta ativa nas ruas. A CPE sempre se posicionou pela participação coletiva dos trabalhadores, com o método da ação direta, tendo como ponto de partida a convocação de assembleias presenciais dos professores temporários, a fim de manter a organização da categoria, o que poderia reverter o quadro. Fez campanha pela reintegração de todos os demitidos, a convocação de todo o cadastro reserva, e a efetivação imediata de todos os professores temporários.

O Boletim critica a posição da direção do sindicato (SINTE), diante da ameaça da governadora Fátima Bezerra (PT), de retorno às aulas presenciais de forma híbrida. Por meio de uma assembleia virtual, no dia 29 de janeiro, a direção do SINTE, que também é do PT, se colocou contra as aulas presenciais e a favor do ensino remoto. Tudo não passou de uma manobra para comparecer que a mudança de decisão foi uma vitória do sindicato. Na realidade, havia uma concordância entre a governadora e a diretoria do SINTE em manter o ensino a distância. Quem ganha com essa farsa de ensino remoto são as empresas, que estão sedentas para avançar o EaD na educação básica. Quem perde são os estudantes, que não aprendem nada, e os professores, que logo mais estarão com seus empregos ameaçados. Conclui dizendo: “*Caso os trabalhadores em educação não se organizem, por meio das assembleias presenciais e a ação direta, o governo Fátima se verá com as mãos totalmente livres para decidir sobre o momento do retorno das aulas presenciais*” e sobre a continuidade do ensino remoto.

Por fim, o Boletim denuncia que o prefeito de Natal, Álvaro Dias (PSDB), não cumpre com o reajuste do piso do magistério. Com a elevação do custo de vida, os salários impossibilitam o sustento de uma família. Além dessas perdas, os professores da rede municipal estão obrigados a obedecer um decreto, que determina que os professores de educação infantil e fundamental I e II devem comparecer às escolas todos os dias, com o objetivo de planejar as aulas remotas, caso não obedeam, são coagidos a assinar um termo de recusa ao planejamento no estabelecimento de ensino. Além disso, os servidores gestantes e lactantes, os maiores de 60 (sessenta) anos, e os acometidos de comorbidades ou doenças crônicas, terão de comprovar com atestado médico sua doença, podendo ficar em casa, mas terão redução salarial, passando a receber auxílio-doença. Enquanto o prefeito ataca, a direção do SINTE se limita ao jogo das ações judiciais. Nesse terreno, quem vence é o governo. Daí a insistência do Boletim em exigir que o sindicato convoque os trabalhadores da educação para a assembleia presencial, para que possam tomar em suas mãos o caminho da luta coletiva contra a política da governadora e dos prefeitos.

São Paulo

O Boletim da Corrente Proletária na Educação, distribuído nessa semana, inicia com as bandeiras: *Para quebrar a intransigência dos governos, é preciso mudar de orientação e os métodos de luta. Convocar imediatamente os atos e assembleias presenciais. Defender as reivindicações que permitem a unidade dos trabalhadores da Educação com o conjunto dos explorados.* Inicia dizendo que o governador Doria colocou o estado na fase vermelha, até o dia 19 de março. Que as escolas permanecerão abertas, para os alunos “vulneráveis”. Que é preciso manter a merenda para os que necessitam. E os que puderem continuar com o ensino remoto, podem ficar em casa. Pretendeu, assim, comparecer como aquele que está em oposição aos negacionistas, referindo-se a Bolsonaro, e se colocando como defensor da vida. Portanto, tudo não passa de uma disputa eleitoral. O fato é que a pandemia recrudescceu, que as condições nas escolas são precárias, que o professorado está temeroso, e que a merenda é racionalizada, e quase sempre se resume a bolachas.

O Boletim faz um breve balanço da “greve sanitária” imposta pelas burocracias sindicais. Mostra que se limitou e limita a um boicote passivo e individual. Explica que os meios passivos e individuais não reúnem a força social para derrotar a política burguesa, com seus duros ataques sobre os explorados. Sem assembleias presenciais, as ações da tal greve estão restritas a carreatas, painéis e comandos virtuais. Tudo depende, portanto, da vontade e da disposição individual dos professores. Só não fracassou totalmente, porque os pais não estão enviando os filhos às escolas e a pandemia tem assustado uma parcela dos professores. Critica a posição das direções sindicais em contribuir com a implantação do ensino remoto. E de separar os professores do conjunto dos trabalhadores, que sofrem com o fechamento de fábricas, demissões e flexibilização capitalista do trabalho, layoff, PDV, etc. Conclui dizendo que é preciso pressionar as direções para que abram os sindicatos, convoquem as suas instâncias (RE e Conselho), chamem as assembleias presenciais, e realizem os atos presenciais. Esse é o caminho para derrotar a intransigência dos governos e reverter a correlação de forças em favor dos trabalhadores, o que significa mudar a orientação e os métodos de luta.



Fechamento da Sony

Resposta: ocupar, impor o controle operário da produção e estatizar sem indenização

A multinacional japonesa, fabricante de produtos eletrônicos (TV, câmaras, máquinas fotográficas e equipamentos de áudio), localizada na zona franca de Manaus, anunciou o encerramento de suas atividades no Brasil, no final de março. A multinacional aproveitou os benefícios da Zona Franca de Manaus por 36 anos. E, agora, tranca as portas, e demite mais de duas centenas de operários. As direções sindicais sabiam da decisão da empresa, desde setembro, mas se calaram. Nas vésperas do fechamento, se limitam a denunciar em palavras a multinacional, e correm atrás de fazer um acordo de indenizações.

Essa é a segunda multinacional que encerra as atividades no País, nesse ano. A Ford decidiu em janeiro o fechamento de três fábricas (Taubaté, Camaçari e Horizonte), depois de eliminar sua planta em São Bernardo do Campo, em 2019. Nesse

momento, a Sony repete a mesma decisão. O Boletim Nossa Classe vem fazendo uma campanha contra o fechamento de fábricas e defesa dos empregos. Intervio nas assembleias dos metalúrgicos da Ford, denunciando as direções, que se recusavam a organizar um movimento pela ocupação de fábricas, estabelecimento do controle operário da produção, e exigência da estatização sem indenização. No entanto, as direções rechaçaram o caminho de luta, e aceitaram as demissões, por meio dos acordos de indenização. Agora, diante do caso da Sony, a política dessas direções sindicais é a mesma. Está aí a tarefa urgente colocada pela vanguarda que tem consciência de classe, de combater essas direções traidoras, apoiar-se na independência de classe e nos métodos próprios do proletariado. Esse é o único caminho para a defesa dos empregos e salários.

GM impõe mais layoff

A montadora norte-americana comunicou ao sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos que colocará 600 operários em layoff. Essa suspensão de contrato se inicia em 8 de março, e se encerrará em 2 de maio. Isso quando 368 metalúrgicos já estão em layoff, com retorno anunciado para 8 de abril. Portanto, serão 968 trabalhadores com suspensão de contratos, de um total de 3.500 nessa planta. As justificativas dos capitalistas são sempre as mesmas, ora a queda nas vendas, ora a falta de peças na produção.

Diante da decisão da montadora, o sindicato da CSP-Conlutas informou que fará uma assembleia para explicar a proposta da empresa, e que é preciso medidas para preservação dos empregos. Concretamente, não se dispôs a organizar os operários para enfrentar mais essa decisão patronal.

A GM, há muito tempo, vem impondo a flexibilização capitalista do trabalho, como o layoff, PDV. Aproveitou a pandemia para implantar a MP 936, reduzindo os salários. Na época, a direção do sindicato lamentou, mas disse que não havia alternativa, senão submetê-la à assembleia, que foi realizada de forma virtual, e aprovou a medida. Agora, está de mãos amarradas. Cortar essas amarras implicaria mostrar aos operários o erro em aceitar a flexibilização capitalista, e trabalhar para a organização de uma resistência, que inicia numa fábrica, mas que depende da unidade dos operários em geral.

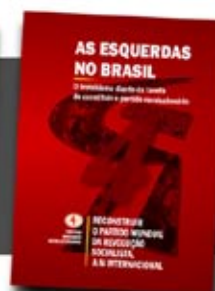
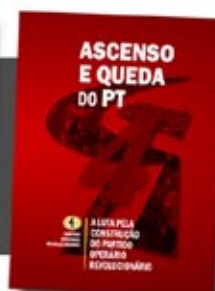
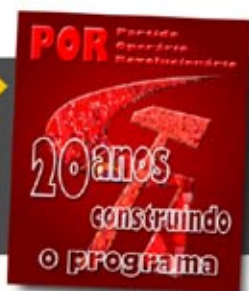
Eleição antidemocrática para a direção do Sindicato Metalúrgico de Taubaté

Depois de aceitar o fechamento da Ford/Taubaté e se colocar pelas indenizações, o sindicato anunciou as eleições sindicais. Aproveitou a pandemia para fazer as eleições de forma virtual, quando os operários há muito estão nas fábricas. Apresentou uma eleição com chapa única, mantendo grande parte da antiga direção, inclusive o presidente Cláudio Batista. Criou um aplicativo para que os votos virtuais fossem contabilizados. E, em seguida, disse que a Chapa 1 “Trabalho, Luta e Conquistas” foi eleita com 93% dos votos, e dirigirá o Sindmetau, até 2025.

Após essa fraude eleitoral, avaliou-se que o resultado era consequência do trabalho realizado pela diretoria. O presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEMCUT), Luiz Carlos da Silva Dias, elogiou a votação eletrônica, dizendo que se trata de “Um sistema de votação onde as pessoas não se expuseram em momento algum, prezando pela segurança e saúde de todos”.

Esse é o retrato de uma direção sindical, cutista, que já não guarda relação com os princípios e métodos da democracia operária. Trata-se de uma direção que se apodreceu na política de colaboração de classes e que precisa manter a todo custo o aparato sindical.

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Somente com luta coletiva, é possível impor um verdadeiro auxílio emergencial

Já virou uma novela no Congresso Nacional, a aprovação do auxílio emergencial. O Senado voltou em dois turnos, e a Câmara fará o mesmo. Isso para determinar que o governo pague um miserável auxílio de R\$ 250,00, que mal

milhões de famintos, menos da metade dos desempregados e informais que receberam no ano passado. É vergonhosa a conduta dos parlamentares, que se dizem de oposição, de fazerem parte dessa jogatina, e se sujeitarem aos limites im-

duras, que serão descarregadas sobre os trabalhadores, entre elas a continuidade do congelamento dos salários dos servidores públicos, a proibição de reajuste acima da inflação ao salário mínimo, corte de recursos para a ampliação de leitos de UTIs para Covid-19, mais liberdade para o governo avançar nas privatizações, fim do repasse de R\$ 9 bilhões do fundo social do pré-sal à educação, etc.

Lamentavelmente, as direções sindicais e políticas estão atoladas nesse pântano. E, assim, são incapazes de organizar a classe operária e demais explorados contra essa farsa do auxílio emergencial. É tarefa da vanguarda classista e revolucionária tomar em suas mãos a defesa de um verdadeiro plano de emergência para enfrentar o desemprego, a fome e a miséria. O que significa combater a política de conciliação de classes das direções sindicais, objetivando a retomada do instinto de revolta dos explorados, duramente esmagado por essas direções corrompidas pela política burguesa.

(...) para aprovar o auxílio, o governo imporá regras fiscais mais duras, que serão descarregadas sobre os trabalhadores, entre elas a continuidade do congelamento dos salários dos servidores públicos, a proibição de reajuste acima da inflação ao salário mínimo, corte de recursos para a ampliação de leitos de UTIs para Covid-19, mais liberdade para o governo avançar nas privatizações, fim do repasse de R\$ 9 bilhões do fundo social do pré-sal à educação, etc.

dá para comprar dois botijões de gás. Isso depois de despejar rios de dinheiro em emendas parlamentares, para eleger os presidentes da Câmara e do Senado. Lembremos que o auxílio foi de R\$ 600 para R\$ 300 e, agora, R\$ 250. Também foi caindo a quantidade de pobres que tem o direito de receber essa esmola. Nesse momento, o auxílio é somente para 32

postos pelo governo direitista, e pela política de “não quebrar o teto de gastos”.

A máquina do Congresso Nacional, bem como judiciário e executivo consome bilhões com altos salários, para administrar o Estado em favor dos interesses dos capitalistas. Para essa gastança, não tem teto de gastos. Mas, para aprovar o auxílio, o governo imporá regras fiscais mais

Governo continua com a faca e o queijo nas mãos

O governo militarista de Bolsonaro/Guedes pretende reeditar o Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e Renda (BEm), programa que permitiu a suspensão dos contratos de trabalho e a redução de jornadas e salários. Agora, quer que o próprio trabalhador que sofrer a redução salarial faça a complementação, sacando dinheiro do seu próprio seguro-desemprego. Ou seja, os capitalistas continuarão tendo redução na folha de pagamentos. O máximo que o governo prometeu foi arcar com dois meses, e o trabalhador, mais dois. Como a tendência da crise é continuar e as demissões estão longe de cessar, o trabalhador demitido terá o seguro-

desemprego reduzido.

O Boletim Nossa Classe fez uma campanha sistemática contra a MP 936. Defendeu que os patrões pagassem pela crise econômica e pandêmica. Que somente através dos métodos próprios da classe operária seria possível manter os empregos e os salários. A experiência trágica com a MP 936 deve servir para rechaçar os acordos entre a burocracia sindical e o patronato, de redução salarial e suspensão de contratos. É preciso, desde já, organizar a resistência para enfrentar mais essa ofensiva dos capitalistas e do governo.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Ceará

APROVADA EM 1º TURNO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM FORTALEZA

No dia 04/03, a Câmara Municipal aprovou em 1º turno, por 33 votos a 10 o projeto de emenda à Lei Orgânica Municipal nº 005/21, que implanta, na prática, a reforma da previdência dos servidores municipais. Dado o caráter puramente simbólico da votação em 2º turno e da maioria folgada da prefeitura no Legislativo, já é possível dizer que a prefeitura instituiu, oficialmente, que: a) aposentados e pensionistas passarão a contribuir com a previdência, com alíquotas que serão ainda fixadas em lei complementar; b) vigorarão como idade mínima no regime próprio as mesmas aprovadas na EC nº 103 da Reforma da Previdência (65 anos homem e 62 mulher); c) fica estabelecida a previdência complementar, ou seja, aplicação do teto do INSS (para pagamento de benefícios dos servidores) ao regime próprio do município; d) fica eliminada a vinculação obrigatória entre o reajustes de ativos e inativos; e) fica extinto da Lei Orgânica os benefícios do anuênio e Licença Prêmio.

A primeira tentativa de Sarto em votar a reforma por meio dos projetos de lei 002/21 e 004/21 fracassou ao incorrer em violação do regimento interno da Câmara (dada a pressa inaudita da prefeitura em votar a matéria), o que permitiu a anulação da sessão da justiça, em ação protocolada por uma vereadora. Os projetos retirados temporariamente pela prefeitura (e anunciados como uma vitória pelas direções sindicais) foram fundidos no novo projeto 005/21 e reenviados à tramitação, sempre em caráter de urgência.

Os sindicatos de servidores iniciaram mobilizações esvaizadas na Câmara e na Prefeitura. A mais importante categoria dos servidores, (professores) em princípio foi conservada à parte, pela direção do Sindiute, que há tempos se refugiava nas atividades virtuais. A campanha realizada pelo Sindiute contra a reforma de Sarto/Bolsonaro, embora tenha investido pesado em faixas nas ruas, outdoors e propaganda na TV, incentivava os professores a ficarem em casa e a fazer virtualmente pressão sobre os vereadores com cards, postagens e e-mail. O ato marcado pelo conjunto dos sindicatos para a Câmara no dia 17/02 representou uma mudança de rumo, e permitiu a unidade nas ruas sob o método da ação direta. O novo ato de 02/03, embora pequeno, dada a resistência do professorado em sair por temor à pandemia, teve o mérito de ser radicalizado e tentar impedir a entrada dos vereadores na Câmara para bloquear o início da sessão. Como esperado, a reação da presidência da Câmara/Prefeitura foi a de lançar a Guarda Municipal contra os servidores, usando de bombas de gás, balas de borracha, cacetetes e spray de pimenta. A ação coletiva e radicalizada (e não a pressão nas redes sociais e inserções na TV etc. como equivocadamente imaginou a burocracia sindical) acabou por impor a abertura de uma negociação com os representantes da prefeitura.

Contudo, a audiência do dia 03/03, com os vereadores da base do prefeito, foi usada, como já era previsto, para a obtenção de migalhas, que seriam apresentadas na forma de emendas parlamentares. As emendas não fizeram senão assegurar no projeto de lei, medidas que já eram previstas no Art. 40 da

EC 103, o que dá ideia do quão reacionária era a proposta original dos Ferreira Gomes para o funcionalismo. Estas foram defendidas e justificadas pela burocracia sindical do Sindiute e vereadores do PT como a única coisa que poderia ser feita num quadro de pandemia grave.

Na assembleia virtual da categoria do dia 03/03 a direção sindical retirou a proposta de ato na Câmara, mantendo apenas o encaminhamento de paralisação (com a suspensão dos trabalhos domiciliares) para que a proposta do prefeito pudesse ser votada sem resistência. Não faltaram discursos para dizer que as propostas não eram do sindicato, mas sim dos vereadores ao mesmo tempo em que reforçavam a impossibilidade dos atos presenciais com o número de contaminações, mortes e UTI's lotadas.

É necessário denunciar e desmascarar as direções que compactuaram com essa derrota histórica do funcionalismo. Combater o discurso amedrontador sobre a categoria, diante do temor real do avanço da pandemia, que impede que os trabalhadores se manifestem coletivamente nas ruas.

As burocracias sindicais em sua maioria chamaram o voto em Sarto contra Wagner (PROS) no 2º turno das eleições municipais. Possuem por isso, responsabilidade política pelo seu governo antipopular. Já se sabia que quem vencesse as eleições haveria de fazer, como uma de suas primeiras medidas, a contrarreforma maldita da previdência. O POR chamou continuamente a atenção para isso em sua campanha pelo voto nulo programático. As direções do movimento fizeram o possível para obscurecer a raiz da ofensiva de Sarto e sua recusa sistemática a qualquer negociação, que tinha por base as diretrizes do capital financeiro nacional e internacional, que tem ditado as violentas medidas de contrarreformas em todo o país. O POR procurou explicar que as contrarreformas são expressão da decomposição capitalista e que a luta contra elas requeria a unidade do geral do funcionalismo, sob a base da ação direta.

A burocracia sindical procurará mobilizar e chamar os servidores a continuar a luta em torno das emendas e das leis complementares, explicando que grandes conquistas estarão em jogo ali. Procurarão esconder do funcionalismo em geral, e dos professores em particular, que sofremos já uma grande derrota com a votação do projeto de lei de Sarto. É necessário denunciar e desmascarar as direções que compactuaram com essa derrota histórica do funcionalismo. Combater o discurso amedrontador sobre a categoria, diante do temor real do avanço da pandemia, que impede que os trabalhadores se manifestem coletivamente nas ruas. É preciso unir a vanguarda combativa da categoria numa oposição combativa, classista e de luta e construir uma direção revolucionária para o funcionalismo.

Ceará

Governo Camilo Santana/PT e reitoria estão dispostos a ampliar o EaD na UECE

No dia 03 de março, ocorreu a solenidade virtual, para a entrega dos 3.749 chips com internet. Nessa reunião, esteve presente o reitor Hidelbrando Soares, o vice-reitor Dárcio Teixeira, o ex-senador e atual Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Inácio Arruda e o chefe de gabinete, Altamar Muniz.

No evento, os representantes da burocracia universitária discursaram sobre o momento difícil em que vivemos, que temos um grande desafio pela frente, etc. Até aí, nenhuma novidade. O Secretário da Ciência, Inácio Arruda, disse: *“a entrega dos chips é uma ação inicial, e nós iremos continuar dialogando com o governador, para ampliar e reforçar o uso das plataformas digitais, oferecendo meios para os estudantes acompanharem as aulas remotas da forma mais adequada possível”*.

Nessa mesma linha seguidista e submissa, o reitor, Hidelbrando Soares, disse: *“Esses 3.749 chips, com 20 GB de internet, serão distribuídos para todos os centros, as faculdades e polos Universidade Aberta do Brasil (UAB), de forma que os alunos de graduação a distância também sejam beneficiados”*. E, com uma ousadia descarada, bajulou o atual governador: *“O governador Camilo Santana é uma liderança de muita sensibilidade social, e conseguiu garantir aquilo com que havia se comprometido: fazer com que nossas universidades estaduais do Ceará se integrem ao projeto de inclusão digital”*.

Que conclusões devemos tirar desse acontecimento? Sabemos que a UECE, há tempos, vem sendo sucateada e precarizada das mais diversas formas, seja na diminuição constante do número de bolsas, no corte de recursos (a UECE há tempos,

se sustenta por meio de vestibulares), na falta de residência universitária ou auxílio moradia para os estudantes pobres. O fato de muitos destes estudantes estarem, há meses, esperando por esse chip, assim como o número de trancamentos e evasões, nos dão um panorama da situação caótica que obriga, na prática, os estudantes pobres a abandonarem os estudos. O governo Camilo/PT almeja expandir ainda mais os cursos EaD na UECE, seja diretamente, seja em parceria com outras instituições; como exemplo disso, temos, em alguns polos estaduais, dezenas de cursos de graduação à distância pela UAB.

Neste momento em que se completa um ano da pandemia, a defesa da inclusão dos estudantes nas plataformas digitais nunca foi tão grande. Uma ampla ofensiva foi feita com esta modalidade de ensino, aproveitando-se da crise sanitária profunda. A quem interessa uma UECE profundamente tomada pelo EaD? Aos governos, pois, não terão de arcar com água, luz, RU, manutenção, reformas etc. e aos capitalistas da educação, que lucram rios de dinheiro com aulas virtuais, mensalidades e incentivos fiscais.

Tudo indica que, sem resistência do movimento estudantil/docente da UECE, o EaD será imposto no próximo período pós pandemia. A Corrente Proletária Estudantil/POR denuncia esta modalidade como expressão da destruição do ensino (o que não deve ser confundido com a rejeição do uso de tecnologias na educação), e convoca os estudantes a defender uma universidade pública, gratuita, laica e vinculada a produção social.

Rondônia

Redes municipais e estadual impõem o retorno remoto, e sindicato se mantém passivo

No dia 22 de fevereiro, tanto a rede municipal da capital, Porto Velho, quanto a rede estadual de ensino, iniciaram o ano letivo de 2021. Em ambas as redes, o retorno manteve-se remoto. Há semanas, todo o estado vive o colapso da saúde. Não há leitos, e a contaminação e mortes atingem os maiores números, desde o início da pandemia. Em 2 de março, todos os 322 leitos de Rondônia estavam ocupados, e havia uma fila de 102 pacientes. Os setes hospitais da capital estavam com 100% de ocupação. Diante dessa situação catastrófica, governador e prefeitos impuseram o ensino remoto.

O certo é que os professores não têm voz para interferir no processo, seja remoto ou presencial, os governos municipal e estadual agem fazendo politicagem. Na rede

estadual, a compra de algumas centenas de notebooks e computadores de mesa, e a contratação “uma produtora para os estúdios de TV”, que criariam aulas virtuais para os alunos, foram utilizadas para mostrar que a “educação remota/virtual” de 2021 será melhor do que a de 2020. A questão é que os professores continuam utilizando seus recursos próprios, para receberem e enviarem atividades, e sabem o quanto é mentirosa estas aulas remotas.

Diante dessa situação na rede estadual, o Sintero apenas marcou audiências, e mandou documentos para secretaria de Educação, pedindo mais notebooks e exigindo que o ensino presencial ocorra apenas “quando todos os professores estiverem vacinados”. Ou seja, a burocracia dá um cheque em branco para que o go-

verno estadual continue com sua política, e atua corporativamente, desvinculando o problema do retorno das aulas do problema de contaminação de toda população. Com ou sem notebooks, o ensino remoto não deveria ser adotado, e os professores deveriam, coletivamente, através de suas assembleias presenciais, mostrar ao governo e à população a sua oposição a esta imposição e a esta farsa de ensino, bem como lutar pela vacinação universal. Se os números da Covid diminuírem, o governo de Rondônia imporá o retorno presencial.

No caso da rede municipal de Porto Velho, a prefeitura não cogita o presencial para este semestre, mas impôs mais trabalhos burocráticos aos professores, visando a “recuperar” os alunos que não fizeram nada, não aprenderam nada, mas foram

aprovados para a próxima série. Quer que os professores sejam os responsáveis pela evasão escolar e pela ausência de aprendizagem com o ensino remoto.

Como se vê, a direção do Sintero colabora com a política dos governos: se submete à política burguesa do isolamento social, e colabora com a implantação do ensino remoto na educação básica. Não convoca as assembleias presenciais, e não mobiliza os trabalhadores da educação

para responderem coletivamente à excessão do ensino remoto e aos ataques aos salários e direitos. Ao invés de defender a prioridade na vacinação dos professores, uma política corporativista, é preciso se colocar pela vacinação universal, começando pelos bairros mais pobres, e pela população mais vulnerável, portanto, os mais atingidos pela coronavírus. Esta luta mostraria, a toda a população, a unidade dos trabalhadores da educação com a

questão da saúde pública. Ao contrário, mandam documentos e fazem audiências virtuais, que não têm nenhum poder de alterar a política dos governos. Mais do que nunca, é necessário exigir a realização das assembleias presenciais e retomar a luta geral dos trabalhadores, para fazer frente política dos governos, de destruição da educação, de sucateamento da saúde, e de manutenção do desemprego e dos baixos salários.

Pernambuco

SINASEFE – Ações virtuais mantêm desarmada a categoria contra os ataques do governo

A Corrente Proletária na Educação se pronunciou na Assembleia virtual na seção do Sinasefe da Paraíba (Sintef-PB), e na mesa virtual de Conjuntura da seção de Pernambuco (SindsIFPE), contrapondo-se às decisões virtuais e defendendo a retomada da luta presencial. Essas atividades fizeram parte do preparo para a 166ª Plenária Nacional do Sinasefe, que tinha como pauta a Reforma Administrativa e “greve sanitária” contra o retorno presencial.

Em Pernambuco, participaram a Intersindical, PT (defendendo as eleições), membro da direção nacional do PSOL (limitações das ações jurídicas), e o POR (pela retomada dos métodos presenciais de luta).

A Intersindical questionou a ausência de levantes, mesmo diante do retorno da maioria ao trabalho. Apontou como sendo um problema da “fragmentação da classe trabalhadora”, e falta de ação por parte do movimento sindical, que deixa espaço para o individualismo das ideologias burguesas. Concluiu apontando que o governo Bolsonaro está enfraquecendo, junto com a tendência de avanço da crise econômica. Essa conclusão sobre o enfraquecimento do governo Bolsonaro não parte da análise do apoio das diferentes frações da burguesia, para avançar na aprovação das contrarreformas, se limita aos em torno à sua substituição. Dessa forma, por mais que a Intersindical tenha dito não acreditar na via eleitoral, no lugar de apontar a necessidade de retomada da luta nas ruas, segue fazendo campanhas de desgaste eleitoral do governo Bolsonaro via ações individualizadas, como carreatas.

O PSOL falou das limitações da saída jurídica, indagando a crescente a pressão da base pelos métodos jurídicos. Informou as ações que o Sinasefe perdeu, principalmente a do congelamento salarial, que até agora não conseguiu reverter. E concluiu, afirmando que a judicialização por parte da categoria é uma forma de terceirizar a luta. Não disse que a judicialização é parte da política pequeno-burguesa das correntes, que compõem a direção nacional (PSOL/PT entre outros), que defendem, no movimento, os métodos jurídico-parlamentares. Responsabilizar a base pela judicialização dos problemas, principalmente quando já não são convocadas nem assembleias, e as plenárias nacionais estão ocorrendo virtualmente, é uma forma de esconder o fracasso dos métodos virtuais. Com o início da pandemia e fim das atividades presenciais, as ações quase que se limitaram às respostas jurídicas. E a lamentação do PSOL é o quanto de ações vem perdendo,

como se fosse possível esperar, da justiça burguesa, a defesa dos empregos, salários e direitos.

O PT defendeu a possibilidade de resolver a situação com as eleições, com a nostalgia do governo Lula. Sobre as centrais, afirmou não haver passividade, dizendo que há convocação de carreatas e outras ações virtuais. O PT está tão mergulhado na política burguesa, que considera que é possível combater os ataques com a eleição em 2022, e defende abertamente os métodos que não se chocam com a propriedade privada, como greves e manifestações de rua, mesmo diante de ataques como fechamento de fábricas, como ocorre com a Ford e outras.

Na Assembleia de base na Paraíba, o posicionamento não foi diferente, apesar das posições do POR de defesa da independência de classe, questionando a continuidade de ações remotas, que já fracassaram ao longo de 2020. Responderam reforçando o aumento da atuação nas redes sociais, da pressão sobre os parlamentares, e da atuação mais ativa nas carreatas.

O POR enfatizou que não é possível responder aos ataques aos servidores públicos com a política do corporativismo e métodos virtuais, que expressam ação individualizada e não do conjunto da categoria, como panelaço, twitaço e carreatas. Mostrou que o seguidismo à política burguesa de “isolamento social” pelas direções sindicais desarmou as massas, e deu continuidade ao caminho que levou à derrota da luta contra as Reformas Trabalhista e da Previdência. O ataque aos serviços e servidores públicos é continuidade dessas contrarreformas. O governo segue com a política de rebaixamento do valor da força de trabalho, e aproveita o avanço da miséria, com pandemia e pressão pelo retorno do auxílio emergencial, para estender os ataques ao funcionalismo público. Além disso, sem resposta coletiva da categoria, a volta das aulas presenciais está sendo ditada pelos governos. As direções sindicais se negam a convocar as assembleias presenciais, e defendem a “greve sanitária”, que não passa de um boicote individual, onde os professores continuarão dando aula a distância. É impossível defender a vida dos professores, diante do coronavírus à margem das demais reivindicações de defesa da educação pública e dos empregos e direitos sociais. Diante disso, é urgente que as centrais e sindicatos convoquem um dia nacional de luta, que retomem a construção dos comitês em defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação universal, começando pelos bairros pobres e favelas.

ABAIXO O ESTADO POLICIAL DE BOLSONARO, STF E O CONGRESSO NACIONAL

Não é novidade que o governo Bolsonaro, desde seu primeiro dia de mandato, vem fortalecendo o Estado policial e suas estruturas repressivas. Deu mostras de seu intervencionismo em universidades, em prisões ilegais e políticas, em listas de possíveis opositores e servidores, elaboradas pela inteligência do governo, etc. Pois bem, com o avanço da crise econômica, impulsionada pela pandemia, que inevitavelmente provoca uma crise política, a resposta do governo federal tem sido a ampliação da repressão.

Esta semana, o intervencionismo policial deu outro salto. A polícia federal prendeu o jovem João Reginaldo Silva, por postagens numa rede social contra Bolsonaro, que estaria naquele dia na cidade de Uberlândia. Outras pessoas que responderam a postagem foram citadas no auto de prisão e procuradas em seus endereços. A lei que embasa a prisão é a Lei de Segurança Nacional, da época da ditadura militar, contudo mantida por todos os governos posteriores, e até reforçada por alguns.

O governo também tem ampliado suas ações junto a servidores federais que se manifestam publicamente contra o governo. Destacamos aqui o caso do ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas, Pedro Hallal, que fez críticas à nomeação

do segundo nome da lista tríplice. A Câmara de deputados, através do deputado Bibó Nunes (PSL-RS), abriu o processo e o servidor teve de assinar um *Termo de Ajustamento de Conduta*, que foi publicado em diário oficial.

Existe um fio condutor entre esses casos, e tantos outros semelhantes, e a prisão via STF do deputado reacionário Daniel Silveira. Ainda que as diferenças sejam substanciais, esses eventos apontam para o fortalecimento do Estado Policial, o que é antagônico aos interesses do proletariado. Cabe lembrar um texto de Trotsky, de 1939 (Massas 616), onde dizia, “*Sob o regime burguês, toda supressão da liberdade e dos direitos políticos, não importa contra quem se oriente no seu início, no final cairá, inevitavelmente, sobre a classe operária, especialmente, contra seus elementos mais avançados. É uma lei da história. Os operários têm de aprender a distinguir entre seus amigos e inimigos, seguindo seu próprio julgamento, e não as indicações que a polícia faz.*”

É tarefa da classe operária organizada lutar contra todas as manifestações da decomposição capitalista. As reivindicações democráticas pelo direito de livre manifestação e organização se contrapõem ao Estado policial. Devem fazer parte do movimento operário, popular e camponês.

Cogna (ex-Kroton) e Lemann se unem e ampliam a exploração do ensino básico

A Cognia anunciou um acordo com a Eleva Educação (controlada pelo fundo de investimento Gera Venture, de Paulo Lemann), de bilhões de reais. O negócio está sendo chamado de maior operação comercial da educação básica do país. A operação ainda será avaliada pelo órgão regulador, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Nos meses de setembro e outubro de 2019, publicamos no Jornal Massas (nºs 594 e 597) duas matérias, que apontavam os caminhos da concentração e centralização de capitais na área da educação, e, em particular, destacavam a monopolização da Kroton. A essência desses artigos está em que o principal financiador desse processo foi o Estado, através de suas políticas de transferência de recursos públicos para o setor privado, Prouni, Fies, PNLD, etc. A capitalização dos monopólios da educação, por meio de subsídios e transferência desses, exemplificam a política educacional amplamente aplicada pelos governos petistas, e mantida sob as gestões de Temer e Bolsonaro.

Ao esbarrar na legislação, pelo bloqueio do Cade, na compra da Estácio, a Kroton procurou mascarar o monopólio criando novas empresas, a exemplo da Cognia, uma holding que congrega Kroton (ens. superior), Platos (ens. superior), Saber (ens. básico) e Vasta (ens. básico – a Vasta é dona da Somos, gigante dos materiais didáticos). O negócio atual se dá entre a Cognia e a Eleva Educação, mais especificamente, a Vasta (Somos) deve comprar o sistema de ensino da Eleva por R\$ 580 milhões, e a Eleva, adquirir 51 escolas de ensino básico da Saber, por quase R\$ 1 bilhão. O acordo inclui ainda o fornecimento de materiais didáticos pela Somos por 10 anos, e uma parceria no desenvolvimento de recursos educacionais. O valor de mercado atual da Cognia é de R\$ 2 bilhões, e da Eleva, R\$ 400 milhões.

Para se analisar esse problema de forma mais completa é preciso lembrar que, em maio de 2020, Paulo Lemann anunciou que mudaria os rumos do seu negócio, e avançaria ainda mais sobre o ensino a distância. A “troca de materiais didáticos” e “parceria para criação de recursos educacionais” são os elementos dessa transação que apontam nessa direção. É sobre essa base que se dá a “maior operação comercial da educação básica do país”: o fortalecimento do EaD no ensino básico brasileiro.

Com esta operação, a Cognia sai do ramo do ensino básico, deixando seu monopólio apenas no ensino superior e nos sistemas de ensino. Por outro lado, Lemann/Eleva passam a avançar sobre esse segmento, criando a maior rede de ensino privado do Brasil. Entre as escolas que passam ao seu controle estão o Centro Educacional Leonardo da Vinci, Colégio Lato Sensu, Sigma, Anglo 21, Anglo Alphaville, CEI (Natal), Colégio Pitágoras, entre outros. O grupo também irá assumir as operações dos Colégios Embraer.

A política burguesa dos governos para a educação durante a pandemia pode ser resumida no profundo avanço do EaD sobre a educação básica. Sob várias máscaras (remoto, telepresencial, híbrido, etc.), vem sendo implementado pelos governos, servindo de instrumento para ampliar a concentração monopolista, e recebendo apoio dos partidos e correntes de esquerda que, no afã de se contrapor ao retorno presencial das aulas, concluem com a defesa miserável da implementação do EaD nas redes públicas e privadas. Esse é, de fato, o conteúdo das chamadas “greves sanitárias”. Quando muito, se limitam a denunciar a falta de acesso dos estudantes e dificuldades dos professores em trabalhar com essa modalidade. Esquecem, contudo, que a luta contra o EaD é uma questão de sobrevivência da própria categoria, que tem seu

emprego ameaçado diretamente pelas plataformas digitais. Estima-se que cerca de 300 mil professores da educação básica da rede privada brasileira foram demitidos, em 2020. Entre os professores universitários, 2.000 haviam sido demitidos no estado de São Paulo, até setembro. Sabemos que, com a implementação do EaD, parte desses postos não serão recuperados, e outra parte o será sob novas modalidades de contratação precarizada, ou trocando professores por monitores e/ou estagiários, por técnicos ou administradores de conteúdo digital, com salários mais baixos.

Ocorre que as escolas e universidades privadas seguem a lógica das leis da acumulação e centralização capitalistas, que regem e determinam todas as áreas do trabalho onde a burguesia monopolista procura valorizar seus capitais. Essas leis impulsionam o aumento da composição orgânica do capital constante (a exemplo da tecnologia), e a redução da quantidade de força de trabalho empregada (capital variável). O que se traduz em ampliação do exército de desempregados, redução do preço da força de trabalho, e crescimento da miséria.

Resposta ao Boletim Classista

Em seu número 42, Santiago Marimbondo (militou por vários anos no MRT, sendo expulso em maio de 2017, sob protesto de que foi vítima de uma medida burocrática.) desfecha um ataque sem mais nem menos ao POR, na breve nota “Trotskismo” (?) e a Falta de Vergonha. Acusa-nos, ao lado de PCO e MRT, de “negacionismo” diante da pandemia. O motivo para tal está em que se trata de “seitas” e de “lunatismo”. E de uma direção de pequeno-burgueses “semi-letrados”. Deixemos de lado o abuso do vernáculo, pelo super-letrado Santiago Marimbondo. Não temos como responder pelas demais organizações, com as quais temos divergências de ordem programática.

O conceito “negacionismo” se popularizou em meio às disputas interburguesas, de como caracterizar e responder à pandemia. O uso desse conceito não surgiu com a pandemia. É bem anterior. Significa negar a verdade científica, ou os fatos históricos. Aqueles que não reconhecem a virulência da pandemia e a necessidade de combatê-la com todas as armas da ciência são “negacionistas”. Em nenhuma das formulações do POR, em nenhum aspecto de sua linha política, e em nenhuma atitude prática, é possível encontrar negacionismo, nem sombra de tal conduta reacionária. Santiago Marimbondo e a Boletim Classista nos ataca sem nenhuma comprovação, sem nenhuma demonstração!

Bolsonaro comparece como “negacionista” e Dória (entre outros), como anti-“negacionismo”. Trump e Biden se tornaram o modelo desse antagonismo, pelo menos no plano formal. Seguindo essa divisão política, o POR seria “negacionista”, e o Boletim Classista, dirigido por Osvaldo Coggiola, membro de PO argentino, dirigido por Jorge Altamira, que se diz trotskista, e o próprio redator da nota, seriam anti-negacionistas. Disso se pode deduzir, segundo a lógica formal, que o POR estaria no campo de Trump-Bolsonaro, e Coggiola, Altamira e Marimbondo, no de Biden-Dória.

Como se vê, o super-letrado “trotskista” nos coloca em um beco sem saída; na realidade, em um jogo absurdo de palavreado que lhe veio à mente (negacionistas, semi-letrados, lunatismo, seitas, gênios incompreendidos, etc.). Sequer a lógica formal comporta tal raciocínio malicioso. Marimbondo se coloca nessa situação ridícula, precisamente porque não fundamenta onde está o “negacionismo” do POR. E onde, também, estaria o seu próprio anti-“negacionismo” (ou “afirmacionismo”).

Eis por que a luta dos assalariados da educação deve responder aos problemas colocados com o programa do proletariado. É tarefa do movimento social, partidos de esquerda, sindicatos e entidades estudantis combater a ampliação do ensino a distância, sob suas várias formas, além de lutar contra a dualidade entre rede pública e privada. É justamente a existência da rede privada de educação, uma das razões para a decomposição do sistema público. A bandeira histórica de expropriação das redes privadas de ensino, sem indenização, se mostra completamente vigente, contudo, não será incorporada pelos partidos adaptados à política burguesa e à conciliação de classes.

Cabe à vanguarda com consciência de classe lutar por um sistema único de educação, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social, e sob o controle daqueles que estudam e trabalham. Esta tarefa só pode ser conquistada como parte da revolução social, a revolução proletária, que vai derrubar o modo de produção capitalista e suas excrescências, como as redes privadas de ensino.

A nota “Trotskismo” (?) e a Falta de Vergonha é incompreensível para qualquer mortal, sem a mínima necessidade de ser letrado. Não passa de uma agressão verbal, de quem acha que não tem por que se envergonhar. O objetivo foi o de difamar o POR, armando subliminarmente uma estúpida e inexistente ligação com o “negacionismo” de Trump-Bolsonaro. Marimbondo sequer foi capaz de pensar o motivo material do “negacionismo” desses personagens. Muito menos refletir sobre o “anti-negacionismo” de Biden e Dória. Desconheceu o processo e os acontecimentos que envolveram e envolvem as divergências no interior da burguesia e de seus governos, que foram qualificados de “negacionistas” e “anti-negacionistas”.

Para esse “trotskista”, que se acha autêntico, não importa o resultado da política da burocracia sindical e de seus braços políticos com assento no Congresso Nacional, que se colocaram no terreno dos “anti-negacionistas”, abraçaram incondicionalmente a política burguesa do isolamento social, bloquearam qualquer ação coletiva dos explorados, fecharam as portas dos sindicatos, mergulharam no mundo virtual, e auxiliaram na aplicação da MP 936.

A traquinagem de atacar com qualificativos, sem que correspondam a substantivos, é típica de adversários que não se importam com os princípios e método da crítica materialista. Marimbondo e o Boletim de Coggiola não têm nada a perder, uma vez que estiveram enfiados debaixo da cama, não tendo de correr nenhum risco de contaminação viral, enquanto os trabalhadores não puderam de fato contar com as conquistas da ciência, sob a forma de capital. Assim se passou e se passa aos nossos detratores, sem ter de se preocuparem com os perigos de contaminação pela política burguesa do isolamento social.

Aos leitores, que, por ventura, tenham estômago para deglutar os achincalhamentos ao POR pelo Boletim Classista, típicos do jornalismo mais desclassificado da imprensa burguesa, recomendamos ler o Jornal Massas, o livro “Pandemia. Avança a miséria e a Fome”, as declarações e manifestos expostos no site do POR, e boletins. Temos por tradição divulgar sistematicamente nossas formulações, sem ocultar nenhum dos escritos. Um crítico sério e comprometido nas tarefas revolucionárias da época de desintegração, barbárie, revolução e contrarrevolução encontrará um farto material divulgado pelo POR.

Realizada a Conferência Regional do POR de São Paulo



Nos dias 27 e 28 de fevereiro, os delegados poristas e simpatizantes discutiram e aprovaram, com as devidas mudanças, duas resoluções centrais: 1) sobre a situação nacional; 2) sobre o estado de São Paulo. Acompanharam essas resoluções, quatro específicas: 1) o processo contraditório da industrialização e desindustrialização no estado de São Paulo; 2) sobre o movimento operário; 3) sobre educação; 4) sobre a juventude. Por último, se discutiu o balanço de atividades da regional e da comissão operária. A Conferência concluiu com uma exposição sobre o livro “Pandemia. Avançam a Miséria e a Fome”. E com a leitura do Manifesto, publicado nesse jornal. Na abertura, foi aprovada a moção de que a Conferência estaria sob a bandeira da III Internacional, da época de Lênin, que correspondeu aos Primeiros Quatro Congressos (1919-1922). E, no encerramento, os delegados de pé saudaram, de punhos erguidos, os 102 anos da fundação da III Internacional e o internacionalismo proletário.

A Conferência foi preparada por três meses. De maneira que os delegados puderam desenvolver as suas principais teses e orientações políticas, bem como apresentar e votar emendas e correções. A discussão concentrada e coesa expressou a rigorosa preparação e a assimilação coletiva das resoluções. A presença de camaradas das regionais do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco permitiu incorporar a experiência da Conferência Nordeste, que se realizou no final de janeiro. Neste breve balanço, serão destacados alguns pontos.

1. Sobre a situação nacional

A discussão geral se deu em torno à ofensiva dos governos e da burguesia contra a classe operária e demais explorados, no período da pandemia. Ficou claro que a política de conciliação de classes, encarnada pela burocracia sindical e pelos partidos reformistas e centristas, foi e é a grande responsável pelo bloqueio à luta coletiva e pela supressão da democracia operária. A burguesia somente pôde descarregar a crise econômica, na forma de demissão em massa, redução de salário, quebra de direitos e suspensão de con-

tratos, devido às ações das direções sindicais, para que a população acatasse a política burguesa do isolamento social e as medidas emergenciais de Bolsonaro e Congresso Nacional. Assim, os sindicatos foram fechados e as direções se refugiaram no mundo virtual.

Os delegados ressaltaram a importância decisiva do POR, desde o início, caracterizado a política burguesa do isolamento social como incapaz de proteger as massas e de também servir para impor medidas antioperárias. Sem essa caracterização, não seria possível lutar consequentemente pela independência de classe do proletariado. O fracasso da política burguesa do isolamento social evidenciou a tese do POR de que a pandemia, antes de tudo, era um problema de classe, e que os explorados teriam de responder com suas reivindicações, organização e métodos próprios de luta. O princípio de que jamais, em qualquer circunstância, o proletariado e sua direção não podem renunciar e abandonar a luta de classes, está no fundamento do marxismo.

A Conferência aprovou que a tarefa continua sendo a luta pelos empregos e salários. E pela derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. A experiência da Ford indica que o programa de ocupação de fábrica, controle operário da produção e estatização sem indenização corresponde às condições de fechamento de fábricas e destruição maciça de forças produtivas. Permanece a tarefa de propagandear e agitar a convocação das assembleias presenciais e reorganização do movimento operário e popular, sobre a base da ação direta.

2. Sobre o estado de São Paulo

As Conferências regionais do POR têm sido utilizadas para se conhecer as particularidades dos estados e regiões, que em sua interdependência, constituem a unidade nacional. Devido ao caráter continental do país, a forma de sua colonização escravista, e a sua elevação a país capitalista semi-colonial, forjou sua unidade em uma cadeia de contradições, que expressa a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Adentrou ao século XXI, sem que a burguesia pudesse resolver a contradição entre regiões altamente desenvolvidas e regiões extremamente atrasadas, em que se contata a combinação entre formas pré-capitalistas e capitalistas de produção. As relações sociais estão marcadas por um proletariado forjado pela grande indústria, por uma portentosa classe média e por camponeses, indígenas, que ainda sobrevivem da pequena produção e da economia de subsistência. A burguesia nacional é constituída de frações oligárquicas, sendo que a mais poderosa se encontra profundamente entrelaçada com o capital imperialista. Sobre essa estrutura econômica e de classe, se assenta o Estado nacional. O problema do centralismo e federalismo, que corresponde ao processo dinâmico de tais contradições, permeia a resolução sobre o estado de São Paulo.

A Conferência discutiu a importância programática do fato do estado de São Paulo ser o carro-chefe da economia nacional. Essa caracterização, muito bem conhecida, tem um fator fundamental que a concentração da grande indústria resulta na enorme concentração da classe operária. Precisamente, por isso, a decomposição do capitalismo se manifesta, em grande medida, nesse estado. A luta de classes tem o proletariado de São Paulo como a força motriz do combate pelas reivindicações de todos os explorados, e pelo desenvolvimento da estratégia da revolução proletária, das transformações socialistas.

Os delegados discutiram a constatação de que a política de conciliação de classes, aplicada em todo o país, emana da burocracia sindical e das forças reformistas, assentadas nas camadas proletárias e da classe média do estado de São Paulo. A penetração do programa revolucionário nas massas exploradas desse estado abrirá caminho para a organização e elevação da consciência de classe do proletariado nacional. Assim, a Conferência avaliou a importância do trabalho operário, no último período.

Quanto à centralização burocrática e autoritária e os conflitos federativos, os militantes discutiram a impossibilidade de a burguesia edificar uma democracia, que não seja oligárquica. Nota-se que a tendência predominante é a de fortalecimento do Estado policial. O Estado democrático virá com a revolução proletária e a constituição do Estado operário. A ditadura do proletariado se baseará na mais avançada democracia exercida pela maioria oprimida.

3. Sobre as resoluções específicas

a) O processo contraditório da industrialização e desindustrialização no estado de São Paulo e o estado policial

A Resolução específica sobre a desindustrialização e o Estado policial levou a discussão em torno à tendência geral de bloqueio ao desenvolvimento as forças produtivas e sua manifestação particular no estado de São Paulo. A transferência de fábricas para outros estados e o fechamento em grande escala não modificaram a supremacia econômica do estado de São Paulo, mas retrocederam as forças industriais e fortaleceram os setores de serviço e comércio. Agroindústria exportadora se fortaleceu. Essa composição contraditória conduziu a um declínio relativo de seu peso econômico, em cuja base estava o avanço da industrialização. É perceptível a retração da força de trabalho empregada na indústria.

A Conferência, nesse ponto, discutiu a precarização das condições de trabalho, com o impulso do setor de serviços. E a diminuição do impulso da proletarização no campo. A industrialização movida pelos monopólios já não tem como alavancar as forças produtivas. A perspectiva é a de que a crise estrutural do capitalismo pressione ainda mais as tendências da desindustrialização.

A alta concentração de riqueza, em um polo, e pobreza e miséria da maioria oprimida, em outro, potencia os choques entre as classes. É o que explica o fortalecimento do Estado policial no estado mais rico da federação. Consta-se um aperfeiçoamento dos meios, da técnica e das funções dos órgãos de

repressão, que consomem uma parcela significativa do orçamento. Evidencia o crescente parasitismo das polícias do estado. Esse complexo aparato se volta contra as manifestações dos trabalhadores e juventude, protegendo os capitalistas da luta de classes. Esse mesmo aparato destina um de seus braços à repressão nos bairros empobrecidos e favelas, onde vicejam o narcotráfico e toda sorte de criminalidade. A brutal repressão cotidiana atinge a população e recai principalmente sobre a juventude, na sua maioria negra.

O gigantesco aparato de repressão expõe a decomposição do capitalismo e a necessidade de a classe operária se organizar para se erguer nacionalmente, encarnando o programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

b) Sobre o movimento operário

A Conferência dedicou boa parte da discussão ao avanço da burocratização e estatização das organizações sindicais, promovidas pela política de conciliação de classes. Do estado de São Paulo, irradiam para todo o país as diretrizes do corporativismo e do colaboracionismo. Esse poderoso obstáculo à independência dos sindicatos diante da política burguesa e à luta de classes tem sido responsável pelas inúmeras derrotas dos explorados, desde que recrudescer a crise econômica, a partir de 2014.

Quanto à centralização burocrática e autoritária e os conflitos federativos, os militantes discutiram a impossibilidade de a burguesia edificar uma democracia, que não seja oligárquica. Nota-se que a tendência predominante é a de fortalecimento do Estado policial.

A imposição das contrarreformas (trabalhista, previdenciária e terceirização) concluiu em liquidação de conquistas históricas, que foram sendo realizadas no processo de industrialização. As direções sindicais e os partidos reformistas foram incapazes de organizar a luta nacional, partindo das potencialidades do proletariado vinculado à grande indústria. A implantação das contrarreformas se vem dando na situação em que a crise de superprodução tem provocado enorme quebra de forças produtivas, que resulta em fechamento de fábricas e demissão em massa. A Conferência assinalou o significado do fechamento da Ford e a submissão das direções sindicais (sindicatos e centrais) ao curso ditado pelas multinacionais (capital monopolista). A impotência e covardia são sintomas da política de colaboração de classes, que mantém o proletariado desorganizado e em profundo atraso na consciência de classe. A sedimentação e o agigantamento do burocratismo são fenômenos cujo desenvolvimento histórico deve ser analisado e compreendido, para melhor combatê-los.

A Resolução dá um passo nesse sentido, ao demonstrar que o processo de recuperação dos sindicatos a partir do final da ditadura militar foi cedendo lugar ao corporativismo, divisionismo e estatismo sindicais. A burocracia sindical não tem vida própria, depende da política burguesa. A constituição

do PT, recomposição do PCdoB, reorganização de partidos vinculados ao nacionalismo burguês, e influência das correntes centristas em uma parcela dos sindicatos expressam as distintas tendências do burocratismo e do corporativismo. A luta pela independência dos sindicatos e renascimento da democracia operária dependem dessa compreensão e da luta da vanguarda com consciência de classe por penetrar o programa da revolução social no seio da classe operária e demais explorados.

No quadro dessa discussão estratégica, se enfatizou a experiência do fechamento da Ford e a campanha do POR, com seu Boletim Nossa Classe, em defesa do programa de ocupação das fábricas, controle operário da produção e estatização sem indenização dos monopólios.

c) Sobre educação

A Resolução parte da constatação de que a crise da educação se agravou com a pandemia. Assinala que a situação do ensino em 2019 já sofria as consequências das contrarreformas (reforma do ensino médio, imposição das escolas militares, avanço da terceirização, destruição de direitos previdenciários e queda de recursos). A pandemia e a imposição da política burguesa do isolamento social, que levou ao fechamento das escolas por um ano, e a aplicação do ensino a distância, trouxeram à luz do dia a decomposição do ensino. A modalidade de EaD, que já vinha sendo aplicada em larga escala em nível superior, se estendeu à educação básica.

A Conferência se ateve em explicar o significado do avanço do EaD como uma excrescência da burguesia, que impulsiona a decomposição crescente do ensino. Mostrou que tal modalidade vai às últimas consequências na separação entre a teoria e prática, entre a aprendizagem e a produção social, tornando a educação cada vez mais individualizada, mecânica e concorrencial. O EaD aplicado amplamente conduz, inclusive, à destruição de antigas conquistas pedagógicas do capitalismo. Acaba com o pouco que resta da liberdade de ensino. No entanto, apesar das visíveis consequências negativas com o EaD na rede pública, principalmente, esse instrumento capitalista/privatista tende a permanecer e se expandir. Trata-se de uma medida privatizante, que livra o Estado da responsabilidade para com a educação pública. A Conferência discutiu a importância de rechaçar qualquer tipo de reivindicação que sirva à implantação do EaD. É fundamental distinguir ensino a distância com o uso da tecnologia nas escolas.

Outro ponto discutido foi a conduta das direções sindicais, que se submeteram à política burguesa do isolamento social e ao EaD (ensino remoto). Com a imposição do retorno presencial das escolas, as burocracias decretaram a “greve sanitária”, que na realidade é um boicote à decisão do governo. O problema está em que foi decidido por assembleias virtuais e que depende da vontade individual e não coletiva dos

professores. O que resulta no isolamento da parcela combativa. Foi discutida também a posição do POR de não participar das decisões virtuais. E a conduta correta de assumir na prática o boicote, trabalhando por sua vitória. Foi enfatizada a política do POR contra a política burguesa do isolamento social, o EaD, e pela defesa da abertura dos sindicatos, convocação de assembleias presenciais e aprovação de um plano de emergência, que unifique os trabalhadores da educação com o conjunto dos explorados, que há muito estão no trabalho e enfrentam o desemprego e subemprego.

Concluiu, mostrando a importância de propagandear o programa de defesa de um único sistema de ensino, público, gratuito, laico, científico e voltado à produção social, que necessariamente tem como ponto de partida a luta pela estatização de toda rede privada de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.

d) Sobre a juventude

A Resolução mostrou que a crise econômica e pandêmica atingiu duramente a maioria oprimida e, em particular, a juventude. As contrarreformas, entre elas a trabalhista e terceirização, golpearam a força de trabalho da juventude. O desemprego, subemprego e EaD empurraram uma massa de jovens a engrossar as estatísticas dos que “nem estudam, nem trabalham”. O desemprego entre as massas jovens e o abandono da escola é anterior à pandemia, que somente foram agravados. A militância discutiu a inviabilidade do capitalismo de modificar esse quadro catastrófico. As medidas do governo Bolsonaro vêm em socorro dos capitalistas, que necessitam comprar a força de trabalho a baixo preço, e que lhes permita aumentar a taxa de mais-valia. O projeto de uma contratação superprecarizada, por meio da “Carteira Verde Amarela”, indica que a burguesia não pode reverter o quadro de barbárie social.

A utilização do EaD na pandemia fortalece a tendência de uma significativa parcela da juventude, de desconhecer a importância da escola e abandoná-la. Os reformistas e centristas reclamaram da falta de condições para os mais pobres. Essa foi a maneira de capitular diante dos ditames do EaD, impostos pelo governo, em nome do isolamento social. A Conferência discutiu esse ponto em profundidade, concluindo pela posição de não se fazer a mínima concessão ao sistema EaD, utilizando-se da gravidade da crise sanitária.

As direções estudantis – UNE, UBES, UEE, UMES, DCEs – se enfileiraram por trás da política burguesa do isolamento social, não lhes restando outra alternativa, senão reivindicar do governo condições de aplicabilidade do EaD.

A Conferência concluiu pela necessidade de realizar um trabalho sistemático pela independência das organizações estudantis e pela construção dos grêmios livres. Retomou-se a discussão da Resolução sobre educação, em que se afirma o programa proletário para a educação.

Sobre a educação

O EaD aplicado amplamente conduz, inclusive, à destruição de antigas conquistas pedagógicas do capitalismo. Acaba com o pouco que resta da liberdade de ensino. No entanto, apesar das visíveis consequências negativas com o EaD na rede pública, principalmente, esse instrumento capitalista/privatista tende a permanecer e se expandir.

Manifesto Conferência

Viva as Conferências Regionais do POR!

O Partido Operário Revolucionário realizou suas três Conferências regionais, a do Nordeste, de São Paulo e do Norte. As Conferências reivindicaram a III Internacional, dos seus Primeiros Quatro Congressos, sob a direção máxima de Lênin, que completou 102 anos de sua fundação. O I Congresso da III Internacional ocorreu entre os dias 2 e 6 de março de 1919, em Moscou. Expressou uma nova época do internacionalismo proletário, assentado nas experiências da Revolução Russa de 1917.

A pandemia não impediu que fossem realizadas presencialmente, quando todas as correntes se encontravam e se encontram refugiadas no mundo virtual. Durante três meses, foram preparadas e discutidas as resoluções. Cada Conferência elaborou suas resoluções regionais. E todas estiveram regidas pela resolução nacional. No transcurso da construção do POR, constatou-se que as Conferências regionais passaram a impulsionar o estudo e a compreensão das particularidades, que se manifestaram historicamente no desenvolvimento desigual e combinado do Brasil semicolonial. Esse percurso se vem dando sob o programa do POR, aprovado no seu III Congresso, em 1993, e revisto no XII Congresso, janeiro de 2014. Já em julho de 1991, o II Congresso havia estabelecido suas bases programáticas, que foram sendo aperfeiçoadas, até a consolidação alcançada no XII Congresso.

As Conferências regionais, de início primárias, se projetaram mais e mais, na medida em que a aplicação do programa na luta de classes confirmava os fundamentos da revolução proletária, da estratégia da ditadura do proletariado, e dos métodos da ação direta. Não se procuram respostas regionais para os problemas nacionais e internacionais. Nota-se que, no dia a dia da construção do partido no seio da classe operária e dos demais explorados, os problemas particulares a cada região e a cada estado elevam os fundamentos da revolução proletária no Brasil, que comporta a combinação de tarefas democráticas e socialistas. As resoluções elaboradas para as três Conferências são mais um passo adiante na aplicação do programa, na elaboração coletiva e na formação de quadros marxistas. O objetivo central de construir o partido como vanguarda do proletariado vem norteando os Congressos e Conferências regionais. Constatamos um progresso nesse sentido, embora as condições embrionárias ainda caracterizam a evolução do POR. A fortaleza programática se espelha nas Conferências.

A linha política e as diretrizes estratégicas, com as quais o POR enfrentou a extraordinária crise potenciada pela pandemia, o colocaram em uma posição distinta de todas as correntes reformistas, estalinistas e centristas. Essa distinção não lhe conferiu o destaque prático na luta de classes, devido precisamente ao seu estágio de desenvolvimento embrionário. Mas, lhe conferiu o destaque das posições ideológicas e programáticas, genuinamente marxista-leninista-trotskistas. A definição de que os governantes, independentemente de suas diferenças políticas, não eram capazes de proteger a maioria oprimida, e

de que a política burguesa do isolamento social fracassaria, inevitavelmente possibilitou ao POR se destacar como vanguarda do proletariado. Esteve obrigado a lutar na contracorrente do movimento burguês e pequeno burguês, arregimentado sob a bandeira do isolamento social, cuja principal consequência foi a de dissolver o proletariado como classe organizada, e submeter as massas aos ditames do Estado burguês.

Constituiu-se uma frente ampla por detrás da política burguesa do isolamento social, como se essa fosse a única via e a tábua de salvação dos explorados, pobres e famintos. A caracterização e o ataque à política burguesa do isolamento social foram condenados como heresia, diante das forças políticas que, supostamente, estavam pela defesa da vida. É como se, de fato, a pandemia dissolvesse a luta de classes; como se a burguesia deixasse de oprimir em tais circunstâncias; e como se os governantes que se perfileram sob a bandeira da Organização Mundial da Saúde (OMS) pudessem proteger por igual o conjunto da sociedade.

Nota-se que, no dia a dia da construção do partido no seio da classe operária e dos demais explorados, os problemas particulares a cada região e a cada estado elevam os fundamentos da revolução proletária no Brasil, que comporta a combinação de tarefas democráticas e socialistas.

As direções sindicais e as correntes políticas a elas vinculadas se agarraram às manobras parlamentares, em torno às medidas emergenciais negociadas entre o governo federal e o Congresso Nacional. Fizeram propaganda do auxílio emergencial, ocultando a MP 936. Colaboraram com os acordos de redução salarial, e fecharam os olhos para as demissões em massa. Essa conduta política levou as direções sindicais e correntes políticas a rechaçarem o método da ação direta e da organização coletiva dos explorados, substituindo-os pelas assembleias virtuais, de onde saíram os acordos antioperários. O corporativismo sindical emergiu por inteiro, como um obstáculo à agitação e propaganda nos locais de trabalho, convocação de assembleias e organização da luta coletiva. O auxílio emergencial passou de R\$ 600 para R\$ 300, e se extinguiu. E, agora, o Congresso Nacional, manietado pelo governo, negocia uma forma de enganar as massas com a continuidade das migalhas. Existe o perigo de Bolsonaro conseguir desvincular os recursos da educação e saúde, o que resultaria em um duro golpe nos serviços públicos. Isso se passa na situação em que a política de isolamento social fracassou, a vacinação se faz a conta-gotas, o desemprego e subemprego atingem milhões, o custo de vida se eleva, e a pandemia continua avançando sobre a maioria oprimida.

As disputas políticas em torno ao isolamento social se dissiparam, e em seu lugar foi colocada a vacinação, que, por sua vez, está condicionada pelos monopólios e pelas potências que promovem a guerra comercial. Nada mudou em favor dos oprimidos, dos pobres e miseráveis. Os governantes e as instituições burguesas

sapateiam por cima da cabeça e dos ombros das massas, que, desorganizadas e passivas, ficam à espera de alguma solução para a agonia do dia-a-dia, agravada pela longa pandemia.

O governo Bolsonaro, sobressaltado por crises sobre crises, conseguiu submeter o Congresso Nacional e desmoralizar a oposição parlamentar. Nesse exato momento, o Superior Tribunal de Justiça acaba de livrar Flávio Bolsonaro das investigações de corrupção. São evidentes os vínculos de Flávio, hoje senador, com as milícias no Rio de Janeiro. Ao sujeitar o Ministério da Justiça, Polícia Federal, Ministério Público Federal e Agência Brasileira de Informação (Abin) à proteção do filho do presidente da República, se tem a absoluta clareza da decomposição da política burguesa. A militarização do governo é um dos sintomas dessa decomposição.

A comprovação definitiva de que a Lava Jato armou um complô contra o PT e Lula não tem a menor transcendência, uma vez que os reformistas se acham profundamente integrados ao Estado burguês. A ala mais à esquerda da oposição burguesa, que é o PT, já não tem como se apoiar na classe operária e nas camadas mais empobrecidas da população. Da quebra de seus vínculos originais com as massas oprimidas, decorre sua impotência diante do governo militarista, fascistizante e corrupto de Bolsonaro. As correntes de esquerda, que parasitam na sombra do PT e da burocracia sindical, seguem esse mesmo caminho.

Em pleno ataque aos empregos e salários, nas condições da fulminante pandemia, essas forças opositoras, que se reivindicam dos trabalhadores, levantaram a bandeira do impeachment de Bolsonaro, sabendo que não tinha futuro, e desviando as organizações sindicais dos objetivos e tarefas classistas. Não foram capazes sequer de se diferenciarem da ala opositora, liderada pelo governador de São Paulo, Doria (PSDB), em seu conflito com Bolsonaro, em torno à política burguesa do isolamento social. Essa frente opositora se constituiu, ainda que informalmente, sobre a base de manter os sindicatos fechados, os trabalhadores passivos, e a aceitação tácita da MP 936.

O fechamento massivo de fábricas e negócios, sem que houvesse a mínima tentativa de organizar a luta, testemunha o quanto os reformistas e oportunistas de esquerda se curvaram, diante do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional oligárquico. O isolamento da greve dos metalúrgicos da Renault, que se viram obrigados a recorrer às assembleias presenciais, resultou em derrota, que deve ser atribuída à política de conciliação de classes, adaptada às condições da crise sanitária e econômica. A greve da Renault abriu caminho para se pôr em pé um movimento em defesa dos empregos e salários. O mesmo se passou com a greve dos Correios. A Mercedes fechou a planta de Iracemápolis e, em seguida, a Ford anunciou o encerramento de suas atividades no Brasil. Essas contundentes decisões puseram à luz do dia a informação de que, nos últimos cinco anos, fecharam 36.600 fábricas. Relembrou-se a extinção da planta da Ford em São Bernardo, em 2019. São números que resultam do bloqueio e quebra de forças produtivas. Aumentasse o desemprego, nas condições em que mais da metade da força de trabalho se encontra desempregada ou subempregada.

A nova situação adversa à maioria oprimida revela o significado mais profundo de décadas de predomínio da política de conciliação de classes, e estatização das organizações sindicais.

A ausência de resposta classista por parte das direções sindicais impossibilitou que o instinto de revolta do proletariado contra a propriedade privada dos meios de produção e a exploração capitalista impulsione a luta de classes e a organização independente dos trabalhadores. Assim, o proletariado foi tomado de surpresa pela pandemia, não podendo ter uma resposta própria às consequências sanitárias e econômicas. A nova situação adversa à maioria oprimida revela o significado mais profundo de décadas de predomínio da política de conciliação de classes, e estatização das organizações sindicais. O retrocesso do movimento operário e popular se apresenta a olhos vistos.

O divisionismo, burocratismo e corporativismo se impuseram de forma a eliminar a independência dos sindicatos diante do Estado burguês, e a estreitar a democracia operária das as-

sembleias. As inúmeras centrais sindicais estilhaçaram o movimento operário, e tornaram o sindicalismo em apêndice da política parlamentar. É o que explica a ausência de uma resposta classista conjunta ao fechamento da Ford, motivo mais do que suficiente para ganhar as ruas contra o fechamento de fábricas, demissões, desemprego e subemprego.

O contrário se passou. Perdeu-se a possibilidade de ocupar as fábricas, estabelecer o controle operário da produção, e levantar a bandeira da estatização sem indenização. Perdeu-se o momento precioso para se convocarem as assembleias gerais e de se lançar um movimento nacional contra a ofensiva da burguesia e do governo Bolsonaro, voltada a impor medidas que agravam o desemprego, avançam a destruição de direitos e impulsionam as privatizações.

Está claríssimo que a política de conciliação de classes e de subordinação do sindicalismo ao parlamento burguês são os grandes responsáveis pela permanência de Bolsonaro no poder. A bandeira do impeachment não tem como disfarçar a vergonhosa capitulação dos reformistas, diante da política burguesa do isolamento social, e das medidas antinacionais e antipopulares do governo entreguista de Bolsonaro.

As previsões são de que o ano que adentra será de prolongamento e aprofundamento da crise mundial. Os países semicoloniais arcarão com um peso ainda maior. Recrudescerá a guerra comercial, como demonstra a disputa monopolista pelas vacinas, e as polarizações imperialistas. O agigantamento do parasitismo financeiro tem de recair na forma de saque sobre as nações oprimidas. O Brasil rasteja sob a montanha da dívida pública. Nem a burguesia interna, nem o Estado nacional, têm como destravar e impulsionar as forças produtivas. As contrarreformas adotadas pelos governos de Temer e Bolsonaro dificultam ainda mais a reabilitação da economia e dos empregos. A necessidade da classe operária de romper com a passividade e de se chocar com as travas da política de conciliação de classes está posta. É sobre essa necessidade objetiva que a vanguarda com consciência de classe deve trabalhar pela independência política dos explorados e pela recuperação da democracia operária. A construção do Partido Operário Revolucionário e o seu fortalecimento no movimento das massas são parte desse trabalho sistemático e incansável, orientado pelo programa da revolução social e ditadura do proletariado.

102 anos da fundação da III Internacional

Que das cinzas do capitalismo, se erga a sociedade sem classes, comunista!



102 anos da fundação da III Internacional

Finalizamos a campanha em defesa do internacionalismo proletário, dedicada aos 102 anos de fundação da III Internacional, publicando o artigo de Lênin “A III Internacional e seu lugar na história”, de 15 de abril de 1919. Nota-se que Lênin expõe sucintamente o percurso da I e II Internacionais, para identificar a diferença histórica essencial da III Internacional. Diferença que é determinada pela vitória da revolução social, edificação do Estado soviético, implantação da ditadura do proletariado, e estabelecimento da democracia das massas.

A I e II Internacionais não puderam ser edificadas nas condições da derrocada da burguesia em um determinado país, expropriação revolucionária da propriedade privada dos meios de produção, e abertura do processo de transição do capitalismo ao socialismo.

A III Internacional comparece como uma síntese das lutas em torno ao internacionalismo proletário. Síntese que reflete os fundamentos científicos do marxismo. A ditadura do proletariado é um de seus fundamentos imprescindíveis para o partido revolucionário dirigir as massas para a tomada do poder, e estabelecer a transi-

ção do capitalismo ao socialismo.

No artigo “A III Internacional e seu lugar na história”, Lênin expõe os motivos pelos quais ex-marxistas, a exemplo de Kautsky, foram incapazes de reconhecer, na Revolução Russa, a materialização prática do socialismo científico. Nunca chegaram a assimilar a demonstração histórica de que as sociedades de classes são regidas por ditaduras de classe e que o proletariado somente pode destruir a ditadura da burguesa, se estabelecer a sua ditadura de maioria sobre a minoria.

O Partido Operário Revolucionário constituiu seu programa em completo acordo com as experiências da Revolução Russa, a formação da III Internacional e seu desenvolvimento até o IV Congresso (1922), quando Lênin e Trotsky a dirigiam. A degeneração burocrática levada a cabo pelo estalinismo deformou e acabou liquidando a III Internacional. Os três últimos Congressos – 1924, 1928 e 1935 – serviram ao revisionismo chefiado por Stalin. Em junho de 1943, a camarilha estalinista decidiu liquidar de vez a III Internacional. O triunfo das forças restauracionistas no seio da República soviética teve um papel mais

nefasto que as forças revisionistas da II Internacional.

A revolução proletária de outubro de 1917 confirmou as teses leninistas, enterrou o revisionismo e pôs em pé a III Internacional. O termidor estalinista reergueu o revisionismo sob novas condições, e se utilizou das próprias conquistas do proletariado russo e mundial para confundir o movimento revolucionário e, finalmente, dar curso à ofensiva da contrarrevolução restauracionista.

A luta de Trotsky e seus partidários da Oposição de Esquerda estabeleceu um divisor de águas entre o leninismo e o estalinismo. Esse divisor possibilitou a defesa dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional, que teve sua continuidade na fundação da IV Internacional, em 1938. A crise de direção por que passa a humanidade é consequência direta da liquidação da III Internacional, que se estabeleceu como o Partido Mundial da Revolução Socialista.

A vanguarda com consciência de classe está obrigada a lutar pela superação a crise de direção, estudando, entendendo e assimilando as experiências da III Internacional.

A III Internacional e seu lugar na história

Lênin, 15 de abril de 1919

Os imperialistas dos países da Entente bloqueiam a Rússia, tratando de isolar a República Soviética, como foco de contaminação, do mundo capitalista. Estas pessoas, que se gabam do caráter “democrático” de suas instituições, estão tão cegas pelo ódio à República Soviética, que não veem como eles mesmos se expõem ao ridículo. Os países mais avançados, mais civilizados e “democráticos”, armados até os dentes, que têm todo o mundo sob domínio militar, temem mortalmente o contágio ideológico procedente de um país arruinado, faminto, atrasado e que, segundo eles, é inclusive um país semisselvagem!

Basta essa contradição para abrir os olhos das massas trabalhadoras de todos os países, e ajudar a desmascarar a hipocrisia dos imperialistas, como Clemenceau, Lloyd George, Wilson e seus governos.

Mas o que nos ajuda, não é só o ódio cego dos capitalistas aos Soviéticos, mas também as disputas entre eles, que os levam a atropelarem uns aos outros. Os capitalistas organizaram entre si uma verdadeira conspiração de silêncio, temendo mais que tudo a difusão de notícias verídicas sobre a República Soviética em geral, e de seus documentos oficiais, em particular. No entanto, o órgão principal da burguesia francesa, Le Temps, publicou a notícia da fundação, em Moscou, da III Internacional, a Internacional Comunista.

Expressamos a este principal órgão da burguesia francesa, a este porta-voz do chauvinismo e do imperialismo francês, nosso mais respeitoso agradecimento. Estamos dispostos a enviar ao Le Temps uma mensagem solene para manifestar nosso reconhecimento pela ajuda que nos presta de modo tão acertado e competente.

Os motivos que guiaram esse jornal dos ricos são revelados clara e plenamente na maneira como Le Temps redigiu sua informação, sobre a base de nossos comunicados pelo rádio. O propósito foi de lançar uma indireta a Wilson, dizendo-lhe: “Veja com quem você negocia!”. Os presunçosos que escrevem a mando dos ricos esquecem que seu empenho em assustar Wilson com o espantinho do bolchevismo se transforma, aos olhos das massas trabalhadoras, em uma propaganda a favor dos bolcheviques. Outra vez, nosso mais respeitoso agradecimento ao órgão dos milionários franceses!

A III Internacional foi fundada numa situação mundial na qual nem as proibições, nem os pequenos e mesquinhos subterfúgios dos imperialistas da “Entente”, ou dos lacaios do capitalismo, como Scheidemann, na Alemanha, ou Renner, na Áustria, são capazes de impedir que, entre a classe operária do mundo inteiro, se difundam as notícias acerca da Internacional e as simpatias que ela desperta. Essa situação foi criada pela revolução proletária que, de modo evidente, está sendo incrementada em todas as partes a cada dia, a cada hora. Essa situação foi criada pelo movimento soviético entre os trabalhadores, alcançando tal força que chegou a ser realmente internacional.

A I Internacional (1864-1872) lançou as bases da organização internacional dos operários, para preparar sua ofensiva revolucionária contra o capital. A II Internacional (1889-1914) foi uma organização internacional do movimento proletário, cujo crescimento se realizou amplamente, à custa de um declínio temporário do nível revolucionário, do fortalecimento temporário do oportunismo, que no fim das contas levou a Internacional a um colapso vergonhoso.

A importância histórica mundial da III Internacional, a Internacional Comunista, consiste em ter começado a levar à prática a consigna mais importante de Marx, a consigna que resume o desenvolvimento do socialismo e do movimento operário, durante um século, a consigna que se expressa neste conceito: ditadura do proletariado.

A III Internacional foi criada, de fato, em 1918, quando o longo processo da luta contra o oportunismo e o socialchauvinismo conduziu, sobretudo durante a guerra, à formação de partidos comunistas em diversas nações. Oficialmente, a III Internacional foi fundada em seu I Congresso, em março de 1919, em Moscou. E o aspecto mais característico dessa Internacional, seu objetivo, é cumprir, colocar em prática, os fundamentos do marxismo, e realizar os ideais seculares do socialismo e do movimento operário. Este aspecto, o mais característico da III Internacional, manifestou-se imediatamente no fato de que, a nova, a terceira “Associação Internacional dos Trabalhadores”, começou a se identificar já, desde agora, em certo grau, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A I Internacional lançou as bases da luta proletária internacional pelo socialismo.

A II Internacional marcou a época da preparação do terreno para uma ampla difusão do movimento entre as massas, em uma série de países.

A III Internacional recolheu os frutos do trabalho da II Internacional, eliminando a parte corrompida, oportunista, socialchauvinista, burguesa e pequeno-burguesa, e começou a

102 anos da fundação da III Internacional

implantar a ditadura do proletariado.

A aliança internacional dos partidos que dirigem o movimento mais revolucionário do mundo, o movimento do proletariado para a derrubada do jugo do capital, conta agora com uma base mais sólida do que nunca: várias Repúblicas Soviéticas, que transformam em realidade, em escala internacional, a ditadura do proletariado, a vitória deste sobre o capitalismo.

A importância histórica mundial da III Internacional, a Internacional Comunista, consiste em ter começado a levar à prática a consigna mais importante de Marx, a consigna que resume o desenvolvimento do socialismo e do movimento operário, durante um século, a consigna que se expressa neste conceito: ditadura do proletariado.

Essa previsão genial, essa teoria genial, está se transformando em realidade.

Essas palavras latinas estão traduzidas atualmente para os idiomas de todos os povos da Europa contemporânea; mais ainda, para os idiomas de todos os povos do mundo.

Iniciou-se uma nova época na história mundial.

A humanidade se livra da última forma de escravidão: a escravidão capitalista, ou seja, a escravidão assalariada.

Ao libertar-se da escravidão, a humanidade marcha, pela primeira vez, em direção à verdadeira liberdade.

Como explicar que o primeiro país a implantar a ditadura do proletariado, a organizar a república soviética, tenha sido um dos países mais atrasados da Europa? Certamente, não nos equivocamos, se afirmamos que precisamente essa contradição entre o atraso da Rússia e o “salto” que foi dado à forma mais elevada de democracia, passando por cima da democracia burguesa, para chegar à democracia soviética ou proletária; que precisamente essa contradição foi uma das causas (apesar dos hábitos oportunistas e dos preconceitos filisteus da maioria dos líderes do socialismo) que mais entorpeciu ou retardou a compreensão sobre o papel dos soviets no Ocidente.

As massas operárias do mundo inteiro perceberam instintivamente o significado dos soviets como instrumento de luta do proletariado e como forma do Estado proletário. Mas os “líderes”, corrompidos pelo oportunismo, ainda continuam rendendo culto à democracia burguesa, qualificando-a de “democracia” em geral.

É caso de surpresa que a implantação da ditadura do proletariado tenha mostrado, em primeiro lugar, a “contradição” entre o atraso da Rússia e seu “salto” sobre a democracia burguesa? Seria surpreendente se a história nos concedesse a possibilidade de implantar uma nova forma de democracia sem uma série de contradições.

Qualquer marxista, inclusive todo homem familiarizado com a ciência moderna em geral, a quem fosse perguntado se é possível a passagem uniforme, harmonicamente proporcional dos diversos países capitalistas à ditadura do proletariado, nos responderia, sem dúvida, negativamente. No mundo do capitalismo não houve, nem pode haver jamais nada uniforme, nem harmônico, nem proporcional. Cada país tem desenvolvido com particular relevo um ou outro aspecto ou característica, ou todo um grupo de características, inerentes ao capitalismo

e ao movimento operário. O processo de desenvolvimento tem ocorrido de forma desigual.

Quando a França levou a cabo sua grande revolução burguesa, despertando todo o continente europeu para uma vida histórica nova, a Inglaterra, embora estivesse muito mais desenvolvida que a França no sentido capitalista, se pôs à cabeça da coalizão contrarrevolucionária. Mas, o movimento operário inglês daquela época antecipou já, genialmente, muitos dos aspectos do futuro marxismo.

Quando a Inglaterra deu ao mundo o primeiro movimento proletário e revolucionário, movimento amplo, verdadeiramente de massas e politicamente organizado, o cartismo, no continente europeu, desenvolviam-se as revoluções burguesas, em sua maioria débeis, enquanto que na França eclodiu a primeira grande guerra civil entre o proletariado e a burguesia. A burguesia derrotou os diversos destacamentos nacionais do proletariado em separado, e de maneira distinta nos diversos países.

A Inglaterra constituiu o modelo de país no qual, segundo expressão de Engels, a burguesia junto com a aristocracia aburguesada, criou a elite mais aburguesada do proletariado. Este país capitalista adiantado acabou atrasado em vários decênios, no sentido da luta revolucionária do proletariado. A França parecia haver esgotado as forças do proletariado nas duas heroicas insurreições da classe operária contra a burguesia em 1848 e 1871, insurreições que contribuíram enormemente ao desenvolvimento histórico mundial. A hegemonia do movimento operário na Internacional passou logo para a Alemanha, na década de 1870, do século XIX, época em que a Alemanha ainda se encontrava economicamente atrasada em relação à Inglaterra e França. E, quando a Alemanha ultrapassou economicamente esses dois países, isto é, na segunda década do século XX, o partido marxista alemão, modelo em todo o mundo, se encontrou dirigido por um punhado de canalhas declarados, a mais imunda escória, desde Scheidemann e Noske, até David e Legien, verdugos repugnantes saídos das fileiras da classe operária, que se venderam aos capitalistas, e se colocaram a serviço da monarquia e da burguesia contrarrevolucionária.

A história mundial conduz infalivelmente à ditadura do proletariado. Mas não o faz por caminhos simples, planos e retos.

Quando Karl Kautsky ainda era marxista, e não o renegado do marxismo, quando começou a propor a unidade com os Scheidemann e advogar pela democracia burguesa contra a democracia soviética ou proletária, em princípios do século XX, escreveu um artigo, intitulado “Os eslavos e a revolução”. Nesse artigo, expunha as condições históricas que marcavam a possibilidade da passagem da hegemonia no movimento revolucionário mundial aos eslavos. E assim se sucedeu na realidade. Temporariamente – se compreende que apenas por pouco tempo – a hegemonia na Internacional revolucionária do proletariado passou aos russos, tal como passou, em diver-



A história mundial conduz infalivelmente à ditadura do proletariado. Mas não o faz por caminhos simples, planos e retos.

sos períodos do século XIX, aos ingleses, logo aos franceses e mais tarde aos alemães.

Tenho dito reiteradas vezes: em comparação com os países adiantados, aos russos lhes têm sido mais fácil iniciar a grande revolução proletária, mas lhes será mais difícil continuá-la e levá-la até o triunfo definitivo, no sentido da organização completa da sociedade socialista.

Foi-nos mais fácil iniciar, em primeiro lugar, porque o incômodo – para a Europa do século XX – atraso político da monarquia czarista originava um impulso revolucionário das massas de uma força excepcional. Segundo, porque o atraso da Rússia fez coincidir de um modo peculiar a revolução proletária contra a burguesia com a revolução camponesa contra os latifundiários. Partimos daí, em outubro de 1917, e não teríamos vencido então com tanta facilidade se não houvéssemos partido daí. Já em 1856, Marx, ao referir-se à Prússia, indicava a possibilidade de uma combinação peculiar da revolução proletária com uma guerra camponesa. Os bolcheviques, desde o início de 1905, defenderam a ideia da ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato. Terceiro, a revolução de 1905 contribuiu muitíssimo para a educação política das massas operárias e camponesas, tanto no sentido de familiarizar sua vanguarda com “a última palavra” do socialismo no Ocidente, como no sentido da ação revolucionária das massas. Sem o “ensaio geral” de 1905, as revoluções de 1917, tanto a burguesa de Fevereiro, como a proletária de Outubro, teriam sido impossíveis. Quarto, as condições geográficas da Rússia permitiram-lhe sustentar-se mais tempo que outras nações, frente à superioridade militar dos países capitalistas adiantados. Quinto, a atitude peculiar do proletariado frente aos camponeses facilitava a transição da revolução burguesa à revolução socialista, facilitava a influência dos proletários da cidade sobre as camadas semiproletárias mais pobres dos trabalhadores do campo. Sexto, a grande escola de luta grevista e a experiência do movimento operário de massas da Europa facilitaram o surgimento, em uma situação revolucionária que se exacerbava profunda e rapidamente, de uma forma tão peculiar de organização revolucionária do proletariado, como são os soviets.

Esta enumeração, certamente, é incompleta. Mas, por hora, basta.

A democracia soviética ou proletária nasceu na Rússia. Em comparação com a Comuna de Paris, foi dado o segundo passo de importância histórica mundial. A República Soviética Proletária e Camponesa resultou ser a primeira república socialista sólida no mundo. Esta república já não pode desaparecer como um novo tipo de Estado. Esta república já não está só.

Para continuar a obra da construção do socialismo, para levá-la a cabo, ainda falta muito, muitíssimo. As Repúblicas Soviéticas dos países mais evoluídos, nos quais o proletariado tem maior peso e influência, contam com todas as possibilidades de ultrapassar a Rússia, caso empreendam o caminho da ditadura do proletariado.

A II Internacional em bancarrota está agonizando e apodrece em vida. De fato, desempenha o papel de laçao da burguesia internacional. É uma verdadeira Internacional amarela. Seus líderes ideológicos mais destacados, como Kautsky, cantam louvores à democracia burguesa, qualificando-a de “democracia” em geral ou – o que é mais tolo e grosseiro ainda – de “democracia pura”.

A democracia burguesa caducou, assim como a II Internacional, embora cumprisse um trabalho historicamente necessário e útil, quando estava posta na ordem do dia a obra de preparar as massas operárias nos marcos dessa democracia burguesa.

A república burguesa mais democrática sempre foi, e não podia ser outra coisa, uma máquina para a repressão dos trabalhadores pelo capital, um instrumento da ditadura da burguesia, da dominação política do capital. A república democrática burguesa prometia o poder para a maioria, o proclamava, mas jamais pôde realizá-lo, já que existia a propriedade privada da terra e demais meios de produção.

A “liberdade” na república democrática burguesa era, de fato, a liberdade para os ricos. Os proletários e os camponeses trabalhadores podiam e deviam aproveitá-la com o objetivo de preparar suas forças para derrubar o capital, para vencer a democracia burguesa; mas, de fato, as massas trabalhadoras, como regra geral, não podiam gozar da democracia sob o capitalismo.

Pela primeira vez no mundo, a democracia soviética ou proletária criou uma democracia para as massas, para os trabalhadores, para os operários e os pequenos camponeses.

Jamais existiu no mundo um poder político exercido pela maioria da população, um poder efetivamente desta maioria, como é o Poder soviético.

Esse poder reprime a “liberdade” dos exploradores e de

102 anos da fundação da III Internacional

seus auxiliares, os priva da “liberdade” de explorar, da “liberdade” de enriquecer à custa da fome, da “liberdade” de lutar pela restauração do poder do capital, da “liberdade” de conspirar com a burguesia estrangeira contra os operários e camponeses de sua pátria.

Que os Kautskys defendam semelhante liberdade. Para isso, é preciso ser um renegado do marxismo, um renegado do socialismo.

Em nenhuma outra coisa se expressou com tanta evidência a bancarrota das direções ideológicas da II Internacional, gente como Hilferding e Kautsky, em sua total incapacidade para compreender o significado da democracia soviética ou proletária, sua relação com a Comuna de Paris, seu lugar na história, sua necessidade como uma forma de ditadura do proletariado.

O jornal “A Liberdade” (Die Freiheit), órgão de imprensa da socialdemocracia alemã “independente” (leia-se mesquinha, filisteia, pequeno-burguesa), publicou, em seu nº 74, de 11 de fevereiro de 1919, um manifesto intitulado “Ao proletariado revolucionário da Alemanha”.

O manifesto é assinado pela direção do referido partido e por todos os seus membros na “Assembleia Nacional”, a “Constituinte” alemã.

Nele, se acusa os Scheidemann de ter a intenção de eliminar os soviets e propõe – não riam! – combinar os soviets com a Constituinte, conferir aos soviets certos direitos estatais, um determinado lugar na Constituição.

Conciliar, unir a ditadura da burguesia com a ditadura do proletariado! Que simples! Que brilhante ideia filisteia!

Somente cabe lamentar que já foi provada na Rússia, sob Kerensky, pelos mencheviques e socialistas revolucionários unidos, democratas pequeno-burgueses que se dizem socialistas.

Quem, ao ler Marx, não tenha compreendido que na sociedade capitalista, em cada situação grave, em cada importante conflito de classes, apenas é possível a ditadura da burguesia ou a ditadura do proletariado, não compreendeu nada da doutrina econômica e política de Marx.

A mais brilhante ideia filisteia de Hilferding, Kautsky e Cia., de combinar pacificamente a ditadura da burguesia com a ditadura do proletariado, exige uma análise especial, sempre que se queira analisar a fundo os absurdos econômicos e políticos acumulados neste notável e ridículo manifesto de 11 de fevereiro. Teremos que adiar, então, para outro artigo.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXXI, Akal Editor)

LANÇAMENTO ▶

R\$ **35**

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

**Manifesto**

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

fevereiro de 2021

8 de março, dia Internacional da Mulher Trabalhadora

O capitalismo em desintegração agrava todas as formas de opressão de classe, em particular a opressão sobre a mulher. Somente o proletariado organizado pode combatê-la e eliminá-la. O Dia Internacional da Mulher resultou da luta de classes e constituiu um marco na tarefa histórica de superar a odiosa discriminação e subordinação da mulher ao homem. É parte do programa da revolução socialista, acabar com a servidão da mulher no lar, na família. É com esse objetivo, que o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional luta para que os sindicatos, movimentos e correntes que se reivindicam dos trabalhadores organizem o dia 8 de Março, como ponto de partida da defesa dos empregos, salários, direitos sociais, saúde pública, e fim de todas as formas de discriminação. Que rompam com a subordinação à política burguesa, que, nas condições da pandemia, se impôs sob a forma da política burguesa do isolamento social. Que, para preparar o Dia Internacional da Mulher, se convoquem assembleias e reuniões intersindicais, objetivando a retomada da luta nas ruas das massas oprimidas. Essa é a condição para os explorados se valerem do Dia Internacional da Mulher, para erguerem um movimento sob as bandeiras e a estratégia revolucionária, próprias da classe operária e demais explorados.

O Dia Internacional da Mulher Trabalhadora surgiu a partir da luta das mulheres operárias, e foi estabelecido em 1910, pela Segunda Conferência da Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, Dinamarca. Em 1921, a Conferência de Mulheres Comunistas, realizada junto ao Congresso da III Internacional, estabeleceu um dia mundial unificado: 8 de março. A data foi escolhida em homenagem às operárias russas que, em 8 de março (23 de fevereiro no calendário russo) de 1917, fizeram uma greve por pão e paz, que foi o estopim da Revolução de Fevereiro. É preciso recordar sempre a origem operária e revolucionária desta data, e a definição de mulher trabalhadora, que a burguesia procurou desfigurar.

Neste último ano, vivemos um agravamento das condições trabalhistas e de vida, multiplicados pela pandemia. Aumentou a pobreza, foram destruídos milhões de postos de trabalho, avançou a miséria, se ampliou a discriminação salarial e se im-

pulsionou a destruição de direitos.

A pandemia golpeou mais os mais pobres e miseráveis. E, entre eles, mais ainda as mulheres, que foram as que sofreram a sobrecarga do trabalho doméstico, e as que, em maior proporção, perderam os empregos. As mulheres são as que mais participam na organização e cuidados dos afazeres nos bairros populares. São as que cuidam das crianças sem escola.

À já grave situação de existência das massas trabalhadoras, se somou o fechamento de milhares de fábricas, oficinas e comércios. A maioria deles não será recuperada, e, se parte for recuperada, será em piores condições para os trabalhadores. Assim, aumenta a violência e a opressão sobre a maioria oprimida e, principalmente, sobre a mulher trabalhadora.

A burguesia e seus governos não utilizaram todos os recursos para enfrentar o desastre sanitário, privilegiando os interesses da medicina privada e dos laboratórios. Evidenciou o desmantelamento dos sistemas públicos de saúde na maioria dos países, inclusive nos mais desenvolvidos. Assistimos até onde chega a podridão capitalista, na disputa pelas

vacinas, com um punhado de países acumulando 80% da produção, impondo os preços e condições por trás de cada vacina, evitando que se utilize a capacidade de produção de numerosos países, que poderia produzir, o mais rápido possível, a maior quantidade de vacinas, e chegar com urgência aos mais necessitados, aos que estão mais expostos às consequências do vírus. Essa disputa também ocorreu no ano passado, ao redor dos respiradores, equipamentos hospitalares, e até máscaras.

O capitalismo, que acumulou incalculáveis riquezas em poucos séculos, se mostrou incapaz de deter a produção de mercadorias, e garantir as condições de vida das massas, durante algumas semanas, para interromper a circulação do vírus. Sem vacinas e com os sistemas de saúde debilitados, a maioria ficou à mercê do contágio e suas consequências. Todas as políticas aplicadas fracassaram.

As mobilizações populares, que cresciam em todas as regiões, contra as reformas da Previdência e trabalhista, contra os aumentos insuportáveis das tarifas, contra todas as formas de ajuste, contra as demissões massivas, enfrentando a dete-

A pandemia golpeou mais os mais pobres e miseráveis. E, entre eles, mais ainda as mulheres, que foram as que sofreram a sobrecarga do trabalho doméstico, e as que, em maior proporção, perderam os empregos.

rioração das condições de vida e trabalho, foram bloqueadas transitoriamente com a pandemia, pelo temor ao vírus desconhecido, mas, principalmente, pelo papel das direções políticas e sindicais. Direções que se submeteram às decisões dos governos, chamando a ficar em casa, a evitar assembleias, as mobilizações, as lutas, enquanto as empresas aproveitavam a pandemia para demitir, fechar, suspender e precarizar mais ainda as condições de trabalho.

Nessas mobilizações populares, em todo o mundo, se destacou a intervenção das mulheres. Nos últimos meses, as lutas massivas retornaram. Não há como manter o isolamento social, não há como ficar trancado em casa, se não há dinheiro, se não há salário para se sustentar; assim, apesar de tudo, reaparece a necessidade de resistir. Esse ano será tão duro ou pior quanto o que passamos. Cabe a nós tomar em nossas mãos a luta por saúde, salário, postos de trabalho e defesa das conquistas, alcançadas em décadas de duras lutas.

A luta das mulheres trabalhadoras é parte da luta de toda a classe operária, de todos os oprimidos. Rechaçamos toda a tentativa de dividi-la artificialmente. Aproveitamos a preparação desta jornada, para compreender e defender também essa questão essencial: a opressão sobre as mulheres tem a sua raiz na propriedade privada dos meios de produção, é parte da opressão capitalista.

A desintegração capitalista, que se arrasta desde 2008, e ainda não foi superada, se generalizou a todo o mundo, simultaneamente. Pôs em evidência, dramaticamente, a incapacidade de todos os governos de responderem à crise. A guerra comercial entre as principais potências não se deteve, e ainda se demonstrou na luta por apoderar-se dos recursos sanitários, ou como utilizá-los para tirar vantagens.

É nesse quadro de desintegração que fica claro o papel traído das direções sindicais e políticas, que são arrastadas pelos governos. Ficaram paralisadas, diante da catástrofe social, para auxiliar os capitalistas, e rechaçaram qualquer forma de resistência ou organização independente dos trabalhadores. Continuam submetidas ao parlamentarismo, à conciliação de classe, adaptando-se às imposições do grande capital, quando a burguesia abandona as formas democráticas, mostrando-se cada vez mais autoritária.

É imprescindível uma resposta de conjunto do movimento operário, com a sua própria política, com seus próprios métodos de luta. Este 8 de Março deve ser um dia de luta, de combate, de resistência, parando a produção, tomando as ruas massivamente, defendendo todas as nossas reivindicações como mulheres oprimidas. Essa é a via para enfrentar o capitalismo decadente, em crise, que se afunda e nos empurra à barbárie. É preciso organizar e mobilizar as mulheres.

Lutemos em defesa dos postos de trabalho! Por trabalho a todos! Contra toda forma de precarização trabalhista! Por salários e aposentadorias que garantam as condições de existência da maioria oprimida! Contra toda discriminação salarial e trabalhista!

Dia Internacional da Mulher Trabalhadora

É necessário impor o controle dos recursos, para impulsionar o sistema de saúde. Estatizar laboratórios e todo o sistema privado, sob o controle dos trabalhadores! Por uma campanha, para garantir com urgência a vacinação de toda a população, começando pelos mais miseráveis, que sempre são os mais afetados!

Pelo direito ao aborto e à maternidade! Pela socialização das tarefas domésticas, de tal forma a incorporar massivamente as mulheres no processo de produção social. Por massivos planos de obras públicas, para resolver o enorme déficit de moradias!

As centrais sindicais deveriam convocar uma greve geral, levantando as reivindicações das mulheres trabalhadoras e de todo o movimento operário. As mulheres são a metade da sociedade. Nosso salário é inferior ao dos homens em atividades similares. Somos a maioria dos desempregados e precarizados. Somos as que, em maior medida, se expõem à pandemia.

Para travar essa luta, é necessária a independência política diante dos governos, da burocracia sindical e dos empresários. É necessário superar as ilusões no Congresso, nas leis e nas eleições. Confiar exclusivamente em nossos próprios métodos de luta e organização, e pôr em pé uma nova direção, revolucionária.

Partimos da certeza de que não há possibilidade de reformas sob o capitalismo. Que a situação das massas não parou de piorar nas últimas décadas. Tudo indica que, sob o capitalismo, será cada vez pior. Os sinais da barbárie são mais e mais visíveis.

A luta das mulheres trabalhadoras é parte da luta de toda a classe operária, de todos os oprimidos. Rechaçamos toda a tentativa de dividi-la artificialmente. Aproveitamos a preparação desta jornada, para compreender e defender também essa questão essencial: a opressão sobre as mulheres tem a sua raiz na propriedade privada dos meios de produção, é parte da opressão capitalista. Portanto, a libertação da mulher trabalhadora e a igualdade com os homens somente será possível por meio da revolução social, protagonizada pela maioria oprimida, sob a direção da classe operária. Essa é a única via para acabar de uma vez por todas com a servidão da mulher na família, e com todas as formas de opressão.

Lembremos que a grande **Revolução Russa de 1917** tomou entre as suas primeiras medidas aquelas que aboliam toda discriminação contra a mulher, a igualdade jurídica dos direitos deveria preparar o caminho para a igualdade real. As mulheres jogaram um papel ativo na Revolução, e era claro que teriam um papel essencial na construção do socialismo. Papel que foi abortado pela política contrarrevolucionária do estalinismo.

Nossa homenagem, neste 8 de março, dia das grandes lutas de toda a vida, nas guerras de independência, nas revoluções sociais, na formação dos sindicatos, nas greves, nas lutas democráticas. Nossa homenagem às mulheres, que elaboraram a teoria revolucionária, ajudando a tornar consciente o lugar da mulher na sociedade e a sua importância fundamental na luta de classes, por sua transformação e construção da nova sociedade sem classes, comunista.

*Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Fevereiro de 2021*

Manifesto do POR às mulheres exploradas e oprimidas

Que o 8 de março seja o marco da retomada da luta presencial por empregos, salários, direitos, fim das discriminações e por vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis

5 de março de 2021

Se os explorados, em geral, estão vivendo o pior dos mundos, com a combinação entre a crise econômica e a crise pandêmica, as mulheres operárias, camponesas, indígenas e da pequena burguesia arruinada estão carregando em seus ombros, de forma ainda mais pesada, os seus efeitos. Enfrentam, junto aos homens de suas classes e etnias, o fechamento das fábricas, a queda nos rendimentos, a alta informalidade, as contrarreformas, a ofensiva do latifúndio, o obscurantismo religioso e toda discriminação racial. Porém, ainda sofrem de forma particular, de várias maneiras, a opressão de classe sobre as mulheres.

As mulheres são punidas por exercerem a função social da maternidade, sendo as primeiras a serem demitidas, subocupadas, e as últimas a conseguirem voltar ao trabalho formal. A taxa de desemprego entre as mulheres é quase 40% maior do que a dos homens. O número de mulheres fora da força de trabalho passou, de 41,9 milhões, no último trimestre de 2019, para 50,47 milhões, no mesmo período de 2020, 8 milhões a mais do que as que estão na força de trabalho. Do terceiro trimestre de 2019 para o de 2020, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho caiu, de 53,3%, para 45,8%. Ou seja, a maioria das mulheres nem trabalha, nem busca emprego. Vale lembrar que, antes da pandemia, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho já era de 49% entre mulheres pretas com filhos de 3 anos de idade ou menos, e de 45%, no Nordeste. Sob a estatística geral, ainda operam as discriminações raciais e regionais.

No balanço de postos de trabalho formais gerados e destruídos sob a pandemia, em 2020, o saldo foi o de criação de 168 mil empregos formais para homens, e a destruição de 95 mil, para as mulheres. O aumento sazonal de fim de ano explica o saldo positivo para os homens. Em 2020, as perdas foram generalizadas em termos de ocupação, porém, foram ainda mais atingidos os setores que concentram o trabalho feminino como os serviços (perda de 21,3% na ocupação), e serviços domésticos (perda de 19%). No trabalho doméstico, onde predominam as mulheres negras, 70% não possuem Carteira de Trabalho assinada. Sob a pandemia, cresceu o despotismo dos patrões que, mesmo infectados, obrigam trabalhadores a servi-los. Entre os setores que tiveram alta de contratação, como os serviços públicos de saúde, é grande a presença de mulheres em suas camadas mais pauperizadas, que, ao mesmo tempo em que garantiu o emprego, expôs essas mulheres diretamente ao vírus, muitas vezes sem proteções básicas, como atestam os diversos protestos de profissionais da saúde.

Quanto à renda, segundo o IBGE, em 2019, as mulheres tiveram um rendimento que corresponde a 3/4 em relação ao dos homens (R\$ 1.985, contra R\$ 2.555). Sob a pandemia, esta desigualdade certamente se aprofundou. O auxílio emergencial, com valor e abrangência insuficientes, diante das neces-

sidades das famílias trabalhadoras, impediu que as camadas mais pobres caíssem diretamente na miséria, porém, rapidamente o valor despencou pela metade, e depois foi extinto. Desde o aprofundamento da crise econômica, no Brasil, em 2015, com a alta do desemprego, cortes em programas sociais e direitos trabalhistas, o contingente de miseráveis e famélicos se vem agravando. Estima-se que, em julho de 2020, 15 milhões de pessoas estavam passando fome no Brasil. 90% das mães de favelas relataram dificuldades para comprar comida para suas famílias, no quadro de alto desemprego e fim do auxílio.

Entre as meninas e mulheres jovens, além do efeito destruidor e excludente do Ensino a Distância sofrido em geral, agregase o peso das tarefas domésticas e gravidez precoce. A quantidade de jovens de 20 a 24 anos que não estudam, nem trabalham, saltou de 28,6%, no último trimestre de 2019, para 35,2%, no segundo trimestre de 2020, dentre eles a maioria é feminina.

Outro aspecto a ser destacado é o **impacto das contrarreformas na vida das mulheres.** Desde a crise de 2015, está havendo a redução no orçamento para as áreas sociais, como saúde, educação e Previdência, além de medidas que destroem direitos trabalhistas e previdenciários. Se, por um lado, isso gera a mercantilização dos direitos sociais, transformados em serviços, há uma ampla camada que não pode pagar por eles, e as mulheres acabam tendo de suprir, com mais trabalho doméstico não remunerado, aquilo que é destruído junto com antigas conquistas quanto à educação, saúde e Previdência. Se, antes da pandemia, as mulheres já dedicavam mais horas que os homens ao trabalho doméstico, agora, o tempo dedicado ao cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência se intensificou, com o fechamento das escolas e creches, sobrecarga dos hospitais, e o medo da exposição ao vírus.

Se isto não fosse terrível o bastante, a decomposição social do capitalismo recrudescer a face mais odiosa das **violências físicas e sexuais contra mulheres e meninas.** A mesma casa em que fomos orientadas a ficar em isolamento é o cenário dos espancamentos, estupros e outros tipos de violência. Dados do IBGE de 2018 já apontavam que 30,4% dos homicídios de mulheres ocorriam no domicílio. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o feminicídio cresceu 2%, no primeiro semestre de 2020. Dados de São Paulo indicam que a alta foi de 41%, nos meses de março e abril de 2020.

Direções dos movimentos sindical, popular, estudantil e feministas insistem na conciliação de classes

Se as direções dos movimentos já estavam submetidas à conciliação de classes, sob a pandemia, a conciliação assumiu outra forma, uma pretensa unidade nacional contra o vírus. A política burguesa do isolamento social fracassou, não protegeu a vida das massas, já passamos de 260 mil mortos notificados,

e o número segue crescendo aceleradamente. Não há como os explorados confiarem suas vidas nas mãos da burguesia. A pandemia tem sido mais uma comprovação desta tese, o isolamento parcial, que nunca chegou às camadas mais pobres, rapidamente foi rompido pelo poder econômico, que decidiu quem seriam os poucos preservados, e a imensa maioria exposta nos transportes coletivos, filas do auxílio e locais de trabalho. O acesso à saúde privada também foi decisivo para decidir entre quem vive e quem morre. Muitos dos que dependiam exclusivamente do SUS morreram, sem o atendimento adequado, sem acesso a UTIs ou até mesmo algo básico, como o oxigênio. A vacinação, sem o controle operário coletivo do plano de imunização, ocorre ditada pelos interesses em torno da guerra comercial entre Estados Unidos, Europa e China, subordinada ao lucro dos monopólios. A ordem de prioridade desconsidera que o vírus tem sido mais letal nos bairros operários, cortiços e favelas.

Se não se pode confiar a vida dos explorados à burguesia, é preciso que haja sua auto-organização por meio de comitês e assembleias de bairro. As centrais sindicais desmarcaram o ato de 18 de março de 2020, quando ele era mais necessário, se deveria ter transformado em assembleias populares, para aprovar um plano emergencial de proteção à vida da maioria, e organizar os métodos necessários para arrancar da burguesia seus direitos. Nada disso foi feito, as direções gozaram de sua quarentena, ocultada com o ativismo virtual das lives e a farsa das assembleias online. A ida às ruas, realização de assembleias presenciais e greves ocorreram devido à pressão dos trabalhadores. A política do imobilismo só foi quebrada pelos partidos e pela burocracia sindical nas eleições municipais.

A ação destas direções está impregnada de eleitoralismo, e também das pseudoteorias que separam a opressão de “gênero” da opressão de classe. As ideologias fabricadas nas academias, fundações, e repercutidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), transformam a cultura em motor das opressões e discriminações, determinando que o combate se dê por meio de políticas públicas, que combinem educação e repressão, e estímulos a um setor privado com mais diversidade. Os revolucionários e revolucionárias, há tempos, já revelaram que a base da opressão da mulher está na propriedade privada, que a família monogâmica é uma célula econômica, e que a libertação das mulheres depende da transformação da propriedade privada capitalista em propriedade social. É preciso rejeitar as falsas saídas dos sistemas integrais de cuidados, que deveriam remunerar as mulheres cuidadoras, ou a mentira de que, com a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres, chegaremos à igualdade. Abaixo as ilusões de que é possível

“empoderar” as mulheres em geral, e fazer o Estado deixar de corresponder ao domínio patriarcal, se houver mais mulheres em cargos políticos.

É preciso rechaçar as falsas promessas dos Objetivos do Milênio da ONU, de que é possível chegar em 2030 à igualdade entre homens e mulheres, um mundo 50-50. As estatísticas concretas, produzidas pela própria burguesia, indicam uma situação de regressividade. Está nas mãos das massas operárias (compostas por homens e mulheres), junto com os demais oprimidos, eliminar a raiz da opressão, expropriando a burguesia e pondo fim a este sistema social esgotado, o capitalismo.

Resposta proletária

As mulheres conscientes, que se revoltam contra a opressão cotidiana e estrutural, precisam romper com as pseudoteorias feministas e de gênero e marchar sob o programa da classe operária. Que recuperemos as origens operárias e revolucionárias do dia 8 de março, e que a data seja um marco na ruptura com o método das direções conciliadoras de subordinar as lutas à via parlamentar e ao eleitoralismo. Ainda está na ordem do dia a necessidade de erguer as assembleias e comitês de base para aprovar um plano emergencial de proteção à maioria explorada. Por uma campanha unitária contra o fechamento das fábricas e postos de trabalho. Pela revogação das contrarreformas trabalhista e da Previdência. Pelo controle da rede privada de saúde pelo SUS, sob o controle dos trabalhadores, um passo para a estatização da rede privada de saúde, sem indenização, e criação de um sistema único, integralmente público, gratuito e sob controle operário. Por vacina a todos, começando pelos bairros operários, cortiços e favelas. Abaixo o EaD excludente, educação e trabalho para a juventude, com jornada compatível.

O socialismo científico, há tempos, já demarcou que é preciso eliminar a escravidão do lar que pesa sobre as mulheres, por meio da transferência deste trabalho para o Estado, por meio da criação das creches, lavanderias coletivas, restaurantes populares, etc. Que todas as mulheres devem ser incorporadas à produção social, por meio da divisão das horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar. Que trabalhos iguais devem ter a mesma remuneração, sem discriminações, que os salários não devem ser inferiores ao salário mínimo vital. Que a função social da maternidade deve ser protegida, e que o direito ao aborto seja garantido gratuitamente pelo Estado. É preciso arrancar as raízes de toda opressão, a propriedade privada dos meios de produção. O que só pode ser feito pela insurreição das massas femininas e masculinas, guiadas pelo programa da revolução e ditadura proletárias.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Nesta edição:

- *Situação Política Internacional.*
- FMI alerta sobre um ascenso da luta de classes
- **Bolívia:** As tarefas do proletariado na luta democrática.
- **Argentina:** Documentos do 2º Volume das Obras Escolhidas de Guillermo Lora - O Trotskismo na Bolívia protagonizou a organização da Assembleia Popular .
- Caiu a máscara de Biden.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Resultado das discussões nas células sobre a situação mundial, em cumprimento à recomendação da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Situação Política Internacional

Cumprindo a orientação da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional de, no período de dezembro, realizar discussões internas sobre a situação mundial, e apresentar, no início de janeiro, as conclusões, publicamos internamente um caderno com as

considerações das células, acompanhadas de uma síntese. O caderno foi entregue à direção, para que divulgasse nas demais seções, e aproveitasse para elaborar uma declaração. Neste número do Massas, publicamos apenas a síntese, devido à extensão. Pode ser que alguns dados e as-

pectos estejam superados, em se tratando de estimativas. Introduziremos a síntese com alguns dados mais recentes, que indicam a escala de desintegração do capitalismo, o agravamento da luta de classes mundial, e a necessidade de potenciar o internacionalismo proletário.

Desintegração do capitalismo

A caracterização geral de que o capitalismo da época imperialista é de desintegração foi estabelecida há mais de 100 anos, principalmente por Lênin. A III Internacional, que cumpre 102 anos de sua fundação, neste início de março, assentou suas bases programáticas, teóricas e políticas, de que o capitalismo monopolista, regido pelo capital financeiro, é de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Esse guia para as ações dos comunistas corresponde à lei histórica do desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes. O bolchevismo o seguiu rigorosamente, na situação de desintegração mundial do capitalismo, marcada pela Primeira Guerra Mundial, agudização da luta de classes e revolução proletária na Rússia. A vitória da classe operária, em aliança com o campesinato oprimido, abriu caminho para a revolução mundial, que passou a depender da revolução na Europa. Rompia-se um elo da cadeia do capitalismo imperialista, e se favorecia a construção do socialismo. Essa transformação histórica demonstrou que a burguesia mundial já não tinha como desenvolver as forças produtivas, e que recorria à sua destruição em grande escala pelas conflagrações bélicas.

Lênin previu que uma segunda guerra, ainda mais destrutiva, poderia ocorrer, caso a revolução iniciada na Rússia atrasada não prosseguisse na Europa. A Alemanha, que desencadeou a guerra, premida pela Inglaterra e França, estava completamente madura para a revolução. A degeneração da socialdemocracia alemã e da II Internacional cumpriu o papel fundamental para a derrota e, assim, para o isolamento da Revolução Russa. O atraso da revolução mundial e o cerco imperialista, montado em torno à União das Repúblicas So-

cialistas Soviéticas, alimentaram os germes da contrarrevolução restauracionista.

O revisionismo estalinista deformou e eliminou os fundamentos leninistas sobre a caracterização do capitalismo em desintegração, e a orientação internacionalista da construção socialista, nas condições de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A liquidação da III Internacional, por ordem de Stalin, se deu precisamente na situação de gigantesca destruição de forças produtivas, e carnificina da Segunda Guerra Mundial, tendo a Alemanha, Inglaterra e França como epicentro, que se ampliou com a intervenção do Japão e dos Estados Unidos.

O acontecimento mais importante para a luta socialista se concentra na Revolução Chinesa. As demais conquistas do proletariado em contraposição à nova partilha do mundo, com os Estados Unidos impondo as condições de nova potência, favoreceram o curso da revolução mundial, aberto na Primeira Guerra. As premissas do internacionalismo marxista se revelaram plenamente. As forças produtivas mundiais se mostraram prontas para se libertarem da camisa de força das relações capitalistas de produção. Relações que se decompõem, sob a forma do domínio monopolista e do capital financeiro parasitário.

A destruição de forças produtivas e a nova partilha do mundo, comandada pelo imperialismo norte-americano, possibilitaram a reconstrução da economia mundial. Nessa nova ordem internacional, alicerçada na aliança imperialista, dirigida pelos Estados Unidos, o estalinismo afundou, com seu nacionalismo socialista, as burocracias dos Estados Operários degenerados favoreceram as pressões restauracionistas e os choques burocráticos passaram a prevalecer sobre qualquer necessidade e consideração internacionalista. O desmorona-

mento da burocracia do Leste Europeu e da União Soviética, e a virada do Partido Comunista Chinês, em direção à integração da China na órbita dos Estados Unidos, se deram na situação em que a crise estrutural do capitalismo se reerguia, e abria um novo período do pós guerra. Período esse que é o da prevalência do esgotamento da divisão do mundo, da superprodução, da guerra comercial, da ofensiva intervencionista, e da potenciação das tendências bélicas.

As crises dos anos de 1970-80, seguiu-se a de 2008-09, que se prolonga, com altos e baixos. Recessão, baixo crescimento e estancamento mundial se combinam, em um movimento de desmoronamento das forças produtivas. Os seus reflexos são distintos quanto à magnitude, mas amparados pela lei geral da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção, de maneira que se movimentam no sentido do retrocesso.

A queda econômica, em 2020, impulsionada pela pandemia, e as dificuldades de recuperação, no ano que adentra, levaram os organismos internacionais a alertar o imperialismo sobre os riscos de uma quebradeira mais possante que a de 2008-09. As potências se viram na contingência de aumentar o endividamento do Estado. O mesmo se passou com os países semicoloniais, que já não tinham espaço orçamentário para garantir a brutal carga de juros. O ritmo do endividamento mundial se acelerou, desde 2008, ao mesmo tempo que o crescimento econômico permaneceu em níveis raquíticos. Segundo o Instituto Internacional de Finanças (IFF), a dívida (cerca de US\$ 280 trilhões), em média, alcança cerca de 365% do que se produz em um ano. No período entre 2016 e 2020, o aumento foi maior que US\$ 50 trilhões. Os países ricos (imperialistas) arcam com uma dívida que corresponde a 435% do PIB, e os países pobres (semicoloniais), 250%. Em 2021, vence a dívida de US\$ 7 trilhões, dos 30 maiores países semicoloniais.

Esse extraordinário volume indica que mesmo o baixo crescimento tem sido empurrado pelo aumento da dívida mundial, e a retração, sustentada pelo parasitismo financeiro. O Banco Mundial teme por um novo desabamento do sistema financeiro mundial. O maior problema está na coexistência do alto endividamento com o baixo crescimento, quando não com a recessão.

A contração do PIB na América Latina, em 2020, de 5,3% impôs um severo retrocesso das forças produtivas do continente. E tudo indica que, em 2021, a tendência de agravamento se manterá. A classe operária, camponeses e classe média urbana vêm sendo duramente golpeados. O aumento exponencial do desemprego e o rebaixamento do valor da força de trabalho recriam a pobreza, miséria e fome das massas. As contrarreformas, impostas pelos governos e ditadas pelo imperialismo, protegem os lucros dos capitalistas, mas obstaculizam ainda mais as forças produtivas. A destruição de forças produtivas se converte em manifestações da barbárie social.

A mudança de governo nos Estados Unidos despertou falsas esperanças, como a de que se arrefecerão a guerra comercial e o intervencionismo. Em absoluto, a tendência geral é de confronto das potências com a China e Rússia. E de agravamento dos conflitos no âmbito da União Europeia. Os interesses nacionais das potências estão em contradição com a necessidade das forças produtivas mundiais de se expandir. A

guerra da vacina expôs as fraturas entre as potências e a condição de párias internacionais das semicolônias.

O período está marcado pela incapacidade da burguesia e seus governos de protegerem as massas, principalmente os pobres e miseráveis. Os interesses particulares dos monopólios impuseram um colapso diante da necessidade e urgência da imunização em massa.

De conjunto, esses acontecimentos mundiais retratam a decomposição do capitalismo, nas condições de sua crise estrutural. As forças políticas que se reivindicam da classe operária têm sido testadas, conforme a orientação que tomaram, diante da catástrofe social. É visível a forma que assumiu a crise de direção. As massas ficaram inteiramente à mercê das medidas governamentais. A de maior vulto foi e é a do isolamento social, que esteve e está sob as condições da política burguesa em cada país. Sem a direção revolucionária implantada no seio do proletariado, os explorados tiveram de arcar com todo o peso da crise sanitária e econômica.

Apesar dos terríveis obstáculos, a luta de classes se processou, por meio de inúmeros conflitos, greves e manifestações. O temor dos oprimidos e a política de colaboração de classes das direções sindicais se combinaram, para evitar levantes e convulsões mundiais mais abrangentes. Os explorados não puderam empunhar um programa próprio emergencial, ditado pela pandemia, pela incapacidade dos governos de proteger a população, e pelas consequências econômicas decorrentes.

Evidenciaram-se as fragilidades e as potencialidades, para avançar na tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que conserva, em seu Programa de Transição, os fundamentos marxistas de que o capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A vanguarda com consciência de classe está obrigada a se ajustar ao aprofundamento da crise mundial e da luta de classes. Está obrigada a impulsionar, desde cada país, o internacionalismo proletário, e se alimentar da luta mundial para compreender e dirigir o combate do proletariado em seu próprio país.

O programa da revolução social e a estratégia da ditadura do proletariado guiaram os passos do POR nas trevas da pandemia. As discussões internas sobre a situação mundial evidenciaram o vivo interesse da militância em aprender com a luta de classes mundial, para aplicar nas condições particulares do Brasil.

Síntese das discussões internas sobre a situação mundial

Agravamento da crise capitalista e das contradições mundiais.

- As projeções indicam que se manterão, em 2021, as tendências gerais de desagregação da economia mundial. A queda do PIB mundial projeta-se acima de -4%, *“Uma melhora em relação à estimativa de junho, que previa uma queda de 4,9%”* (para o Brasil, poderia atingir a casa de 5,8%). Prevê-se um crescimento, em 2021, de 5,2% (o Brasil deve crescer 2,8%). Mas, como explica o FMI, as perspectivas são precárias, e alerta para a continuidade da queda em 2021. Os Estados Unidos serão um dois mais afetados, chegando a uma que-

da de 4,5% do PIB. Enquanto se destaca a China, por apresentar os maiores índices de crescimento.

- A queda econômica manifesta-se diferentemente em cada país. Assim, por exemplo, *“Na Índia, a estimativa de queda da economia é de 4,5% para 10,3%. A queda do PIB na Alemanha será de -6%. Na Itália -10,6%. Na França -9,8%. Na Espanha -12,8%. No Japão -5,3%. No Canadá -7,1%. No Reino Unido -9,8%. Na Rússia -4,1%. No México -9%. Oriente Médio, África do Norte, Paquistão e Afeganistão -4,1%. África do Sul -8%”*.
- Devido às tendências recessivas e à pandemia, a região da América Latina e Caribe afundou na pior crise econômica e social em mais de um século. O PIB regional se contraiu 5,3%, em 2020. O que ampliou as chagas do desemprego, fome e miséria. Somente em 2020, a extrema pobreza saltou, de 24,7%, para 30,3% da população. O que significa um aumento de 16 milhões de pessoas, perfazendo um total de 83,4 milhões.
- Esses indicadores assinalam a permanência das tendências recessivas mundiais e de agravamento da guerra comercial. Na sua base, acha-se a combinação das crises econômica e sanitária, que agravam o *“choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e a propriedade privada dos meios de produção”*. Em última instância, *“A crise de superprodução, a queda na taxa de lucro, e a necessidade de novos mercados, aprofundou a guerra comercial entre as potências imperialistas”*, bem como as tendências restauracionistas nos países que expropriaram a burguesia, como a Rússia e China.
- O essencial reside em que a estagnação no desenvolvimento geral das forças produtivas mundiais, expressão do esgotamento do modo de produção capitalista e de sua decomposição, cuja consequência é *“a industrialização de um país (China) em função da desindustrialização de outro”*, demonstra que *“Não é possível o desenvolvimento geral das forças produtivas em todos os países”*, enquanto sobreviver o capitalismo apodrecido.

Guerra comercial aprofunda seu curso

- O desenvolvimento industrial, comercial e militar da China corresponde à mudança no lugar que esta ocupa nas relações econômicas e políticas mundiais. Seu crescimento e expansionismo econômico, nas últimas três décadas, a coloca em rota de colisão com o imperialismo norte-americano. Eis: *“De acordo com dados de 2018, a participação da China no PIB mundial é de 18,7%, enquanto a dos Estados Unidos é de 15,1%”*.
- Sobre essas bases, agravadas pela combinação da crise econômica e sanitária, se projeta a guerra comercial. As medidas de guerra econômica (barreiras alfandegárias, sanções comerciais e financeiras, bloqueio econômico, etc.), por sua vez, impulsionam as tendências bélicas, que decorrem do esgotamento da partilha do mundo e das limitações das medidas econômicas em mudar o rumo das tendências econômicas mais gerais.
- É parte da guerra comercial em curso o deslocamento de capitais imperialistas da China a outros países, objetivando enfraquecê-la, e limitar seu expansionismo industrial e comercial. Nesse sentido, observa-se um crescente fluxo de capitais e investimentos para a Tailândia, Indonésia, Viet-

nã, dentre outros países. A necessidade dos monopólios em abrir passagem a uma retomada dos lucros, equacionando a lei da tendência da queda da taxa média dos lucros, exige que esse fluxo de capitais encontre condições para sua reprodução e ampliação, de forma que impulsiona uma mais violenta ofensiva contra as massas.

O intervencionismo imperialista agrava-se no Oriente Médio

- O assassinato do cientista iraniano responsável pelo programa nuclear indicou que o imperialismo, apoiado em seu aliado sionista, objetiva criar as condições da derrocada do governo nacionalista teocrático.
- O assassinato de General Soleimani assinalou a retomada da ofensiva militar, enquanto o novo assassinato demonstrou que os imperialistas e sionistas estão dispostos a impedir a conquista de meios técnicos de Irã, voltada a assegurar capacidades defensivas e desenvolvimento nuclear autônomo.
- Trata-se do objetivo do imperialismo em ampliar seu controle sobre uma região estratégica, pela sua localização geográfica e recursos naturais abundantes.

Desagregação da Europa

- **Na França**, o ano de 2020 foi marcado pela retomada dos protestos operários e populares. Destacaram-se as manifestações contra o Estado policial e aprovação pelo governo Macron da *“Lei de Segurança Global”*, que agrava os métodos terroristas do Estado contra as minorias (étnicas, religiosas, nacionais), objetivando esmagar a resistência das massas. A tendência mais geral é de que *“as leis de exceção sejam aplicadas com todo vigor, pois, não há como os trabalhadores ficarem passivos diante das condições precárias de vida”*. De forma que *“Somente um movimento nacional organizado poderá confrontar-se com a violência de classe da burguesia. É preciso se preparar para os embates que virão”*.
- **A saída de Inglaterra da União Europeia (UE)** assinala o recrudescimento das tendências centrífugas da economia mundial. A ruptura alavancará ainda mais o retrocesso das forças produtivas do continente, agravando as tendências protecionistas e de guerra comercial, que envolvem diretamente a ofensiva norte-americana contra os entraves legais e econômicos da legislação europeia. Sob a forma de uma ruptura dos acordos entre Inglaterra e o Mercado Comum Europeu, acham-se os choques entre as frações imperialistas francesas e alemãs, em conflito com fração norte-americana na disputa pelos mercados.

Agravamento das tendências da luta de classes no mundo

- A explosão de movimentos grevistas e populares, em defesa das condições de vida das massas, ou em luta pela ampliação dos direitos civis e democráticos, indica uma retomada das tendências de luta das massas contra a ofensiva das contrarreformas burguesas, que procuram equacionar a lei tendencial de queda da taxa média dos lucros monopolistas.
- As greves e manifestações camponesas na Índia contra a

reforma trabalhista e dos pequenos agricultores contra o avanço da agroindústria; os conflitos em Moçambique e Tanzânia, que impulsionam a ofensiva do governo por esmagar os movimentos islâmicos radicalizados em regiões ricas em petróleo e gás; a guerra civil na Etiópia, que retomou, tanto os conflitos étnicos e políticos do passado, quanto os que se inscrevem no objetivo do imperialismo de utilizar o governo de Abiy Ahmed Ali, para favorecer o avanço dos monopólios no país; a revolta popular radicalizada e nacional na Nigéria, contra o avanço da violência policial e a ofensiva às suas condições de vida, dentre outros conflitos, expressam as revoltas das maiorias nacionais contra o regime burguês em decomposição.

- Nas condições de avanço da ofensiva burguesa, as manifestações das massas pelo mundo todo indicam a retomada da luta de classes na condição de agravamento da desagregação capitalista. Também refletem a ausência de direções e partidos revolucionários capazes de impulsionar a luta das massas, sob um programa de combate ao capitalismo, apoiado nas tradições e métodos classistas e internacionalistas do proletariado.

Tendências presentes em América Latina

- **No Chile**, o levante operário e popular de 2019 foi desviado para a solução burguesa da crise política. Esse desvio, tanto foi produto da política burguesa de isolamento social em face da pandemia, quanto da permanência de ilusões democráticas na via Constitucional. Mas, os conflitos e as bases materiais que impulsionaram os choques entre as classes continuam presentes. O que se expressou (embora deformadamente) no alto abstencionismo no plesbicio popular pela nova Constituinte. Sob as novas condições, os choques e conflitos poderão voltar a sacudir o país, quando a burguesia e a Constituinte se mostrarem incapazes de solucionar os graves problemas do país e das massas. O essencial está em que *“A ausência do Partido Revolucionário enraizado nas massas, para defender a política independente do proletariado e demais explorados na crise política, permitiu a burguesia canalizar a luta e revolta das massas para a via institucional, democrático burguesa”*.
 - **No Peru**, o levante contra o golpe de Estado e a greve dos operários agrícolas indicaram que, no país, começam a se manifestar as tendências da luta de classes, presentes por todo o continente. Processa-se no país um agravamento dos choques do regime contra as necessidades mais elementares das massas. Como em toda parte, observa-se que a burguesia recorre ao terrorismo estatal para conter a luta das massas.
 - **Na Argentina**, destacou-se a luta pelo direito ao aborto. O governo e o Congresso modificaram e restringiram o alcance da lei. O movimento das mulheres foi, assim, condicionado pelas disputas interburguesas. Trata-se de uma manobra política, visando a institucionalizar o movimento pelos direitos civis e democráticos das massas femininas. Mas, não há como, no capitalismo em desagregação, bem como sob a pressão dos interesses monopolistas da saúde privada, impor o direito livre e irrestrito ao aborto. O que colocará a importância de assimilar a concepção marxista
- da opressão da mulher como uma manifestação da opressão de classe. Portanto, a mulher somente poderá se emancipar com o programa e métodos da revolução e ditadura proletárias.
- **No Equador**, as revoltas das massas diante das contrarreformas continuam. Na sua base, acha-se o rechaço das massas contra o programa do governo de Lênin Moreno, de aplicar o ajuste ditado pelo FMI. As mobilizações reuniram assalariados, funcionários públicos, estudantes e sindicatos operários e camponeses. Esteve ausente, porém, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), que teve um papel de primeira importância, para fazer recuar conjuntamente o governo de Lênin Moreno, em 2019.
 - **Na Colômbia**, 2020 foi um ano marcado pela retomada das lutas. Confluíram nos protestos, movimentos grevistas e populares, em defesa das condições de vida, contra o terrorismo estatal e policial. Assim como levantes estudantis e populares, contra a repressão policial e a destruição das condições de ensino. Verifica-se, como em toda parte, o bloqueio das direções sindicais e populares, que se negam a desenvolver um programa comum de reivindicações, e projetar a unidade nacional das lutas com os métodos da luta de classes.
 - **Na Cuba**, a unificação monetária e fixação de taxa de câmbio única vieram acompanhadas de novas adequações das condições trabalhistas e salariais. De forma que *“a unificação monetária e cambial ... será um rude golpe nas massas, ao libertar do rígido controle estatal os mecanismos de equilíbrio fiscal da inflação; bem como abrir passagem à fixação pelas empresas dos preços de produtos e serviços”*. Assim como *“agravará a concorrência entre assalariados ao abrir passagem à fixação de salários por produtividade, e à diferenciação dos salários segundo as funções”*. Eis como se vão criando as condições para alavancar as relações capitalistas da produção no interior da economia estatizada; ao mesmo tempo em que se amplia a penetração de capitais monopolistas em setores chaves da produção. Em definitivo: deu-se um passo decisivo na restauração das relações capitalistas de produção e, portanto, na completa destruição das conquistas revolucionárias das massas.
 - **Na Venezuela**, a abstenção de quase 70% nas eleições legislativas indica um processo de descontentamento das massas com o regime bonapartista. Mas, tampouco a oposição conseguiu canalizar o descontentamento das massas. Avaliou-se, assim, que *“a eleição não passa de uma medida formal para estabelecer um marco institucional formal, que vise ao controle chavista dos instrumentos para operar novas mudanças jurídicas, legislativas e econômicas, para fixar um novo plano de governo, nas condições de agravamento da crise”*. Isto é: *“Objetiva ainda facilitar as relações econômicas com China e Rússia. De forma que as eleições se inscrevem no quadro da guerra comercial e serão condicionadas por seu percurso.”* O essencial destacado pelas células: 1) *“o governo bonapartista de Nicolás Maduro retoma o poder da Assembleia Nacional”*; 2) a oposição não conseguiu utilizar o controle formal do Parlamento, para constituir uma base institucional para o golpe de Estado; 3) o chavismo mantém o apoio das forças armadas, base

do bonapartismo; 4) a progressiva ruptura das massas com o regime adquire a forma de rejeição eleitoral e apatia perante o regime, 4) está ausente uma direção revolucionária, capaz de ajudar as massas a superarem o nacional-reformismo esgotado, bem como a reacionária oposição abertamente pró-imperialista.

- **Na Bolívia**, as mobilizações de massas, a investida da COB e demais *“organismos controlados pelo MAS, contra o governo de Jeanine Añez ... somado às drásticas experiências das massas com o governo racista e reacionário, levou à vitória do MAS nas eleições presidenciais”*. A disputa eleitoral entre Mesa e Arce, em última instância, expressa a continuidade das divisões interburguesas, que tiveram seu ponto mais alto no levante de 2019. Eis por que também a vitória de Arce demonstra que *“a experiência com o nacional reformismo não foi concluída”*. E assim retorna à presidência, após ter sido deposto do poder por uma mobilização de massas, uma vez que esteve ausente o proletariado como classe independente, e desenvolvendo seus métodos e programa próprios.

Os Estados Unidos continuam sendo o epicentro e motor das contradições mundiais.

- Agravam-se as contradições sociais e políticas, que resultam da destruição das condições de vida das massas, da classe média arruinada e da base econômica nacional.
- O agravamento da crise pandêmica, que ceifou 400 mil vidas, retrata a barbárie social que espalha o capitalismo, bem como a incapacidade da maior e mais poderosa potência imperialista em garantir os mínimos direitos aos explorados. Em outros termos: *“Os EUA convivem hoje com essa barbárie social crescente”*.
- As eleições mostraram que, sem sua direção revolucionária e sem que o proletariado avance na conquista de sua independência de classe, não há como romper com as vias burguesas, voltadas a solucionar crise, descarregando sobre a classe operária e demais explorados, utilizando-se das ilusões democráticas das massas, na crença de que será possível resolver seus problemas removendo Trump da presidência.
- As eleições nos EUA não alterarão as tendências da ofensiva reacionária do imperialismo norte-americano, a ofensiva contra a vida das massas norte-americanas, nem o rumo geral da guerra comercial. Pelo contrário, o apoio das frações decisivas da burguesia a Biden indica a necessidade de manter a política nacional-chauvinista e do intervencionismo imperialista, embora ajustando os métodos e as formas políticas dessa ofensiva.
- De fato, *“A chegada de Trump ao poder, em 2016, expressou a necessidade e os interesses da burguesia Americana em tentar frear o avanço da economia chinesa e retomar sua economia”*. Ou seja, foi a crise econômica que *“aprofundou a crise política e a disputa interburguesa pelo poder do Estado”*. Mas, o certo é que *“a guerra comercial levada a cabo por Trump, taxando produtos chineses e tentando obrigar o retorno de empresas americanas instaladas na china para os EUA, não teve o sucesso esperado”*.
- Está aí por que o agravamento da guerra comercial e intervencionismo imperialista refletem a necessidade do imperialismo norte-americano em ampliar o controle das fontes

de matérias-primas mundiais, impor seu domínio sobre os recursos naturais e mercados.

- Trata-se das tendências mais gerais de decomposição nos Estados Unidos, imerso na maior crise de toda sua história recente, agravada pela pandemia. E que tende a projetar a solução a suas contradições, ampliando a política exterior intervencionista e saqueadora.

Pontos conclusivos

- A crise sanitária potencializou a crise econômica, que vem se desenvolvendo e ampliando, desde a eclosão da crise capitalista, em 2008;
- O ano de 2020 se caracterizou pela destruição maciça e em escala ampliada de forças produtivas mundiais: fechamento de fábricas, desemprego em massa, ampliação da terceirização e flexibilização capitalista da força de trabalho, etc.;
- A segunda onda da pandemia indicou, por sua vez, o esgotamento da política burguesa de isolamento social, nas condições em que a desagregação econômica dá um salto à frente;
- Não por acaso, a guerra comercial em curso teve sua expressão mais parasitária na decisão dos governos imperialistas e semicoloniais, de utilizar os Estados para facilitar ou bloquear os laboratórios concorrentes, pela conquista de mercados para as vacinas contra o Covid-19;
- Nesse quadro geral dos fenômenos mais relevantes de 2020, é que se constata a permanência e o agravamento das convulsões sociais e políticas, em nível mundial;
- A combinação das duas crises impulsionou a crise estrutural do capitalismo, ampliando e estendendo as consequências da desagregação do regime burguês;
- A desagregação das potências imperialistas e o expansionismo industrial, comercial e financeiro chinês constituem os principais motores dos conflitos mundiais;
- Na sua base, acha-se o choque entre as forças produtivas com a grande propriedade monopolista dos meios de produção, bem como com as fronteiras nacionais;
- A saída da Inglaterra da União Europeia • mantendo laços comuns e sem chegar à ruptura definitiva • indica que as tendências centrífugas se vêm impondo, em relação às centrípetas;
- A saída do Reino Unido e os choques comerciais sobre as relações futuras assinalam um novo campo de conflitos e guerra comercial, tendo aos Estados Unidos à frente das convulsões;
- O fortalecimento comercial e industrial da China, no quadro de retrocesso e estagnação nas potências, indica que a guerra comercial tenderá se potencializar e ampliar;
- São essas condições e relações que colocam, mais uma vez, o imperialismo norte-americano como principal foco das tendências de desagregação capitalista, e motor do agravamento das contradições sociais, econômicas, políticas e diplomáticas mundiais;
- Biden terá de assumir a política nacional-imperialista dos monopólios norte-americanos, em luta contra seus concorrentes por mercados, fontes de matérias-primas e controle sobre regiões estratégicas do globo;

- A desagregação econômica impulsiona a desagregação da democracia formal, atingindo a governabilidade burguesa, que se choca com o agravamento das contradições sociais e políticas;
- A crise econômica, assim, alavanca e expande a crise política, e potencia os choques sociais. Esse percurso se nota especialmente nas potências, onde se restringem os direitos democráticos, setores e camadas da classe média assumem a política nacional-chauvinista, servindo de esteio social das expressões políticas fascizantes e reacionárias de setores da burguesia;
- Em maior ou menor medida, e com as devidas particularidades, o mesmo fenômeno se verifica, tanto nos Estados Unidos, na França, Alemanha, Inglaterra, quanto nos países semicoloniais. As tendências mais gerais de decomposição da política burguesa se impõem como força de lei por toda parte, apesar dos distintos ritmos e características.
- Sobre essa base econômica, social e política, agrava-se a ofensiva das contrarreformas (tanto nos países imperialistas quanto semicoloniais), objetivando equacionar a queda da taxa média dos lucros monopolistas, o que impulsiona as violentas consequências da decomposição capitalista na forma de opressão social e nacional;
- Não é possível qualquer tipo de reforma política, econômica e social. Observa-se uma tendência geral à destruição de direitos e conquistas sociais em toda a linha;
- As condições da crise, a ofensiva de contrarreformas, a desagregação da democracia burguesa e o fortalecimento do Estado policial se chocam com as tendências das massas de entrar em combate contra os governos e capitalistas, em defesa das condições de vida;
- Chile, Colômbia, Argentina, Guatemala, Haiti, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, dentre outros países, indicaram que as massas oprimidas estão obrigadas, instintivamente, a combater as brutais consequências da pandemia, as contrarreformas e a ofensiva repressiva dos governos, recorrendo a seus métodos próprios de luta;
- As lutas e levantes diferem em seus objetivos e composição social, mas demonstram que existem condições para a unificação nacional dos protestos, sob um plano comum de reivindicações, em defesa das condições de vida e direitos (democráticos, políticos e civis);
- Destacam-se, em grande parte dos combates aos governos, a presença de nacionalidades, etnias, minorias religiosas e a juventude oprimida. Nesse quadro, ressalta-se ainda a ausência da classe operária organizada como força social

independente;

- Em maior ou menor medida, os governos manobram para desviar os movimentos e levantes por trás das soluções burguesas às crises econômica, sanitária e política. Favorece essa política burguesa a permanência das ilusões democráticas entre as massas;
- Os levantes nos EUA contra a violência e terrorismo policial, as manifestações na França contra a “lei de segurança Global”, as manifestações na Indonésia e Tailândia, as greves operárias e manifestações camponesas na Índia obrigam os governos (sejam nacional-reformistas ou abertamente fascizantes) a ampliar o Estado policial;
- A vigilância e perseguições políticas e a restrição aos direitos democráticos combinam-se – em maior ou menor medida – com as manobras institucionais, para abortar as tendências instintivas da luta de classe;
- O principal obstáculo à luta instintiva e defensiva das massas em política consciente e ofensiva contra o regime burguês é, tanto a desorganização da classe operária – resultado das derrotas e da paralisia, produto da imposição da apolítica de isolamento social – quanto fundamentalmente a política de conciliação de classes das direções sindicais e políticas;
- A esquerda revisionista do marxismo-leninismo-trotskyismo foi arrastada por trás das direções venais e traidoras, assimilando a política burguesa do isolamento social, e desorganizando amplos setores da vanguarda, ao abandonar o campo da luta da ação direta, a democracia operária e a independência de classe;
- Nessas condições, verifica-se a ausência de uma direção revolucionária, forjada no programa e métodos do marxismo-leninismo-trotskyismo, capaz de dar forma organizativa e política consciente às tendências instintivas de luta das massas, e, assim, dar um salto revolucionário, elevando sua consciência socialista, e conquistando sua independência de classe;
- Permanece, assim, o obstáculo das direções reformistas e centristas, que impedem as massas confluir com a vanguarda, para romper a política de conciliação de classes e assumir o programa, estratégia e métodos revolucionários;
- As tendências da luta de classes e as revoltas instintivas das massas favorecem a resolução da crise de direção revolucionária, de forma que deve orientar o trabalho da vanguarda com consciência de classe ao objetivo de constituir o partido-programa em cada país, como seções do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

FMI alerta sobre um ascenso da luta de classes

O Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou um documento, no qual afirma que, superada a pandemia, se apresentará um quadro de agravamento dos protestos e levantes de massas.

No texto *“Como as pandemias conduzem ao desespero e mal-estar social”*, publicado em outubro de 2020, os autores (Tahsin Saadi Sedik e Rui Xu) recorrem a estatísticas, para demonstrar que, nos próximos dois anos, crescerão os conflitos sociais, causando convulsões políticas. Assinalam que *“as epidemias severas, que provocam elevada mortalidade, aumentam os riscos de distúrbios e manifestações antigovernamentais”*.

Os “técnicos” do FMI analisaram 11 mil conflitos sociais, relacionados a catástrofes e pandemias, considerando os conflitos vários países, desde 1985, para montar o que denominam *Índice de Tensão Social Reportada* (“*Reported Social Unrest Index*”, ou RSUI).

Os autores constataram que os *“eventos pandêmicos geram um risco de desordem civil significativamente elevado após 14 meses”*, a exemplo do que aconteceu com o Ebola (2014 e 2016), que resultou em *“aumento da violência civil superior a 40% após um ano”*. E cujos reflexos sociais e políticos alastraram-se *“vários anos depois”*. As mesmas conclusões são reforçadas por um informe de janeiro deste ano, que constata a existência de *“uma relação positiva entre explosões sociais”* com as pandemias (Barrett e Chen), tomando por base artigos da imprensa, registros documentais e históricos, bases de dados estatísticos e projeções matemáticas.

No quadro de ascenso das lutas operárias e populares que se verifica nos últimos meses de 2020, o “prognóstico” apresentado pelo FMI constitui um alerta à burguesia da inevitabilidade da luta de classes, cuja base material e objetiva se acha nas contradições entre a miséria em amplíssima escala, de um lado, e a gigantesca concentração de riquezas por uma ultra minoria rica, de outro. Não por acaso, o documento assinala que as pandemias criam *“um círculo vicioso, no qual o crescimento mais lento, o aumento da desigualdade e do mal-estar social reforçam um ao outro”*. Isto porque as pandemias põem de relevo *“as fraturas já existentes na sociedade”*. De forma que, com a permanência das epidemias *“por muito tempo, a frequência das explosões sociais se eleva”*, bem como *“o risco de distúrbios e manifestações”*.

Está aí por que, *“desde a praga de Justiniano, no século VI, e a da Peste Negra, do século XIV [o surto de cólera na França em 1832, a gripe espanhola em 1918], a história está cheia de exemplos de epidemias que têm fortes reflexos sociais: transformam a política e provocam conflitos sociais”*. Certamente, não são as pandemias – por mais graves que possam ser – a verdadeira causa das convulsões e transformações econômicas e sociais. As pragas acima citadas convergiram com o esgotamento do regime escravista e feudal, de um lado. E com a ascensão da grande indústria e da luta proletária, que segue a fase de decomposição imperialista do capitalismo, de outro.

Como se vê, os levantes de massas que o FMI prevê explodirem no próximo período são determinados, em última instância, pelo estágio de desenvolvimento das contradições econômico-sociais, no quadro de um modo de produção historicamente

condicionado. A crise sanitária mostrou a real face das relações sociais de produção e propriedade capitalistas. A violência das contrarreformas antinacionais e antipopulares, o avanço do desemprego e da miséria em larga escala, em plena pandemia, demonstrou que a “unidade nacional” das classes para combater o vírus não passou de espantinho ideológico, objetivando criar condições para garantir os lucros monopolistas, à custa de destruir condições de vida das massas e rebaixar brutalmente o preço da força de trabalho, sem que as massas pudessem reagir de forma organizada aos brutais ataques.

A camisa de força da grande propriedade privada dos meios de produção e os entraves das fronteiras nacionais, por trás das quais se digladiam as frações monopolistas pela conquista dos mercados para as vacinas, demonstram que não há como dar solução à crise pandêmica, garantindo a vacinação universal e as condições de saúde e biossegurança dos oprimidos; bem como aplicar a ciência e recursos técnicos conquistados (dentre eles a avançada técnica hospitalar e a indústria farmacológica) de forma racional e centralizada, objetivando preservar a vida e condições físicas das massas exploradas, enquanto permanecer em pé a sociedade dívidas em classes.

São essas contradições que estão na base das revoltas das massas mundiais, que assombraram à burguesia em 2020. Mostraram que é possível romper com a política burguesa de isolamento social e desenvolver os métodos da luta de classes para defender suas reivindicações imediatas e emergenciais. É o que se passou com os massivos protestos contra a violência e racismo policial nos EUA, Inglaterra, França, dentre outros países. Por sua vez, as greves operárias que estouraram na França, EUA, Indonésia e Índia, bem como no Brasil, constata a irrupção da classe operária mundial em defesa de suas conquistas e reivindicações. Assinalaram, assim, que, apesar dos riscos reais de contágio, os explorados são obrigados a recorrer à luta para barrar a barbárie social que se espalha.

O problema dos problemas reside em que as massas saem da pandemia profundamente dívidas e carregando sobre suas costas a miséria, a fome, o desemprego e a violência estatal desfechada para esmagar sua revolta instintiva. São consequências da traição de suas direções sindicais.

A vanguarda com consciência de classe tem por tarefa imediata vincular a luta pelas reivindicações emergenciais à luta pela transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e constituir frações revolucionárias no seio das organizações de massas. Por essa via, será possível aos explorados sair da passividade, romper com o corporativismo, passar por cima dos aparatos da burocracia sindical, impulsionar o instinto de revolta dos oprimidos, conquistar sua independência política, e avançar na luta contra a burguesia e seus governos.

É na luta firme, consequente e permanente pela superação da crise de direção revolucionária, forjando verdadeiros partidos revolucionários, marxista-leninista-trotskistas, que as massas assumirão a estratégia da revolução e ditadura proletárias, para acabar com o capitalismo putrefato.

Bolívia

O POR defende a greve dos médicos com um programa claramente revolucionário

Defendemos o direito de greve e o direito ao trabalho para os médicos e para todos os explorados deste país. Rejeitamos as posturas reacionárias de defesa do grande negócio das clínicas privadas e das grandes empresas farmacêuticas, em plena pandemia. Exigimos do governo, que, demagogicamente, se autoproclama socialista, que estatize o negócio da medicina privada.

É indiscutível que a Lei de Emergência Sanitária, recentemente sancionada pelo governo de Arce Catacora, tem a finalidade de esconder, sob pretexto da confidencialidade, as grandes negociatas das multinacionais farmacêuticas e, muito provavelmente, a esperteza dos políticos do governo para auferir grandes ganhos com a compra das vacinas contra a Covid-19; por outro lado, também é evidente seu caráter antioperário e antipopular, pois, pretende criminalizar conquistas sociais, como o direito à greve e ao trabalho dos médicos e dos trabalhadores da saúde, com o argumento de que vivemos em tempos de emergência sanitária. Dessa forma, inicia uma escalada de aberta violação dos direitos sociais e democráticos de todos os trabalhadores do país, porque, devido à emergência da crise econômica e dada a necessidade de reativação da economia, amanhã, o governo tentará silenciar os protestos dos explorados, criminalizando a greve e as mobilizações.

Desta forma, o governo confessa que a sua incapacidade para superar as consequências da crise econômica, que se manifestará no aumento da miséria, fechamento de postos de trabalho e o flagelo do desemprego, lançará os explorados e oprimidos às ruas, para exigir pão e trabalho; sabe que a crise econômica não depende do que ele é capaz de fazer como estado isolado, mas do caminho que a crise mundial seguirá e, por isso, precisa impor um regime repressivo, aliado aos empresários nativos e às multinacionais imperialistas, para preservar o regime da propriedade privada dos meios de produção, e manter em pé este sistema social caduco.

O governo já começa a formular a necessidade de que, para enfrentar a crise econômica e sanitária, há necessidade de nos unirmos todos, empresários e trabalhadores, governantes e governados, para chegar à conclusão lógica de que não estamos vivendo tempos de conflitos sociais e de greves. Este governo direitista, igual a todos os que defen-

dem os interesses da burguesia e do imperialismo, pretende extirpar o princípio da luta de classes do cérebro dos trabalhadores, de modo a criminalizar seus direitos sociais, conquistados em séculos de luta.

A burocracia sindical traidora é cúmplice desta criminosa política, e acoberta sua vergonhosa traição, com o argumento de que não se pode castigar o povo, em plena pandemia, com a greve dos médicos. Estes serviços do governo de Arce pretendem mostrar que todos os médicos mobilizados são direitistas, porque estão defendendo as clínicas privadas, que teriam seus interesses de trabalho e de ações como empresários destas. É indiscutível que existem empresários, donos de clínicas, direitistas, nesse grupo social, como também existem elementos identificados com as lutas sociais dos explorados; o mesmo ocorre nos sindicatos operários e, por isso, os definimos como frente única de classe, cuja composição é absolutamente plural.

Os trotskistas defendemos a greve dos médicos com um programa inequivocamente revolucionário; apoiamos o movimento médico porque, ao fazê-lo, estamos defendendo a greve e o protesto como um direito social e democrático. Estamos defendendo o direito ao trabalho de milhares de médicos desempregados ou subempregados com salários de

fome, o direito ao trabalho dos bolivianos que agonizam de fome nas ruas.

Deste governo impostor, que demagogicamente diz ser socialista, exigimos a nacionalização de toda a medicina privada e das grandes empresas farmacêuticas, que lucram com a miséria dos bolivianos. Buscamos obrigá-los a tirar a máscara de “esquerdista”, para mostrar-se como realmente é, proxeneta dos empresários privados e das multinacionais imperialistas.

(Extraído do Jornal Massas nº 2.640, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



(...) apoiamos o movimento médico porque, ao fazê-lo, estamos defendendo a greve e o protesto como um direito social e democrático.

Argentina

Documentos do 2º Volume das Obras Escolhidas de Guillermo Lora

O Trotskismo na Bolívia protagonizou a organização da Assembleia Popular

Reproduzimos a seguir um artigo publicado no Boletim do CERQUI, cinco anos após o falecimento de Guillermo Lora, como apresentação do documento “Da Assembleia Popular ao golpe fascista”, publicado em 1972, e reeditado no 2º Volume das Obras Escolhidas, de Guillermo Lora.

Apenas o POR levanta as lições da Assembleia Popular (AP), como bandeira do movimento revolucionário e como sua obra. Mesmo as correntes que dela participaram renegam a experiência, pois, o programa da AP rompeu com suas saídas tradicionais das frentes populares, conciliação de classes ou aventureirismo guerrilheiro. Na base da Assembleia Popular, está o programa trotskista, a concepção da revolução permanente, e os métodos adotados pelos bolcheviques de tática frentista, uso da ação direta, e defesa da via insurrecional.

No seio das massas, se agitavam tendências instintivas e subterrâneas, que o POR soube expressar, formando uma unidade com a vanguarda da classe operária. A proclamação da AP foi um grande acerto político do POR. Ante o instinto comunista das massas e a necessidade de centralizar as forças sob a direção proletária, o POR pôde acelerar o nascimento e desenvolvimento da dualidade de poderes. O partido atuou sobre as manifestações espontâneas das massas, para elevá-las e torná-las conscientes, ao se entroncarem com o programa proletário.

Com o fim da ditadura de Barrientos, que morreu em um acidente em 1969, as organizações operárias e populares se reagrupam, após um período de intensa perseguição aos sindicatos e partidos e massacres operários. O POR era um partido minoritário, recém saía da clandestinidade, e esforçava-se para recompor seus quadros ceifados pela repressão. O assassinato dos dirigentes operários Cesar Lora, em 1965, e de Isaac Camacho, sequestrado e desaparecido em 1967, foram duas das grandes perdas para o partido e para o proletariado boliviano. Apesar das dificuldades, o POR procurava colocar a organização à altura do programa do partido e pôde, rapidamente, tornar-se peça chave no processo político nacional.

Em abril de 1970, se realiza o XIV Congresso da FSTMB (Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos). O documento orientador aprovado, apresentado pelos delegados poristas, propunha “a formação de uma frente nacional de trabalhadores, camponeses e forças revolucionárias em torno da COB, que oriente, promova e conduza o processo de libertação do país”. O documento também caracterizava a abertura democrática do General Ovando como limitada, exigia a nacionalização dos meios de produção e rechaçava a via do co-governo, “que fechou o caminho da classe operária à conquista de todo o poder”.

No mês seguinte, realizou-se o IV Congresso da COB. O PCB apresentava a defesa do apoio crítico ao governo, porém,

prevaleceu a tese do POR de que se tratava de unir as forças antiimperialistas para realizar as tarefas democráticas e socialistas. A tese aprovada tinha como base o documento apresentado pelos trotskistas (POR), com emendas do PCB (Partido Comunista Boliviano) e foi considerada, posteriormente, base para Assembleia Popular. Mais do que reivindicações econômicas, apresentava um programa revolucionário para o país.

As jornadas de 1970 levaram o general Juan José Torres (do setor nacionalista-reformista do exército) à presidência, ante um contexto de golpes e contragolpes militares. Simultaneamente, a reunião ampliada da COB instituiu o seu Comando Político e do Povo (um bloco de partidos populares). Torres ofereceu o co-governo, dentro do comando havia partidos que queriam aceitar, os mesmos que queriam adotar o “apoio crítico”. Ante o apetite carreirista dos burocratas estalinistas e na-

Ante o apetite carreirista dos burocratas estalinistas e nacionalistas, Lora conseguiu aprovar, no comando, que a COB aceitaria metade dos ministérios, mas com a condição de fornecer os nomes de dirigentes indicados por Assembleias, com mandato imperativo e revogável.

cionalistas, Lora conseguiu aprovar, no comando, que a COB aceitaria metade dos ministérios, mas com a condição de fornecer os nomes de dirigentes indicados por Assembleias, com mandato imperativo e revogável. Os ministros não podiam ser do Comando. Temendo sua desmoralização, Torres recuou.

Em 11 de janeiro, o Comando da COB propõe a criação da AP como uma tentativa consciente de impulsionar a auto-organização e constituição de poder operário e popular, a partir das mobilizações contrárias ao golpe do setor mais direitista do exército, que quase derrubou Torres. A Assembleia, colocada em funcionamento em 1º de maio de 1971, era composta de 60% de delegações operárias, uma medida para garantir a maioria operária, ainda que não fosse a classe majoritária no país, e bloquear que a via do pacto com o governo se impusesse. O campesinato indígena, desde 1964, estava submetido ao pacto militar-camponês anticomunista. Durante a assembleia, começava a se desfazer esta aliança, e alguns setores do movimento camponês passaram a pedir ingresso na AP.

Os mandatos dos delegados na AP eram revogáveis e subordinados às bases, a maioria dos delegados foi eleita em Assembleias gerais. Havia representação partidária, com dois delegados do MNR (depois revogado), PRIN, PCB, PCB-ML, POR-Massas, PDCR e Movimento Revolucionário Espartaco (com 1 delegado). O ingresso de novos partidos deveria ser aprovado por 2/3 dos delegados, e estas organizações deve-

riam ter organização nacional e identificação com a linha política da AP, definida a partir da tese política da COB, aprovada em abril de 1970. A presença dos partidos se media muito mais pela influência que tinham no movimento real, seja operário, camponês ou estudantil. É importante delimitar que, apesar da hegemonia das ideias poristas, o nacionalismo permanecia como importante influência sobre a classe operária. Porém, tanto o nacionalismo como o estalinismo precisavam se radicalizar e reproduzir o programa trotskista, para manterem o controle de determinados setores do movimento de massas.

A disputa pela direção das massas tornou a Assembleia Popular palco de profundos debates sobre os grandes problemas do país. Este aspecto foi criticado pelas organizações militaristas, e até mesmo pelo pablismo. Tratava-se, porém, de arrancar os oprimidos do controle das organizações estranhas ao proletariado, por meio da apresentação clara de nossas formulações e reivindicações, e delimitação com outras tendências. A luta política e a polêmica são pressupostos da luta por derrotar as ideias da classe dominante, e enraizar o programa proletário no seio dos explorados.

Assim, o POR se constituiu como direção política da Assembleia, o que Lora iguala à direção política da nação oprimida. Característica que se acentuava com a definição dos traços soviéticos da AP e aproximação da ditadura do proletariado.

A afirmação da AP como organismo soviético, na forma da frente única anti-imperialista, contraposto ao governo de Torres, é decorrente da influência do POR, que conectava esta experiência do movimento operário internacional, em particular a Comuna de Paris, de 1871 e os soviets da Rússia, de 1905 e 1917. No documento *La Asamblea y el poder ejecutivo*, de 26 de abril de 1971, lê-se: “É decisão da Assembleia Popular atuar como verdadeiro órgão de poder das massas e do proletariado, ou melhor, que deixa de ser parlamento para converter-se em autoridade capaz de resolver os problemas e, ao mesmo tempo, executar suas decisões, através dos métodos próprios da classe operária”.

Sua primeira resolução alertava para o perigo do golpe militar, e a necessidade de uma preparação do movimento popular e sindical, propunha a greve geral e a violência revolucionária para enfrentar os golpistas. Aprovou a bandeira de controle operário majoritário da mineração e de Universidade única, dirigida pelo proletariado.

Afrontando um importante braço do Estado burguês, o judiciário, aprovou-se a constituição dos Tribunais Populares. Uma comissão de Investigação ficou responsável por apurar os Crimes Políticos (dentre eles, o assassinato do dirigente mineiro porista Isaac Camacho). Votou-se pela instauração de tribunais populares revolucionários para responder à inoperância e cumplicidade da justiça burguesa que “representa um mecanismo do sistema de dominação da oligarquia”.

“1º. Cria-se o sistema de tribunais populares revolucionários,

com jurisdição e competência nos seguintes assuntos: a) delitos e danos econômicos contra o Estado, as universidades e bens sindicais; b) entrega de riquezas naturais e avassalamento da soberania nacional; c) massacre de trabalhadores, representantes estudantis, populares, tortura e assassinato de trabalhadores e dirigentes sindicais revolucionários; d) prevaricação de funcionários públicos na montagem de processos judiciais para despistar investigações; e) organização de complôs contrarrevolucionários em conivência com o imperialismo, o gorilismo e a reação”.

As universidades que passaram pela “Revolução Universitária”, em 1970, também estavam em pauta.

A Assembleia deliberou por uma Universidade única, dirigida pelo proletariado. No plano da cultura, houve resoluções em defesa da arte revolucionária, presente nos murais de Miguel Alandia. No seio do exército, tropas e suboficiais lançaram manifestos, denunciando a opressão e despotismo da cúpula militar. Esta fração do exército, autodenominada Vanguarda Militar do Povo (VPR), compareceu como simpatizante da Assembleia Popular e da luta pelo socialismo.

Apesar da resolução inicial da AP alertar sobre a iminência do golpe, não foi possível derrotá-lo. A preparação golpista iniciou-se em Santa Cruz, com apoio da ditadura brasileira, como parte do Plano Condor. Acabar com a AP estava entre as prioridades norte-americanas, junto com a destruição do governo de Salvador Al-

lende, no Chile, e de Juan Velasco, no Peru. No dia 19 de agosto de 1971, 80 mil pessoas atenderam ao chamado do Comando Político, em La Paz, para resistir ao golpe. Torres temia que as massas se armassem. Atacou a Assembleia Popular, acusando-a de ter recusado uma aliança anteriormente, e permitiu que o alto comando militar conspirasse sem bloqueios.

Depois de o povo exigir por 12 horas que o governo entregasse armas, o presidente entrega 400 velhos fuzis aos dirigentes da COB. A resistência ao golpe esteve nas mãos das forças sociais organizadas em torno da Assembleia Popular, com participação decisiva dos militantes poristas. Foram cinco dias de combate. Sem divisão do exército, e sem acesso às armas, a vitória militar dos explorados era praticamente impossível, o que levou a um recuo do movimento (o que evitou a destruição física do proletariado), muitos dos militantes de esquerda conseguiram se exilar. A ditadura de Banzer dissolveu a AP e fechou as universidades. Assim, foi destruída a Assembleia Popular.

Os três meses de duração da AP marcaram o ponto mais alto de radicalização das massas, em que houve possibilidades reais de tomada do poder por parte do proletariado boliviano. A presença do partido marxista-leninista-trotskyista, com um programa testado na luta de classes, foi decisiva, e permanece como elemento fundamental para a manutenção da estratégia de destruição do capitalismo. Na agitação cotidiana do POR, sinaliza-se a necessidade de retomar o caminho da AP, ante a impotência do governo do MAS para solucionar os problemas das nacionalidades indígenas, dos camponeses, operários e demais oprimidos do país.



Caiu a máscara de Biden

Em 25 de fevereiro, os Estados Unidos bombardearam posições das milícias pró-iranianas no leste da Síria. Segundo Biden, os ataques objetivaram dar uma “resposta firme” aos contínuos ataques de milícias chiitas contra bases militares norte-americanas no Iraque, que, por sua vez, constituíam uma resposta ao assassinato do General iraniano Soleimani pelo governo de Trump.

O governo do Irã qualificou a ação como uma “violação ao direito internacional” e “da soberania e integridade territorial da Síria”. A Rússia condenou os Estados Unidos, por não avisarem sobre os ataques aéreos com antecipação, como exigem os acordos assinados para evitar “conflitos não desejados”. Entretanto, a ONU e os governos europeus assistiram ao bombardeio de braços cruzados. Não teriam como condenar a ação, sem criar atritos com o novo governo democrata. Calar a boca perante a ação unilateral e belicista de Biden é o preço a pagar para reatar os laços diplomáticos e econômicos desmontados por Trump.

De uma penada, desvaneceu no ar a retórica multilateralista dos democratas. Biden e Kamala Harris jogaram na lata do lixo as críticas ao unilateralismo de Trump, de romper o Acordo Nuclear com o Irã e bombardear a Síria, em abril de 2017. Ficou claro, assim, que a derrota eleitoral de Trump não iria modificar substancialmente o curso da política exterior dos EUA para Oriente Médio. Esta é traçada pelo capital financeiro, e perpassa a troca conjuntural do governo – seja esse democrata ou republicano. O fato pode ser tomado apenas como um sinal de que Biden pretende mostrar internamente aos Estados Unidos que tem pulso firme. Mas, a burguesia norte-americana exige, apoiada na vasta classe média atingida pela crise, respostas internacionais que protejam sua economia da regressão e desintegração.

Não há como o imperialismo compactuar com as aspirações iranianas de manter a soberania de seu programa de desenvolvimento nuclear. Nem abandonar ou arrefecer o objetivo de derrocar os governos nacionais, que travem o expansionismo monopolista norte-americano na região. De fato, os bombardeios ordenados por Biden indicaram que o reatamento do acordo entre as potências e o Irã está por ser abortado, antes mesmo de iniciadas as conversas diplomáticas.

A permanência das tendências bélicas demonstra que não há como a fração do capital financeiro mais poderosa sair do impasse da queda dos lucros e da crise de superprodução, sem uma violenta ofensiva contra as massas e nações oprimidas. Na

base dessa ofensiva, acha-se o esgotamento da partilha do mundo, operada no pós-Segunda Guerra. E que se combina, agora, com o esgotamento do processo de restauração capitalista na Rússia e na China, que prevaleceram desde a década de 1970.

Eis por que o Oriente Médio, assim como a África e a América Latina, são hoje os principais focos dos conflitos mundiais, nos quais os EUA passam a se chocar com as burocracias e oligarquias burguesas russas e chinesas, que procuram estender seus interesses comerciais, industriais e militares.

Somente os cínicos poderiam acreditar que Biden iria cumprir as palavras de que primaria por uma política exterior de ruptura com o nacional-chauvinismo trumpista, de cooperação e de paz. Os primeiros passos do democrata são no sentido de reconstituir a aliança imperialista, voltada contra a China e a Rússia. A retomada dos ataques na Síria foi um aviso à Rússia, de que os Estados Unidos não tolerarão o crescimento da influência russa na região conflagrada.

Derrotar o intervencionismo e expulsar os EUA do Oriente Médio e de todos os países oprimidos depende de projetar a luta anti-imperialista e anticapitalista das massas oprimidas. Está aí por que não se pode negligenciar, desconsiderar ou ocultar a urgência da tarefa de construir os partidos revolucionários – marxista-leninista-trotskistas – sem os quais as massas não poderão derrotar os governos serviçais, e pôr fim à opressão imperialista sobre as nações oprimidas.

Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

SOCIALISMO OU BARBARIE

REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

ADQUIRA COM O DISTRIBUIDOR DO JORNAL **Massas** **\$5**

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Venda em Portugal: junho 2009 – R\$ 5,00

Diante a crise econômica, política e social desencadeada pelo coronavírus

Combater os governos burgueses, para impor nosso próprio plano de emergência, baseado na democracia operária e nossos métodos de luta

Seleção de declarações e artigos internacionais, nacionais, publicados nos últimos três meses, sobre a catastrófica crise que vivenciamos.

Erguer bem alto as bandeiras da Revolução Proletária!



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, expusemos as principais considerações de Lênin sobre o lugar dos sindicatos, nas condições em que a economia estava arruinada pelos anos de guerra. E que se tratava de aproveitar a nova situação, que não exigia tanto esforço de guerra, para erguer um movimento disciplinado da classe operária para reestruturar a grande indústria sobre as bases das transformações socialistas. Tornou-se inevitável o surgimento de divergências em torno às medidas de disciplina no trabalho, e o lugar dos sindicatos na reconstrução econômica.

Entre 6 e 13 de abril de 1920, se realizou o Terceiro Congresso de Sindicatos de toda a Rússia. Participaram cerca de 1.600 delegados, representando mais de 4 milhões de associados. A maioria era de bolcheviques, que contaram com 1.180 delegados. A base das discussões se deu em torno às resoluções do IX Congresso do PC(b)R, exposto anteriormente no jornal *Massas*. Foram dados informes do Conselho Central de Sindicatos de toda a Rússia, e do Comissariado do Povo do Trabalho. No temário, constavam as tarefas dos sindicatos; os sindicatos e a economia nacional; o movimento sindical internacional; a atividade cultural e educacional; o problema de organização; a política de salários; a distribuição de mercadorias aos operários. Lênin fez um pronunciamento em nome do Conselho do Comissariado do Povo. O Congresso finalizou aprovando as orientações do IX Congresso do partido.

O problema central era o de não perder as condições favoráveis para o que Lênin definiu como *“as tarefas da construção econômica pacífica”*. Lembrou que, no início de 1918, com a paz de Brest Litovsk, surgiram pela primeira vez tais condições. Mas, logo reascenderam os choques internos com a reação, e externos, com o imperialismo. Naquele momento, se colocou a necessidade da disciplina do trabalho, sem a qual não era possível superar o caos reinante na economia. Essa tarefa suscitou as divergências, que retornavam, nas novas condições para a construção econômica pacífica. Diz Lênin: *“Asseguro-lhes que também hoje se concentra a nossa atenção nas disputas e divergências que surgiram no movimento sindical há dois anos”*. (...) *“Naquele tempo, depois de uma breve trégua da guerra contra o imperialismo alemão, as tarefas da construção pacífica estavam em primeiro plano”*. (...) *“Toda a atenção do partido comunista e do poder soviético se concentra, agora, no problema da construção pacífica, nos problemas da ditadura e da direção pessoal. Não apenas a experiência que tivemos em dois anos de persistente guerra civil nos leva a tal solução desses problemas”*.

Havia um claro vínculo entre a estabilização da economia regida pela propriedade social e pelo Estado soviético com o que se passava na luta internacional do proletariado. A consolidação do domínio operário sobre a produção e o Estado era a condição para a marcha da revolução avançar na transição interna do capitalismo ao socialismo, apoiada na revolução mundial. Explica Lênin: *“O significado da ditadura do proletariado e suas condições práticas efetivas emergem diante de nós quando, depois de ter conquistado o poder, começamos a exercê-la na prática. Vimos que a luta de classes não cessa, e que a vitória sobre os capitalistas e latifundiários não significou o aniquilamento dessas classes. O proletariado as derrotou, mas não as suprimiu definitivamente.*

Basta observar os vínculos internacionais do capital, muito mais duradouros e firmes, do que aqueles que no presente unem a classe operária”.

A tese sobre as tarefas concretas colocadas diante da classe operária, que ainda não havia forjado uma nova disciplina do trabalho, apoiada na propriedade social, não eram alheias às tarefas do internacionalismo. Eis o raciocínio leninista: *“Se considerarmos o capital em escala internacional, continua sendo mais forte que o poder e o regime soviético, não só do ponto de vista militar, mas também econômico. É preciso partir dessa premissa fundamental e nunca esquecê-la. As formas de luta contra o capital mudam; algumas vezes tomam a forma de um franco caráter internacional, e outras se concentram em um país. As formas mudam, mas, seja no âmbito militar, econômico ou de qualquer outro do regime social, a luta continua. Nossa resolução confirma a lei fundamental da luta de classes. Quanto maior a coesão do proletariado ao derrubar a classe burguesa, tanto mais aprende. A revolução se desenvolve no processo da luta. E a luta não cessa depois da derrubada dos capitalistas. Somente depois de ter consolidado essa conquista em um país, adquire um significado prático para o mundo inteiro. (...) Para que a ditadura do proletariado adquirisse um significado mundial, foi necessário que se consolidasse na prática em um país. Somente então, os capitalistas, e não só os capitalistas russos, que imediatamente se puseram a procurar ajuda de outros capitalistas e também nos demais países, se convenceram de que este problema adquiria um significado internacional. Somente então, a resistência dos capitalistas em escala mundial atingiu a intensidade que teve. Somente então, se desenvolveu na Rússia uma guerra civil, e todos os países vencedores correram como um só homem para ajudar os capitalistas e latifundiários russos na guerra civil. (...) A luta de classes tomou forma plenamente na Rússia até 1900, no entanto, a vitória da revolução socialista teve lugar em 1917. Mas, há ainda mais, a resistência da classe derrotada continuou se desenvolvendo depois de sua derrota, e encontrou uma nova fonte de força nas relações mútuas entre o proletariado e o campesinato. Quem estudou um pouco o marxismo sabe disso. Sabe que o socialismo é o movimento internacional da classe operária, e tem nele seu único fundamento científico. Todo mundo sabe que o marxismo se fundamenta teoricamente na abolição das classes. O que isso significa? Significa que, para a vitória do socialismo, não basta derrotar os capitalistas, é preciso abolir a diferença entre o proletariado e o campesinato. (...) Sobre isso não há discussão. Mas, nas condições da propriedade mercantil, os camponeses continuam sendo proprietários. Cada caso de venda de cereais no mercado livre, cada caso de especulação, em pequena e grande escala, significa a restauração da economia mercantil e, portanto, do capitalismo”*.

Lênin chama a atenção para um grande obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas socialistas, que comparecia internamente na forma da economia mercantil camponesa, que deveria ser dissolvida, caso contrário, potencializaria as forças restauracionistas internas, de um lado; e que comparecia externamente pelo poder econômico mundial do imperialismo, de outro. Assim, era imperioso travar a luta para que a classe operária alcançasse coesão na luta interna pela construção do socialismo, e na luta externa pela revolução mundial.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXIII, Akal Editor)